



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

EDIÇÃO
ESPECIAL

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 31 - Nº 590 - DE 7 A 28 DE JULHO DE 2019 - R\$ 5,00

1989 2019

30 anos construindo o Partido Operário Revolucionário (POR)

**30 anos lutando sob o Programa de Transição
da IV Internacional**

30 anos aplicando o marxismo-leninismo-trotskismo

**30 anos organizando a luta dos explorados
contra toda a forma de opressão**

**30 anos trabalhando pela estratégia
da revolução e ditadura proletárias**

**Viva os 30 anos de construção
do Partido Operário Revolucionário!**

**Viva a reconstrução do Partido Mundial
da Revolução Socialista!**



Apresentação

O fundamental desta edição especial dos 30 anos do POR está em que constitui mais um elo no trabalho paciente e disciplinado, voltado a superar a crise de direção. A nossa geração de marxistas enfrenta a extraordinária regressão histórica, com o avançado processo de restauração capitalista, e com a desintegração da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

O capitalismo mundial atravessa mais um período de desintegração. Os explorados respondem como podem, por meio da ação direta. As nações oprimidas, por sua vez, recebem o impacto da decomposição, e se submetem ainda mais ao capitalismo financeiro e aos monopólios.

No caminho da luta, a classe operária se depara com a ausência dos partidos revolucionários. Sente e pressente que os partidos da ordem só têm a oferecer as contrarreformas; e que os partidos reformistas são impotentes e oportunistas. Em cada importante combate das massas aos ataques da burguesia, evidenciam-se os fundamentos da barbárie social e a necessidade da revolução.

Objetivamente, vem à tona a dramática ausência do Partido Mundial da Revolução Socialista, criação da III Internacional, liquidada pelo estalinismo. A impossibilidade da IV Internacional de se impor como continuidade do leninismo, e de superar a crise de direção mundial, reflete a profundidade da ruptura do movimento revolucionário e a vitória restauracionista da burguesia imperialista.

A violência contrarrevolucionária dos governos burgueses, que foram às últimas consequências com o fascismo, as traições dos reformistas, e o colaboracionismo do estalinismo, se combinaram e se levantaram como um poderoso obstáculo ao avanço do movimento revolucionário. Em toda a parte, a vanguarda proletária foi varrida.

Também no Brasil foi profunda a regressão. O proletariado teve suas organizações esmagadas pelo golpe de 1964. Foi o custo deixado pela adaptação do Partido Comunista ao nacionalismo burguês, e pela sujeição ao estalinismo. A Oposição de Esquerda trotskista, por sua vez, se mostrou incapaz de elaborar o programa da revolução proletária, e de se enraizar na classe operária. Esse também foi e é um custo que herdamos.

A burguesia sustentou por vinte e um anos a ditadura militar. O estalinismo se rompeu em várias frações. O trotskismo chegou a esse difícil momento da luta de classes completamente desfigurado pelo revisionismo (pablismo, posadismo). As influências do castrismo e maoísmo – variantes nacionalistas do estalinismo – levariam ao foquismo (luta armada à margem do proletariado). A derrota sangrenta das organizações foquistas se levantou como um marco final do processo de adaptação da vanguarda ao nacionalismo burguês e pequeno-burguês.

O esgotamento do regime militar deu lugar à recomposição das forças de esquerda. O PCB continuou com sua crise. O nascimento do PT constituiu um fenômeno novo. Abriu-se caminho para um partido reformista, baseado nos sindicatos. Como parte desse processo, reatou-se o “trotskismo”, fracionado pelo revisionismo. O PT congregou inúmeras tendências e fragmentos, expurgando parte delas. A experiência com o “novo” reformismo expôs a natureza centrista das variantes revisionistas do trotskismo.

O POR se formou nesse terreno, combatendo o reformismo e o centrismo, de um lado, e o estalinismo, de outro. Inicialmente, denominou-se Tendência por um Partido Operário Revolucionário (TPOR). Superou a etapa de construção como tendência, no momento em que aprovou seu programa, no III Congresso. Rompeu com o PT, antes de ser expulso, lutando pela estratégia da ditadura do proletariado, pela tática e métodos revolucionários consequentes.

O POR reivindica o percurso do socialismo científico, identificado principalmente pelo trabalho de Marx, Engels, Lênin e Trotsky. Internacionalista, vinculou-se ao Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (Cerqui), cujo pilar de sustentação foi e é o POR da Bolívia. Reconhecemos a obra de Guillermo Lora como parte do desenvolvimento do marxismo-leninismo-trotskismo.

A história ensina que é impossível burlar com manobras oportunistas e aparelhistas suas leis. O marxismo como ciência e a construção do partido de quadros são a fornalha onde se temperam as armas que a classe operária empunhará para realizar a tarefa histórica de sepultar o capitalismo e edificar a sociedade socialista. A luta pela superação da crise de direção exige perseverança, método e firmeza de caráter.

A comemoração dos 30 anos de existência do POR tem o sentido de demonstrar nossa convicção de que o primeiro passo da construção do partido é o de forjar o programa e assimilar o marxismo-leninismo-trotskismo na luta diária por organizar o combate do proletariado e dos demais explorados. Essa tarefa não se mede em anos, e não se resolve apenas com a disposição subjetiva. Mede-se pelo trabalho consciente e incessante. Temos claro que o grande problema que o POR tem pela frente é o de penetrar no seio do proletariado, e forjar sua vanguarda revolucionária.

É nesse sentido que chamamos a classe operária, demais explorados e a juventude a construir o Partido Operário Revolucionário.

Lucas Martinez, pelo CC - 5 de julho de 2019



**Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
CAIXA POSTAL Nº 630 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO – www.pormassas.org**

A construção do partido-programa

A construção do partido marxista-leninista-trotskista é caracterizada pela contínua elaboração programática, que se desenvolve seguindo as leis históricas dos fenômenos econômicos e sociais, as mudanças nas relações entre as classes, e seus reflexos organizativos no próprio partido. Em outras palavras: a construção do partido-programa é um processo ininterrupto de delimitação teórica e política, de respostas aos grandes problemas da luta de classes e exposição concreta dos fundamentos e princípios da revolução social, de seleção e depuração dos quadros revolucionários.

São essas premissas que estiveram na base da decisão de seus quadros iniciais, que assumiram a tarefa de construção das bases teóricas, políticas e organizativas de um partido forjado nos moldes do programa e estratégias da revolução e ditadura proletárias, já desde sua conformação como tendência dentro do PT.

O partido fez seu primeiro Congresso em julho de 1989. Sua realização foi síntese das experiências de um período de construção partidária, que vai de fins dos anos 1970 a fins dos anos 1990. O núcleo que fundou o POR vinha de um grupo que militava em

Causa Operária-CO (hoje PCO), que, por sua vez, surgira de uma cisão da Organização Socialista Internacionalista (OSI), cujo porta-voz é o jornal O Trabalho. A formação do CO, por sua vez, resultou do impulso de Política Operária da Argentina (hoje, Partido Operário-PO), cujos principais dirigentes se encontravam exilados no Brasil. À época, PO se achava vinculada ao POR boliviano. O PO, finalmente, romperia com o POR boliviano, por divergir do método da luta pela reconstrução da IV Internacional, persistindo na linha da dupla militância e na resistência em assumir a tarefa de constituir-se como programa.

É nessas condições de cisões e rupturas que surgiu a Tendência pela Construção do Partido Operário Revolucionário (T-POR). A decisão esteve condicionada pela compressão de que o CO e o PO, como todas as tendências que se reivindicavam da IV Internacional - o morenismo (PSTU), mandelismo (Democracia Socialista) e lambertismo (O Trabalho) - passaram para o campo do revisionismo e do democratismo eleitoreiro.

A T-POR vincula-se ao POR da Bolívia, dirigido por Guillermo Lora, juntamente com uma cisão de PO da Argentina, o Comitê Construtor do POR. O novo reagrupamento permitirá dar passos decisivos ao recém-criado POR. Esse foi o núcleo original da constituição do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI); mais à frente, veio a se integrar o Comitê Construtor do POR no Chile.

Lora assinalava que não há como pôr em pé o partido marxista-leninista-trotskista e reconstruir a IV Internacional se os partidos nacionais não elaborassem o programa da revolução proletária em cada país, como reflexo das leis históricas gerais de desenvolvimento e transformação históricas. Eis por que a reconstrução da IV Internacional, dissolvida pelo centrismo, se dará na base da formação de partidos nacionais firmados na elaboração dos programas da revolução proletária em cada país, e como seções nacionais do Partido Mundial, regido pelo centralismo democrático.

São esses fundamentos que estão explicitados nos textos *Como*

se deu a construção do Programa do POR? e *Balanço da evolução programática, política e organizativa*, publicados no Massas 500, que reproduzimos abaixo. Não fizemos alterações substanciais, uma vez que expressam vivamente os primeiros 25 anos da construção do POR. Mas, agregamos a seguir uma síntese dos cinco anos que lhes seguiram. Acreditamos que essas observações servirão de marco para demonstrar o processo ininterrupto de elaboração programática.

Um partido vivo e em permanente evolução

O partido e o programa constituem uma unidade dialética, em permanente processo de desenvolvimento e transformação. O partido sempre se depara com novas condições, que exigirão novas formulações e respostas programáticas. É o que nos ocorreu no XIII Congresso, quando colocada a polémica sobre as opres-

O partido e o programa constituem uma unidade dialética, em permanente processo de desenvolvimento e transformação. O partido sempre se depara com novas condições, que exigirão novas formulações e respostas programáticas.

sões. O POR tinha constituído seu Programa, aprovado no XII Congresso (janeiro de 2014). Mas, no XIII Congresso, surgiu uma tendência que, aparentemente dentro desse quadro, ameaçava revisá-lo e, portanto, mudar seu conteúdo de classe.

Evidentemente, não se tratava de “estabelecer novos fundamentos, novas explicações e novo programa para as opressões”, dizíamos nos *Fundamentos da luta revolucionária contra toda forma de opressão*, que consta da *Resolução sobre as opressões*, aprovada posteriormente. Isto, porque “*Partimos da concepção de que são manifestações distintas de opressão de classe. O marxismo, que dirigiu os grandes combates do proletariado mundial, e que esteve à frente da Revolução Russa, já os estabeleceu*”. Tratava-se, diferentemente, de assimilar esse programa nas “*condições atuais da luta de classes*”, e de aplicar seus métodos “*nas particularidades nacionais*”.

A divergência foi dada ao redor da crítica programática às formulações antimarxistas das pseudoteorias de “gênero” e de “machismo”. A divergência refletia, em última instância, as pressões da pequena burguesia acadêmica dentro do partido. Em um partido revolucionário, convivem tendências que expressam - em maior ou menor grau - interesses de classes opostas ao proletariado. A *Resolução sobre as Opressões* foi, sem dúvida, uma grande conquista programática. Demonstrou o quanto o POR estava obrigado a continuar a elaborar respostas às manifestações e fenômenos sociais, que decorrem do agravamento da desagregação capitalista. E serviu, particularmente, para realizar uma nova delimitação política com os revisionistas do marxismo, ao mesmo tempo em que depurou suas fileiras de militantes inconsequentes.

Nesse processo, é que se selecionam os quadros revolucionários. Trata-se de assimilar, não apenas as conquistas do passado, quanto, fundamentalmente, de se preparar para elaborar as bases teóricas das novas experiências. O que não aconteceria, se esse processo não tivesse por fundamento organizativo o centralismo democrático. O centralismo exige disciplina consciente, para apli-

car a linha fixada pelos Congressos, e é o resultado da assimilação consciente do programa. A assimilação do programa, por sua vez, se forja no choque de posições e na elaboração coletivas, que resultam da mais plena democracia interna. O partido é um organismo vivo, formado por quadros que pensam e elaboram com sua própria cabeça. Eis por que a luta de tendências, delimitações, depurações e até as cisões são - até certo ponto - inevitáveis.

No entanto, há que distinguir uma divergência baseada na ruptura do programa daquela que decorre de caracterizações diferentes no quadro do mesmo programa. Essa distinção veio à tona no XIV Congresso, quando colocada a divergência sobre a caracterização do governo Temer. Em todo seu percurso, demonstrou não haver ruptura programática. O essencial do XIV Congresso, porém, é que facilitou a assimilação do método de clari-

Partido-programa

ficação das divergências, e garantiu a ampla democracia interna. Mas, também explicitou as lacunas existentes quanto às caracterizações de governos anteriores. Assimilando as novas conquistas, o partido revisava também seu passado.

Os XIII e XIV Congressos foram mais um marco na estruturação do partido-programa. Sem dúvida, as bases devem ser procuradas na firme decisão daquele núcleo inicial de militantes poristas, que traçou a tarefa de elaborar o programa e construir um partido bolchevique. É sobre essas bases que os novos quadros vêm se firmando. O POR se caracteriza por ser um organismo vivo, em constante transformação e desenvolvimento. Suas três décadas de existência temperou seus quadros e firmou seus pilares programáticos que permitirão dar um salto em sua construção no próximo período.

COMO SE DEU A CONSTRUÇÃO DO PROGRAMA DO POR?

Massas 500 – 14 de junho de 2015

Nos dias 11 e 12 de janeiro de 2014, o POR realizou seu XII Congresso, quando foi aprovada a última atualização de seu programa. A trajetória do partido demonstra a importância que sempre reservou a esse aspecto. Uma fração desse esforço pode ser apreendida através da leitura do livro *20 anos construindo o Programa*, publicado em 2009. Ali se encontra condensada boa parte da experiência viva da organização que, apesar de sua condição embrionária, nunca se desviou da tarefa de aplicar o método do socialismo científico. Sem dúvida, o POR não pode ser acusado de ter cedido à tentação dos falsos atalhos e das improvisações.

Ainda assim, soube situar o papel da vanguarda combativa reunida em seu seio, sem o exitismo. Não deixou nem por um minuto de reconhecer a construção do partido como obra histórica do proletariado, e não exclusivamente sua. A intervenção do partido transforma a classe e vice-versa, ampliando a relevância do guia que constitui a teoria marxista. Os fatos da luta de classes se encarregam de apontar os erros e acertos. Esse processo contínuo obriga o partido a permanecer alerta, espírito que prevaleceu desde sua origem até hoje, passando pelo XII Congresso.

Durante a realização deste, a discussão coletiva revelou uma grande coesão interna, e um salto no amadurecimento político. Esse saldo constitui a síntese dos congressos e conferências anteriores. A inserção nos movimentos foi forçando o partido a responder aos problemas concretos, com destaque para a experiência que as massas vêm realizando com o reformismo petista. O POR surgiu a partir de um pequeno grupo, que chegou militar por no interior do PT, como tendência (TPOR). A ruptura veio em maio de 1990, decidida em uma Conferência Extraordinária. Mais adiante, o VII Congresso (2003) teve de se deparar com a ascensão de Lula ao poder, com grande apoio popular, acontecimento que compeliu a organização a se posicionar com a tática correta. Entre 1990 e 2003, houve todo um percurso, por onde o reformismo foi se adaptando aos ditames da política burguesa.

O Congresso de 2014, portanto, contou com um histórico de atuação partidária frente à ascensão do PT, até este atingir seus

primeiros sintomas mais graves de esgotamento. A crise política apontava a sua conexão com a linha descendente da economia, desde 2008. E, foi durante toda essa etapa particular da história do país, que a militância foi se forjando. O trabalho de elaboração coletiva diante das experiências concretas permitiu estabelecer fundamentos seguros para traçar os prognósticos indispensáveis. E, mais do que isso, possibilitou realizar uma atualização mais ampla do Programa, inclusive de sua forma de exposição. Esse duplo trabalho, de análise da linha política e de mudanças no Programa, só pôde se efetivar mediante um vigoroso esforço político.

O Congresso, inclusive, estava marcado para acontecer antes. Seu adiamento se deu em razão da constatação de que a militância não havia preparado suficientemente bem o debate sobre o conjunto de propostas de atualização. O curso de formação política, realizado em São Paulo, teve de se debruçar sobre parte dos temas, visando a aprofundar e coletivizar as discussões. Tais decisões se mostraram corretas, o que se comprovou pela elevação das intervenções da plenária durante o Congresso. O resultado foi a aprovação das resoluções a respeito da situação política, além da última versão do Programa do partido.

O Programa existente até essa ocasião era uma síntese, elaborada no VII Congresso. Fala-se em síntese, pois, suas bases estavam contidas no documento de 1993 (III Congresso). Este apresentava ainda uma série de explicações e exemplificações. O que se fez em 2003, portanto, foi tornar o texto mais conceitual, sem tocar em sua essência. Por trás dessas modificações, aparentemente sem importância, está um processo de depuração das ideias, de avanço nas formulações, de afastamento das abstrações, até certo ponto naturais numa organização embrionária.

O cuidado destinado a esse aspecto se origina da aplicação da concepção leninista de partido-programa, segundo a qual a militância dedica o essencial de sua vida para encarnar as ideias que conduzirão as massas ao socialismo. A apresentação, escrita dias após a realização do XII Congresso, afirma a esse respeito que “é impensável para os marxistas um partido apoiado tão-somente em



análises conjunturais, documentos teóricos, declarações e manifestos. Por mais importantes que sejam tais formulações, não revelam as leis históricas do país, que permitem ao proletariado se erguer como força consciente e transformadora”.

O partido marxista exige que se combinem a teoria e a prática, numa relação de interdependência. A experiência histórica da classe operária internacional deve ser o ponto de partida para a construção do Programa. O POR toma como referência teórica a obra monumental deixada por Marx, Engels, Lênin e Trotsky, em particular o Manifesto Comunista, os documentos dos Quatro Primeiros Congressos da Internacional Comunista e o Programa de Transição. Conta também com a formidável experiência da POR boliviano, ligado à seção brasileira pelo Comitê de Enlace pela Reconstrução da Quarta Internacional (CERQUI).

Esse arcabouço deve ser aplicado dialeticamente à realidade de cada país. O Programa deve desnudar as leis históricas que conduziram à conformação do país, tal como se apresenta na atu-

alidade. Em outras palavras, deve revelar os mecanismos de funcionamento do modo de produção e apontar as principais tarefas para combatê-lo, além de expor os seus fundamentos históricos. Pensando nessa consideração é que foi feita a reformulação do Programa, em 2014. Este, diferentemente das versões de 1993 e 2003, está dividido em duas partes: 1) Programa de Transição para a revolução socialista no Brasil e 2) Fundamentos históricos do Programa. Não se trata de uma separação estanque, mas de elementos que se complementam.

Dentre os princípios, fundamentos e tarefas que compõem o Programa, se destacam a defesa da revolução e ditadura proletárias e do socialismo, a luta de classes como motor da história, o internacionalismo, a democracia operária e o método da ação direta. Está colocada a necessidade de erguer um sistema de reivindicações transitórias, capaz de estabelecer a ponte entre os problemas mais imediatos dos explorados e a estratégia socialista.

(...)

BALANÇO DA EVOLUÇÃO PROGRAMÁTICA, POLÍTICA E ORGANIZATIVA

Massas 500 – 14 de junho de 2015

1. A luta pelo partido-programa

O Partido Operário Revolucionário (POR), desde o seu I Congresso, realizado em julho de 1989, colocou como objetivo a superação da crise de direção revolucionária, e a construção de uma organização baseada no programa, que tenha como estratégia a revolução proletária e a ditadura do proletariado. Trata-se, portanto, de uma estratégia que se confronta com toda uma gama de correntes revisionistas do trotskismo internacional, além do reformismo e do estalinismo. As resoluções político-programáticas do I Congresso do POR foram a base da unificação da Tendência Quarta Internacionalista e a Tendência pelo POR, então rompidas com a Organização Causa Operária (OQI/PCO).

O surgimento do POR ocorreu no contexto de crise e débacle da ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e do Leste Europeu, que confirmaram o caráter contrarrevolucionário do estalinismo, e a destruição das conquistas da Revolução de 1917 pela burocracia soviética. Um enorme espectro de ativistas e correntes políticas passou a defender com unhas e dentes a democracia burguesa e a via eleitoral, com o objetivo de reformar o capitalismo decadente e democratizar o Estado capitalista.

No contexto nacional, o Brasil tinha recém passado pelo fim de duas décadas de ditadura militar, e iniciava o chamado processo de reconstituição da democracia formal burguesa, com o governo de José Sarney, atingido, desde o início, pela crise econômica, que se desenvolvia internacionalmente, e pelo avançado endividamento público, com profundos ataques à vida e às condições de trabalho do proletariado e demais explorados, por meio da alta inflacionária e aumento dos preços dos produtos básicos, atingindo particularmente os rendimentos dos assalariados.

Do ponto de vista da esquerda reformista, o Partido dos

Trabalhadores (PT), constituído no auge das lutas do proletariado e demais assalariados no ABC paulista, marcado pelas lutas contra os governos militares e greves massivas, do final da década de 1970 e inícios dos anos 1980, defendia, desde o seu surgimento no movimento operário e sindical, a estratégia de democratização do Estado burguês, de implantação de supostas reformas a favor dos explorados, de aprofundamento dos direitos sociais, de resolução da questão agrária, de alargamento do mercado interno, enfim, um programa democratizante, que findaria na proposta petista de “desenvolvimento sustentável e distribuição de renda”, por meio da constituição de frentes com partidos da burguesia.

O essencial do desenvolvimento programático do POR está em defender o método do Programa de Transição, enquanto a maior parte das correntes se propõe a “melhorá-lo” ou “atualizá-lo”.

O POR nasceu, portanto, realizando a crítica dessa estratégia democratizante, e defendendo a estratégia da revolução e ditadura proletárias, procurando aplicar o método do programa de transição à compreensão e exposição das leis históricas de desenvolvimento do capitalismo no país, da estrutura das classes sociais e da dinâmica da luta de classes. Tratou também de defender os métodos da luta de classes do proletariado (ação direta), de modo a articular a defesa das reivindicações elementares e parciais dos explorados à organização, mobilização e luta contra a exploração capitalista, levando os trabalhadores a se chocarem com o Estado burguês, a compreenderem a necessidade da destruição da escravidão assalariada, e a luta pelo socialismo.

Para tanto, desde a sua origem, procurou assimilar e desenvolver os princípios organizativos do partido leninista, pela constituição de militantes profissionais, capazes de assimilar a teoria e o programa da revolução proletária, dedicados à luta

4 30 anos do POR

revolucionária, de uma única direção nacional partidária, pelo funcionamento regido pelo centralismo democrático, que implica a mais ampla democracia interna no debate e tomada de decisão, e a ação unitária externa, na luta de classes. A tarefa colocada, desde a sua constituição, do ponto de vista programática, foi a de inserção dos quadros revolucionários na luta de classes do proletariado e demais explorados. Suas resoluções programáticas atestam o esforço nesse sentido. O desenvolvimento do Programa no XII Congresso, realizado em 2014, é a síntese maior desse processo de inserção do partido na luta de classes.

2. O desenvolvimento programático do POR

É preciso estabelecer os marcos mais importantes do desenvolvimento programático do POR ao longo dos quase 26 anos de sua existência. Muitos desses documentos apareceram nas 500 edições do Jornal Massas, em folhetos, livros, entre outros. A publicação, em 2009, do livro *“20 anos construindo o programa”*, contendo os documentos essenciais do desenvolvimento programático, político e organizativo do partido foi uma decisão fundamental para a formação e elevação político-programática da militância revolucionária, e a sua constituição em militantes profissionais, que, no sentido leninista do termo, significa a dedicação à causa revolucionária do proletariado em toda a sua plenitude.

O livro de 2009 contém o Programa aprovado no III Congresso do POR, realizado em janeiro de 1993, sobre a base da experiência com o desenvolvimento do reformismo petista e das correntes revisionistas de esquerda (O Trabalho-OT, Democracia Socialista-DS, Convergência Socialista-CS/PSTU e a Causa Operária-PCO), e o programa aprovado no IV Congresso, realizado em julho de 1994, que afirmava claramente: *“A elaboração do programa revolucionário é uma tarefa que nunca cessa”*.

O essencial do desenvolvimento programático do POR está em defender o método do Programa de Transição, enquanto a maior parte das correntes se propõe a “melhorá-lo” ou “atualizá-lo”. No fundo, o melhoramento e a atualização dos revisionistas concluem no abandono da estratégia revolucionária do proletariado, qual seja, a revolução e a ditadura proletárias. Algumas dessas correntes manobram, obscurecendo a estratégia marxista com expressões como “governo dos trabalhadores”, “poder popular”, entre outras. Isso, quando não defendem abertamente a constituição de “governos democráticos e populares”, com setores da chamada burguesia nacional “progressista”, no estilo da “revolução por etapas” do estalinismo contrarrevolucionário.

Na verdade, significam a defesa de que é possível, pelos métodos eleitorais-parlamentares da democracia burguesa, constituir governos a serviço dos trabalhadores, sem modificar a estrutura econômica e de classes, isto é, sem destruir a grande propriedade privada dos meios de produção e o domínio de classe da burguesia, que só pode se dar pela revolução proletária e a instauração da ditadura do proletariado, cuja expressão, nos países capitalistas atrasados, é a do governo operário e camponês.

O POR, ao contrário, caracterizou a etapa atual do capitalismo como de crise estrutural, de decomposição da economia mundial, de incremento da exploração e da opressão sobre os

Partido-programa



■ Ato político “100 Anos da Revolução Russa”

São Paulo, outubro de 2017

explorados e de expansão das tendências de barbárie social. Caracterizou a crise de direção política mundial do proletariado como fruto da traição do estalinismo, que levou a cabo um processo de burocratização do Estado soviético, do Partido Bolchevique (depois PCUS) e da III Internacional, personificando a reação da burocracia soviética contra as conquistas políticas, programáticas e organizativas do leninismo e da Revolução de Outubro.

A superação da crise de direção política revolucionária passa pela construção do Partido, e sua inserção no seio do proletariado e demais explorados, no desenvolvimento da estratégia revolucionária do Programa de Transição e dos métodos da luta de classes próprios da classe operária. Nos programas aprovados nos III e IV Congressos, o POR desenvolveu a sua plataforma programática, no sentido de aplicar o método do Programa de Transição da IV Internacional à compreensão das leis de desenvolvimento do capitalismo no país, da crise mundial e de decomposição imperialista, da crise política de direção, e da crítica à estratégia reformista e ao centrismo revisionista.

Uma importante aquisição do programa do III Congresso, de janeiro de 1993, foi a caracterização do Brasil como país capitalista semicolonial, cujo desenvolvimento da indústria e das relações de produção burguesas se deu sob controle dos monopólios internacionais, que dominam os principais ramos da economia nacional, submetendo-os aos interesses das potências imperialistas e do capital financeiro. O desenvolvimento desigual e combinado da estrutura econômica e social brasileira conjuga as mais modernas formas de relações capitalistas (indústria, trabalho assalariado, tecnologia de ponta) com relações pré-capitalistas (pequena propriedade camponesa, trabalho familiar, autoconsumo, predomínio da força física, meios de produção rudimentar, etc.). O programa também desenvolveu as suas bases programáticas quanto à estrutura das classes sociais no Brasil e a dinâmica da luta de classes. Constatou: *“A possibilidade histórica do proletariado de reunir atrás de si a maioria explorada da cidade e do campo o destaca como a classe revolucionária. Por se constituir em parte do proletariado mundial, poderá levar as demais classes exploradas a protagonizar os objetivos internacionais da revolução socialista”*. Isto é, apenas o proletariado, por ser a classe revolucionária e antagônica à burguesia, pode reunir em torno do programa de transformação socialista a maioria nacional oprimida (campe-sinato, classe média arruinada). Para tanto, é necessário cons-

truir e desenvolver a sua ferramenta política axial: o partido revolucionário.

A estratégia da revolução e ditadura proletárias coloca para os países semicoloniais, de capitalismo atrasado, como o Brasil, a necessidade de superar as tarefas democrático-burguesas pendentes (independência nacional, questão agrária, superação do analfabetismo e dos desequilíbrios regionais) e transformá-las em tarefas socialistas. Somente o proletariado revolucionário, à cabeça da maioria nacional oprimida, sob a direção do partido revolucionário, pode derrotar a burguesia e o imperialismo, estabelecer o seu domínio político de classe pela tomada do poder, e iniciar as transformações socialistas em direção à sociedade sem classes, o comunismo. O método e tática revolucionários correspondem aos do proletariado revolucionário, e devem fazer avançar a unidade e independência política de classe dos explorados frente ao Estado, aos governos e partidos burgueses. O programa do IV Congresso, de julho de 1994, nada mais faz que realizar uma síntese dessa estratégia programática no estilo do método do Programa de Transição.

Do ponto de vista do desenvolvimento programático, o programa discutido e aprovado no XII Congresso do POR, realizado em janeiro de 2014, representa um salto fundamental na construção do partido-programa, expressando não só as transformações políticas, econômicas e sociais do último período de decomposição do capitalismo em sua crise estrutural, como a inserção dos quadros partidários do POR na luta de classes no país.

Na apresentação do livro programa se diz: *“O POR se distingue das demais correntes que se reivindicam do trotskismo por se construir como partido-programa. É impensável para os marxistas um partido apoiado tão-somente em análises conjunturais, documentos teóricos, declarações e manifestos. Por mais importantes que sejam tais formulações, não revelam as leis históricas do país, que permitem ao proletariado se erguer como força consciente e transformadora. O Programa do XII Congresso se alicerça na exposição e revelação de tais leis históricas, que conformam o capitalismo mundial e suas refrações nacionais no Brasil, e que levam à revolução proletária. A leitura do Programa evidenciará o esforço da militância porista em aplicar o materialismo histórico como instrumento de conhecimento das origens e transformações do capitalismo no Brasil. Verificamos como a classe operária se elevou como força motriz da revolução socialista. Dela se origina o Programa, e de nenhuma outra classe oprimida. Sem dúvida, este é forjado pelo seu destacamento avançado, que assimilou e assimila as conquistas do marxismo-leninismo-trotskismo”.*

O programa do XII Congresso expõe os seus fundamentos, alicerçados na estratégia da revolução proletária. Não à toa se destaca claramente, em primeiro lugar, a estratégia do POR: *“O fundamento histórico do programa do Partido Operário Revolucionário (POR) é o da revolução proletária. O POR se constrói como um instrumento do proletariado em seu objetivo de tomada do poder pela via da insurreição. A sua estratégia é a de destruir a ditadura de classe da burguesia e estabelecer a ditadura de classe do proletariado. A revolução permitirá ao proletariado expropriar a burguesia, e transformar a propriedade privada dos meios de produção em propriedade socialista”.* Para tanto, esclarece o caráter de classe do Estado

burguês como máquina de dominação da minoria capitalista sobre o proletariado e demais explorados. Por isso, o Estado e governos capitalistas utilizam a violência reacionária para reprimir greves, ocupações, manifestações e levantes. Por mais que se tente amortecê-la, bloqueá-la ou desviá-la para as instituições eleitorais-parlamentares, a luta de classes dos trabalhadores ressurde e se projeta à tomada revolucionária do poder, e à constituição da ditadura do proletariado.

Como nas resoluções programáticas anteriores, o Programa do XII Congresso destaca que os métodos, a tática e as reivindicações devem ter por objetivo a unidade e a independência política da classe operária e dos demais explorados em luta contra o Estado e a burguesia. Portanto, o método *“consiste nas variadas formas de ação direta, de manifestação coletiva dos explorados; e a tática, nos variados meios que constituam a unidade da luta contra a burguesia. O método e a tática decorrem da luta de classes, da natureza revolucionária da situação e do objetivo estratégico da tomada do poder e implantação da ditadura do proletariado. A tática é definida pela estratégia numa relação de interdependência. O proletariado derrotará a burguesia somente se alcançar a sua unidade e a unidade da maioria oprimida”.*

O Programa do XII Congresso destaca que tem como base o internacionalismo proletário, que expressa o caráter mundial do capitalismo e da luta do proletariado como classe revolucionária em todas as latitudes. A revolução proletária no Brasil inte-

O Programa do XII Congresso destaca que tem como base o internacionalismo proletário, que expressa o caráter mundial do capitalismo e da luta do proletariado como classe revolucionária em todas as latitudes. A revolução proletária no Brasil integra a revolução socialista no continente latino-americano, como parte da revolução socialista mundial.

gra a revolução socialista no continente latino-americano, como parte da revolução socialista mundial. A vitória do proletariado, como dirigente da maioria oprimida, no Brasil, significa o rompimento de um elo da cadeia imperialista mundial, e projeta o processo revolucionário em escala internacional. É profundamente reacionária a concepção estalinista do “socialismo em um só país”, que se alicerça na concepção antimarxista das economias isoladas e autossuficientes, constituindo uma negação do internacionalismo proletário. Do ponto de vista político, o internacionalismo coloca a necessidade de reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional.

A caracterização das leis históricas de desenvolvimento do capitalismo no Brasil, sob impacto das transformações do capitalismo internacional, é base da análise das classes sociais no país e da luta que se trava entre burguesia e proletariado. O Programa do XII Congresso afirma: *“O caráter da revolução no Brasil é determinado pelo alto desenvolvimento das forças produtivas mundiais, pela tendência geral à decomposição do capitalismo monopolista, e pelo particular lugar que ocupa na ordem internacional, como país de economia atrasada e semicolonial. O amadurecimento das condições para a revolução proletária no País é dado pelo esgotamento do modo de produção capitalista mundial, e não apenas pelo particular desenvolvimento do capitalismo interno. Não haverá outro tipo de transformação*

que não seja socialista. A classe operária chegará ao poder pela revolução social e transformará a propriedade privada dos meios de produção em propriedade socialista”.

O que implica a superação das tarefas democrático-burguesas pendentes, próprias do capitalismo atrasado semicolonial, e a sua transformação em tarefas socialistas. O domínio do latifúndio no campo, as condições de opressão e exploração do campesinato pobre, o avanço do agronegócio, a opressão sobre as nacionalidades indígenas implicam a resposta revolucionária ao problema do acesso à terra (questão agrária), e transformações das relações sociais no campo, com a destruição do latifúndio, entrega das terras à massa camponesa pobre, a posse da terra e a autodeterminação das nacionalidades indígenas. Para tanto, é necessário defender a aliança operário-camponesa, com a qual é possível unir a maioria oprimida, à base do programa da revolução proletária. No final do Programa do XII, apresenta-se um conjunto de reivindicações e tarefas transitórias, que sintetizam a defesa da vida dos explorados.

3. Posições políticas frente aos problemas da luta de classes

Como se afirmou antes, o POR nasceu e se desenvolveu sobre a base da crítica programática à estratégia democratizante do PT e das correntes que lhe seguiram, na defesa da possibilidade de reforma do capitalismo, do eleitoralismo e do parlamentarismo como vias para chegar ao poder do Estado burguês, e supostamente colocá-lo a serviço dos interesses dos trabalhadores, mostrando como esse objetivo histórico do reformismo petista e das correntes revisionistas do marxismo obscurecia o verdadeiro caráter das transformações necessárias à destruição do domínio de classe da burguesia, e de avanço da luta socialista. Ao contrário, a estratégia democratizante reforçava, cada vez mais entre os explorados, a ideia de que é possível um capitalismo renovado, melhorado, humanizado, e de que através dos governos do PT, do chamado “governo dos trabalhadores” (depois transmutado em “governo democrático-popular”) se conseguiria democratizar o Estado, afastar as velhas oligarquias e seus partidos parasitas, e avançar nos direitos e conquistas do proletariado e demais explorados.

Desde as resoluções político-programáticas do I Congresso (1989), afirmamos claramente que a essência da política da direção petista, “traçada pela direção majoritária, se resume na estruturação do PT como uma esquerda nacional, adaptada às condições do atual estágio da crise. Trata-se, como a própria articulação qualifica, de uma alternativa democrático-popular para dirigir o Estado burguês. Nessa visão, o PT desponta como uma possibilidade de governo que fecharia o ciclo da chamada ‘transição conservadora’ e abriria um processo de democratização e reformas, destinado a tirar o país do precipício. Assim, amparado na estratégia democrático-popular, o PT se apresenta como um substituto dos partidos burgueses democratizantes, que faliram nos propósitos de erguer uma ampla democracia social representativa (...). Um governo democrático, alçado ao poder pelo voto, não é um governo revolucionário apoiado nas massas organizadas, e não poderá vir a sê-

Partido-programa

lo. Ele é produto da estratégia de adaptação do PT ao Estado, que, tanto pelo programa reformista, quanto pela tática traçada (o eleitoralismo), o submete aos liames do poder estatal, e às relações de propriedade e de opressão nacional”.

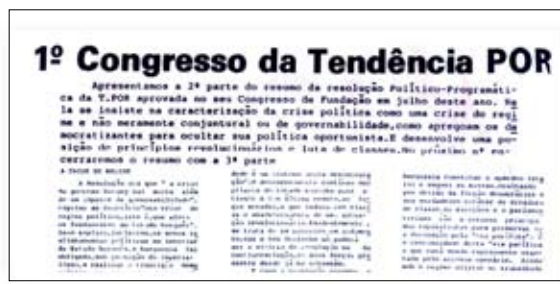
De fato, a direção do PT, nas mãos dos setores reformistas e democratizantes, chamada de *Articulação* (depois *Campo Majoritário* e *Construindo um Novo Brasil* - CNB), sob a direção de Lula, adiante reforçada por José Dirceu, procurou, em todos os momentos de crise política e econômica, direcionar as insatisfações das massas de trabalhadores e demais explorados para o campo institucional e eleitoralista, preservando acima de tudo as bases do regime político e do Estado capitalista. Sob o programa reformista de preservação da grande propriedade privada burguesa e de administração do Estado, o PT foi convertido, ao longo dos anos 1990, em uma força eleitoral, com apoio da burocracia sindical dirigente da CUT, que, concomitantemente, sofreu um profundo processo de burocratização e de adesão à política sindical socialdemocrata de conciliação de classes entre burguesia e proletariado, e de defesa do chamado “sindicalismo de resultados e propositivo”. As seguidas derrotas eleitorais (1989, 1994 e 1998) aprofundaram a adaptação do partido à ordem burguesa, e reforçaram as medidas burocráticas internas, que provocaram a saída de organizações, que se reivindicavam do marxismo e da revolução socialista, como foi o caso do POR.

Na década de 1990, os chamados “governos neoliberais” (Collor, Itamar, FHC) implementaram planos e medidas de ataques aos direitos e conquistas dos trabalhadores, além de privatizar (chamado de Plano de Desestatização) as empresas públicas em vários ramos e áreas de atuação do Estado. Fernando Henrique aplicou, nos dois mandatos, as diretrizes pró-imperialistas e de ataques aos trabalhadores e demais explorados, por meio do Plano Real

(ajuste fiscal, cortes orçamentários, altas taxas de juros, cortes de salários e das verbas do orçamento nas áreas sociais), privatizou empresas públicas, como a Companhia Vale do Rio Doce, Companhia Siderúrgica Nacional, Embraer, Telebrás e Eletrobrás, perseguiu e reprimiu o funcionalismo, as greves dos trabalhadores,

como ocorreu com a greve histórica dos petroleiros, em maio de 1995, fortaleceu a agroindústria e o poder do latifúndio, resultando na expulsão e morte de camponeses, como foi o caso do fuzilamento de 19 trabalhadores, em abril de 1995, em Eldorado dos Carajás, no Pará.

Para o PT, não se tratava de derrubar as medidas antiopeárias e antipopulares nas ruas, por meio do avanço da luta de classes do proletariado e demais explorados; mas de direcionar as insatisfações dos explorados para a estratégia eleitoral-parlamentar, de constituição de um “governo democrático-popular”, em aliança com os partidos da burguesia (oligárquicos) e bloquear, dessa forma, o desenvolvimento da luta direta (greves, manifestações, ocupações, bloqueios). O POR, ao contrário, colocou-se pela derrubada das medidas antiopeárias e antipopulares, por meio da ação direta, defendendo um conjunto de



Massas nº 2 (1989) - página 2

reivindicações que expressam a vida da classe operária e dos demais explorados, como o salário mínimo vital, a escala móvel de trabalho e de salários, habitação, saúde e educação a todos, contra toda forma de opressão e discriminação, por meio da independência política dos explorados frente ao Estado e partidos da burguesia, e defesa da democracia sindical.

O desenvolvimento da crise econômica mundial, seus reflexos na economia nacional e o desgaste do governo FHC abriram a possibilidade do PT chegar ao poder do Estado. Para tanto, o PT assinou a chamada “Carta ao Povo Brasileiro”, na qual assegurou ao capital nacional e internacional a sua intenção de respeitar a grande propriedade privada e os interesses dos capitalistas, além de manter os acordos assinados pelos governos anteriores, a defesa da ordem pública, a manutenção dos fundamentos do Plano Real, e os investimentos de interesse das frações burguesas, inclusive do agronegócio. Com o apoio de partidos oligárquicos da burguesia e dos latifundiários (PMDB, PL, PP, PMN), do estalinismo (PCdoB), e financiado por conglomerados capitalistas, o PT se potenciou como força eleitoral, chegando ao poder do Estado burguês, em 2002, com a eleição de Lula à presidência. Recebeu apoio de organizações do movimento sindical, entre elas a CUT, o MST e a UNE. Até mesmo correntes que se reivindicam do trotskismo, como o revisionista PSTU, chamou o voto em Lula no segundo turno das eleições de 2002, se comprometendo com a eleição de um governo financiado por setores burgueses e comprometido com as diretrizes do capital.

No Jornal Massas 248, de 23 de outubro a 4 de novembro de 2003, afirmamos: “Eleições: é preciso dizer que o governo do PT/Lula será de traição às esperanças dos trabalhadores”. E alertamos: “Os

compromissos de seu governo com o grande capital internacional, e seus acordos políticos com grupos capitalistas nacionais, por si, constituem traição à confiança e esperança dos pobres e famintos. Não se deve acreditar que esse governo fará uma política oposta a tais compromissos antinacionais e antipopulares. A base militante petista e as esquerdas que o apoiam querem dar a entender que o PT foi obrigado a contrair tais compromissos, por razões puramente táticas, para poder ganhar as eleições, contornando a campanha do governo sobre a instabilidade, etc. Dizemos que essa explicação é ilusória e falsa. O governo do PT será de coligação com forças da oligarquia. Não terá independência frente ao imperialismo, e descarregará a crise capitalista sobre

os explorados, como já vem sendo feito. Utilizará o argumento de que o novo governo terá de ter tempo para arrumar a casa, que a crise já existia, e que o sacrifício dos oprimidos será compensado mais à frente, com o crescimento econômico, etc. Exortará os operários a não fazerem greves, e os camponeses a não ocuparem terras. Manobrá com a bandeira da negociação entre as classes. Pedirá compreensão para que seu governo seja estável. Acusará os lutadores de fazerem o jogo da direita frente à defesa das reivindicações das massas e contra o continuísmo das reformas pró-capitalistas. Tudo isso é previsível. É bom que se diga desde já, para melhor enfrentar a traição do governo de Lula”.

De fato, os dois mandatos do governo Lula (2002-2010) e os anos do governo Dilma Rousseff (2011-2015) mostraram claramente o compromisso do PT com a manutenção das diretrizes traçadas pelos governos neoliberais, particularmente de FHC, por meio do Plano Real (superávit fiscal, pagamentos de juros e amortizações da dívida públicas, privatizações de bancos federalizados, rodovias, portos, aeroportos e petróleo), além das diversas medidas de ataques aos direitos e conquistas dos trabalhadores, como ocorreu com as reformas da Previdência (2003), Sindical, e de flexibilização das leis trabalhistas, o avanço da mercantilização e desnacionalização da educação e da saúde, o avanço do agronegócio, reforço do latifúndio, a violência e expulsão contra camponeses e indígenas, criação da Força Nacional de Segurança para reprimir greves de trabalhadores e prisão de lideranças, como ocorreram nas manifestações de junho-julho de 2013 e de 2014, contra a Copa.

No contexto atual, de avanço da crise mundial do capitalismo e de impacto na economia do Brasil, o segundo mandato de Dilma (PT) começou com a aprovação do projeto de lei da Terceirização pela Câmara dos Deputados, e das medidas de Ajuste Fiscal (MPs 664 e 665), encaminhadas pelo governo, demonstrando ainda mais claramente o acerto da linha política do POR, e a necessidade de penetrar o programa da revolução proletária no seio do proletariado e demais explorados. Trata-se de defender a bandeira de oposição revolucionária ao governo burguês de Dilma Rousseff (PT), enfrentar as medidas de ataques aos direitos e conquistas dos trabalhadores, por meio da constituição de uma frente única, e denunciar o compromisso da burocracia sindical com um governo que ataca frontalmente as massas, defendendo o rompimento da CUT com o governo.



Folheto - junho de 2001



Governo operário-camponês

A bandeira estratégica de governo operário e camponês tem por conteúdo a ditadura do proletariado. A revolução social estabelecerá essa forma de governo, que corresponde a uma aliança entre a classe operária e o campesinato oprimido. Segundo as Teses Agrárias (4ª Conferência, 13 e 14 de janeiro de 2001), a transformação da estrutura agrária está determinada: 1) pela formação econômica e social do capitalismo semicolonial; 2) a combinação de relações pré-capitalistas de produção (trabalho familiar, meios de produção arcaicos) e capitalistas (trabalho assalariado, uso da tecnologia e das técnicas de produção mais modernas); 3) a estruturação das classes se materializa como unidade contraditória; 4) é regida pela lei do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo.



A aliança operário-camponesa se expressa na tática da frente única anti-imperialista, uma vez que encarna à frente pela qual a classe operária luta por se constituir na direção da maioria nacional oprimida em torno de seu programa e sob sua tática.

Portanto, coloca-se a revolução proletária, que incorpora e combina as tarefas democráticas (revolução agrária) e socialistas (coletivização da grande produção agroindustrial). Ou seja, o caráter da revolução é dado pelo *“alto desenvolvimento das forças produtivas mundiais, pela tendência geral à decomposição do capitalismo monopolista, e pelo particular lugar que ocupa na ordem internacional, como país de economia atrasada e semicolonial”*. O que significa dizer que *“não haverá outro tipo de transformação que não seja socialista”* (Programa do POR).

É no marco da estruturação histórica da economia e das classes que a pequena e média propriedades rurais entram permanentemente em choque contra a grande propriedade monopolista dos meios de produção (latifundiária e agroindustrial). Esse choque se manifesta diuturnamente como expulsão das famílias camponesas, ocupação de terras indígenas, assim como no atraso da produção camponesa e violência reacionária contra os sem terra.

A política nacional-reformista criou ilusões na solução dessas contradições e fenômenos pela via eleitoral, das reformas e das leis. Se bem que *“a bandeira de reforma agrária, levantada pelo movimento dos sem-terra, se assenta na imensidão da propriedade latifundiária, na situação de penúria de milhões de camponeses, e na investida dos capitalistas sobre os seus interesses”* (Programa do POR), nas condições de submissão do nacional-reformismo aos interesses monopolistas da terra e produção agrícola, a “Reforma Agrária petista” não ultrapassou a política de assentamentos em terras improdu-

tivas ou pequenas parcelas inexploradas, mas fartamente indenizadas pelo Estado aos latifundiários. O PT objetivou subordinar o explosivo movimento camponês e preservar, assim, a grande propriedade e o domínio do agronegócio. O nacional-reformismo se mostrou incapaz de tocar na estrutura latifundiária do campo, fonte de opressão dos camponeses pobres. A experiência com o PT no poder do Estado confirmou a tese marxista de que não é possível realizar a reforma agrária, que há muito foi concebida pelo velho nacionalismo e desenvolvimentismo burgueses.

Quando se produziu a queda econômica (segundo mandato de Dilma Rousseff), a “reforma agrária petista” chegou a um beco sem saída. A burguesia mundial exigiu que se abrissem as portas para maior penetração do agronegócio. A repressão e os assassinatos contra os camponeses se retomaram e, por momentos, superaram seus patamares históricos. Assim se expressava no campo a ofensiva burguesa pela destruição das condições de vida das massas, e o avanço da subordinação do país aos ditames dos monopólios e do capital financeiro.

Está aí exposto por que a reforma agrária (entrega da terra e das condições financeiras e técnicas necessárias à sua exploração pelos camponeses pobres e sem terra) somente é realizável como parte da revolução agrária, que é uma tarefa democrática que a burguesia não realizará, porque exige a expropriação

e nacionalização das terras latifundiárias, e a implantação do sistema coletivo de produção – onde as condições estejam maduras para iniciar a socialização. De maneira que somente o proletariado a realizará, com seus próprios métodos, em aliança de classe

com o campesinato. Consumada a revolução, a aproximação dos camponeses à produção socializada será realizada na base da experiência e da assimilação das vantagens da produção coletiva perante a pequena propriedade.

Um passo necessário nesse caminho é a organização do proletariado agrícola em suas próprias organizações de massas, que *“é fundamental para se concretizar a estratégia e a tática da aliança operária e camponesa”*. O que exige projetar suas lutas pelas reivindicações tais *“como reajustes salariais, redução da jornada de trabalho, melhoria das condições de trabalho, registro em carteira profissional, previdência estatal, habitação, educação, liberdade de organização, direito de greve etc.”*, alavancas para *“projetar a política revolucionária no campo”* (Teses Agrárias).

O POR sempre combateu os métodos institucionais e pacíficos e defendeu a necessidade de *“constituir os comitês de autodefesa armados das massas camponesas pobres”* e os *“tribunais populares”*, para julgar todos os crimes de classe da burguesia contra os camponeses pobres e sem terra. Nesse sentido, cobra especial relevância o trabalho de potenciar os métodos coletivos das massas (ação direta), que surgem das condições objetivas e impulsionam os instintos dos camponeses a resolverem os problemas agrários com suas próprias mãos: *“ocupações de terras, bloqueios, greves e resistência armada aos ataques dos jagunços, das milícias dos fazendeiros e do aparato militar do Estado”*. Meios revolucionários que *“constituem a base do método do programa agrário”* e, que fortalecem *“a capacidade de luta*

contra a violência reacionária da burguesia e seu Estado”.

A aliança operária e camponesa exige do proletariado avançar a sua independência política e construir seu partido-programa. Somente assim, o proletariado agrícola poderá, agindo como a vanguarda na luta de classes no campo, ajudar as massas camponesas a superarem o nacional-reformismo e a política dos assentamentos, onde se reproduzem a miséria, e se conserva a técnica produtiva pré-capitalista.

A aliança operário-camponesa se expressa na tática da frente única anti-imperialista, uma vez que encarna a frente pela qual a classe operária luta por se constituir na direção da maioria nacional oprimida, em torno de seu programa e sob sua tática. A frente única anti-imperialista corresponde à estrutura capitalista atrasada e de economia combinada. Mas, também nela se expressa a interdependência entre a revolução no País e sua projeção internacional na América Latina. Não por acaso, a penetração imperialista e a consequente divisão social do trabalho mundial impõe à revolução social no Brasil seu caráter de refração *“das condições gerais de atraso das forças produtivas em todo o continente latino-americano, que, por sua vez, são refrações das forças produtivas altamente desenvolvidas, sob a forma do capitalismo monopolista”* (Programa do POR). De forma que a revolução no Brasil, *“modificará a correlação de forças no continente latino-americano”*, e colocará a necessidade de impulsionar suas forças produtivas como elos indissolúveis das forças produtivas continentais. A aliança operária e camponesa materializa as particularidades em cada país, mas também

expressa uma relação de classes que se superpõe e ultrapassa as fronteiras nacionais. Pode-se afirmar que expressa as forças sociais e as alianças de classe, sobre as que se ergue e firma *“a estratégia internacionalista, sintetizada na bandeira dos Estados Unidos Socialistas da América Latina”*.

São essas as bases históricas, econômicas, sociais, políticas, científicas, que dão o conteúdo concreto da bandeira do governo operário e camponês. E que distinguem o POR de todas as outras correntes que se reivindicam do trotskismo. Essas se reúnem sob a bandeira genérica e amorfa do “governo dos trabalhadores” e suas variantes formais (“governo operário e popular”, “governo democrático e popular” etc.). Enquanto a formulação estratégica de governo do POR expressa, concentradamente, a estrutura histórica do país e a dinâmica concreta das classes sociais antagônicas, a dos revisionistas expressa uma bandeira adaptada à democracia burguesa, aos métodos eleitorais e ao atraso dos explorados. O POR afirma: o “governo operário e camponês” mobiliza e empurra às massas ao campo da revolução social; o “governo dos trabalhadores” as canaliza para as disputas eleitorais.

A fórmula de governo é uma emanção da elaboração concreta do programa da revolução proletária em uma realidade dada. Não se inventa ou se ajusta segundo sua maior ou menor aceitação. Assinala o rumo objetivo e às leis científicas das transformações revolucionárias. Sua defesa, portanto, é um instrumento da luta pela independência de classe, e uma obrigação para os marxistas se constituírem nos elos conscientes do processo histórico.

Manifestações em todo país rechaçam o massacre de Eldorado

A CUT e sindicatos não compareceram como instrumentos de organização dos protestos e de defesa da punição dos assassinos, através da mobilização de massa. O PT, maior partido reformista, também não tomou a frente das manifestações. Permaneceu na sombra das mobilizações, e se projetou apenas no parlamento, com denúncias verbais.

Ofensiva do governo para enfraquecer o MST

A novidade da “nova reforma agrária” do governo neoliberal de FHC é a municipalização. Já ganhou apoio do velho caudilho nacionalista Miguel Arraes, que tem em seu estado um forte movimento agrário, historicamente marcado pelas Ligas Camponesas da década de 1950. A ideia é dos municípios cadastrarem os sem-terra e, em comum acordo com o governo federal, proceder os assentamentos. Esta aí mais um elo das manobras políticas da burguesia para combater as ocupações do MST.

Certamente, o Estado procurará utilizar de toda sua máquina para encabrestar uma fração dos sem-terra, que se oporá ao MST. Ou integrar o próprio MST, no projeto estatal de esvaziamento da luta de classes no campo, caracterizada pelas ocupações e confrontos com latifundiários. Ou ainda, dividir o MST entre uma fração defensora das ocupações e outra do oficialismo estatal.

O que a experiência das chacinas nos ensina

Os reformistas e clericais, que têm os cordões de controle sobre o MST, enfocaram a chacina de Eldorado do ponto de vista dos “direitos humanos” e da “cidadania”. Ou seja, atribuíram um

conteúdo puramente democrático-burguês para o crime de classe da burguesia contra os sem-terra.

Esta não é a autêntica lição que os acontecimentos nos trazem. A essência da chacina está em que o Estado e os capitalistas não têm outra via de enfrentar o crescente movimento de ocupação de terra, senão através da guerra civil.

Mesmo que localizada, a chacina é um embrião de tal guerra. O seu conteúdo é de guerra de classe, ou seja, da burguesia latifundiária contra os camponeses pobres.

Depois da repressão sanguinária vêm as pressões

Ocorre que o problema camponês não se restringe aos milhões de sem-terra, abrange outros milhões de minifundiários, cuja existência continua ameaçada pelo processo de concentração latifundiária, que caracteriza a estrutura econômica do capitalismo semicolonial no Brasil. A via dos explorados só pode ser a do fortalecimento do movimento de massa, de sua unidade e da consti-

Massas 110 - 1ra Quinzena de maio de 1996





■ **Massacre de Eldorado do Carajás (Pará).** A polícia assassinou 19 camponeses sem-terra, em 17 de abril de 1996.

tuição dos organismos de autodefesa.

Tal unidade quer dizer incorporar na luta pela terra os milhões de minifundiários, na sua grande maioria localizada no Nordeste, e estabelecer vínculos com os trabalhadores da cidade, fundamentalmente o proletariado. É com essa estratégia e tática de classe que os oprimidos enfrentarão as novas tentativas de chacina, e avançarão no objetivo de arrancar as terras das mãos dos latifundiários.

A importância da defesa dos Tribunais Populares

Aqueles que, em nome dos direitos humanos, se apoiam no Estado e no governo para apurar os crimes de classe, não fazem

Partido-programa

senão proteger os verdadeiros responsáveis. Esses pacifistas se ajoelham diante da democracia burguesa, como se esta não fosse instrumento de dominação dos latifundiários sobre os camponeses, e do conjunto da burguesia sobre os explorados.

Opostamente, a política proletária tem por princípio desenvolver a desconfiança das massas no Estado burguês e a oposição revolucionária de classe. Frente a qualquer crime da burguesia, defende que as massas, dirigidas pelo proletariado, tomem em suas próprias mãos a investigação e a punição. Eis por que o Partido Operário Revolucionário levanta a bandeira de constituição de um Tribunal Popular, formado por representantes eleitos pelas bases, sem nenhuma interferência do Estado, dos partidos patronais e de qualquer organismo burguês.

Avançar a luta sob a estratégia do governo operário e camponês

Os camponeses pobres somente terão acesso à terra, e se livrarão do jugo latifundiário, se se organizarem em torno da estratégia da conquista do governo operário e camponês. A reforma agrária não será uma bênção do Estado burguês.

Será parte de uma transformação mais geral da estrutura econômica, política e social do país. Ao se atingir as relações agrárias de produção baseadas na propriedade capitalista latifundiária da terra, se atinge o domínio geral da burguesia. Está aí a razão porque a liquidação do monopólio latifundiário implica na liquidação do monopólio burguês sobre a indústria, finanças e comércio.

João Pedro Stédile explica o impasse da reforma agrária

Massas 469 - 26 de janeiro de 2014

Inicia sua entrevista ao jornal da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) com a seguinte avaliação: *"Infelizmente, o balanço da reforma agrária durante o Governo Dilma é negativo. Vergonhoso, diria. Porque, em termos estatísticos, neste ano, foram desapropriadas fazendas para apenas 4.700 famílias, que é menos do que o general Figueiredo fez, no seu último ano."*

É sintomática a comparação de Stédile entre o governo do PT e o último governo da ditadura militar. Revela desilusão tardia e mágoa. O MST fez campanha eleitoral para que Lula fosse sucedido por Dilma, e o PT permanecesse com a presidência da República. Não poderia, portanto, ser tão desprestigiado pelo seu maior aliado político.

Nota-se, na entrevista, que o líder máximo do MST evita entrar no mérito das posições de Dilma. Eis a única referência: *"(...) o governo Dilma representa uma composição de forças, que no caso do campo tem ampla hegemonia do agronegócio, basta dizer que a senhora (senadora) Katia Abreu, representante máxima do atraso do latifúndio de Tocantins, é da base do governo e se reúne com frequência como a Presidenta."*

Stédile cita três causas para explicar o retrocesso dos assentamentos. A composição de força favorável ao agronegócio no seio do governo comparece como terceira causa. Trata-se de uma constatação evidente. Basta um pouco de politização e de acompanhamento do noticiário para qualquer pessoa saber que Dilma

procurou se aproximar de setores antes hostis ao lulismo – é o caso de Kátia Abreu. Mas, os acontecimentos mostraram que as hostilidades eram conjunturais e particulares.

O governo de Lula também impulsionou o agronegócio, e realizou centenas de assentamentos. Anteriormente, o governo de Fernando Henrique Cardoso também optou por essa política. Os

latifundiários e o agronegócio não viram a administração de Lula como um perigo para suas propriedades. Pelo contrário, se convenceram de que, com o PT no poder e com o apoio da direção do MST à política de assentamentos de Lula, se chegava à paz no campo. Sob o governo de FHC, os choques entre camponeses e latifundiários se elevou às alturas. Sob Lula, desceu à ré do chão. E, agora, sob Dilma, rastejam.

Ocorre que o MST se submeteu à aliança do PT com partidos da oligarquia latifundiária. A vinda de Kátia Abreu para a base governista foi possível justamente porque essa aliança já existia desde o governo Lula, apenas foi reforçada com Dilma.

Stédile não tem interesse em demonstrar a origem e o desenvolvimento da aliança do PT, sob a condução de Lula, com setores da oligarquia fundiária e do agronegócio, para não expor a traição da direção do MST à aspiração dos camponeses de retomada de suas terras.

(...)

(...) com o PT no poder e com o apoio da direção do MST à política de assentamentos de Lula, se chegava à paz no campo. Sob o governo de FHC, os choques entre camponeses e latifundiários se elevaram às alturas. Sob Lula, desceram à ré do chão. E, agora, sob Dilma, rastejam.

30 anos combatendo o nacional-reformismo e a conciliação de classes

Este título ilustra o sentido histórico da luta pela estruturação do POR em face do poderoso bloqueio que continua a ser o PT à construção do partido-programa. Três fatores são decisivos, ainda hoje, nessa avaliação: 1) a derrocada do PT do poder pelo Golpe de Estado impediu às massas esgotarem sua experiência com os governos petistas; 2) a estatização e burocratização dos sindicatos continuam poderosos obstáculos às tendências de luta das massas; 3) a conciliação de classes, na forma de uma oposição “responsável” e “democrática”, constitui-se em pilar essencial da governabilidade do governo ditatorial, militarizante e entreguista de Bolsonaro.

Nos textos aqui publicados, destacamos especialmente o período de 2002 a 2014, que corresponde aos mandatos do PT à frente do Estado, marcados, tanto pela alta da economia, quanto pelo seu refluxo e começo da estagnação. Ou seja, pela época em que a conciliação de classes permanecia como uma via burguesa de governo. O último texto já indica o agravamento da crise política, no segundo governo de Dilma (o quarto consecutivo do PT). Tem a importância de mostrar as tendências que levariam ao processo de crise, impeachment e Golpe de Estado. Em outra seção deste Especial, desenvolvemos nossa luta contra o nacional-reformismo nessa fase de decomposição e derrocada. Preservamos essa divisão para melhor expor a linha e bandeiras erguidas pelo POR em duas fases diferenciadas da situação política.

No momento da ascensão eleitoral do PT, o POR travou combate contra o programa de governo “democrático-popular”. Delimitou-se de todas as correntes, ao chamar o Voto Nulo. Disse claramente que o governo Lula seria de traição aos explorados e de servilismo à burguesia. Essa delimitação permitiu-nos preservar os fundamentos principistas da construção do partido-programa. Cobram aqui especial importância as primeiras formulações, uma vez que compõem o quadro fundacional da tarefa de construir o partido operário revolucionário, antagônico aos “partidos de massas” eleitorais e democratizantes, que pretendem ser possível assumir o comando do Estado burguês ao serviço dos interesses operários e populares.

Quando o PT já era governo, a bandeira de “Oposição Revolucionária” cumpriu um lugar de destaque na política do POR. Indicava a necessidade de impulsionar a luta das massas, partindo das reivindicações que entravam em choque com as medidas antioperárias e antipopulares dos governos de Lula e Dilma, sob a política e estratégia do governo operário e camponês. Constituíam-se também em uma clara delimitação diante da política eleitoralista do centrismo, que obstaculizava a elevação política da vanguarda à tarefa de superar as ilusões democráticas.

A ordem sequencial dos textos ajuda, sem nenhuma dúvida, a compreender esse curso objetivo da luta do partido, em

cada fase da situação política. Certamente, achar-se-ão certas lacunas, uma vez que tivemos de deixar de lado inúmeros textos que tratam dos diferentes fenômenos políticos e econômicos, assim como conjunturais, que poderiam integrar temporalmente de forma mais precisa a evolução das análises e formulações do POR. Entretanto, acreditamos que o essencial dessa seleção está em que traça um quadro geral da luta pela estruturação da vanguarda marxista-leninista-trotskista que, necessária e obrigatoriamente, deve passar pela superação política do PT pelas próprias massas. A republicação de um texto do jornal especial dos 12 anos de governo do PT, publicado em dezembro de 2014, objetiva resumirmos esse percurso histórico, e serve para desenvolver essa visão histórica de conjunto. O fundamental é que está claramente exposta a diretriz do POR de sempre se guiar pela estratégia do governo operário e camponês.

(...) assim como não há como construir socialismo em um só país, tampouco há como derrotar o nacional-reformismo como fenômeno internacional apenas em escala nacional, que se constituiu como mais um instrumento da burguesia mundial contra os explorados. A tarefa de ajudar as massas a romperem com o PT depende tanto do desenvolvimento do partido-programa em nosso país, quanto do avanço na reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista.

Por outra parte, certos prognósticos assinalados se demonstraram mais difíceis de verificar. Referimo-nos às caracterizações de que a corrupção, aburguesamento e ataques contra as massas do primeiro governo Lula levariam às massas a entrarem em choque com o PT antes do previsto, facilitando a ruptura com a política colaboracionista e de conciliação entre as classes. O que se explica pelo caráter embrionário do POR e seu lento desenvolvimento, como fração revolucionária do proletariado; pela importância que adquiriu a alta econômica do período para a estabilidade do governo de conciliação de classes; pelo fato do ciclo nacional-reformista compreender e se estender internacionalmente, o que favoreceu a confluência de uma relativa estabilidade política, cimentada no bloqueio à luta das massas; e, fundamentalmente, pela crise de direção revolucionária mundial, que impediu às massas latino-americanas assumirem sua estratégia anti-imperialista e anticapitalista, sob um centro revolucionário mundial experiente e preparado.

Ocorre que, assim como não há como construir socialismo em um só país, tampouco há como derrotar o nacional-reformismo como fenômeno internacional apenas em escala nacional, que se constituiu como mais um instrumento da burguesia mundial contra os explorados. De maneira que a tarefa de ajudar as massas a romperem com o PT depende tanto do desenvolvimento do partido-programa em nosso país, quanto do avanço na reconstrução do Partido Mundial da Revolução

Socialista. Mais precisamente: depende de fortalecer seu embrião, o Comitê de Enlace.

O essencial destes 30 anos que se passaram, desde os primeiros passos da construção do POR, reside em que a traição do PT aos explorados está claramente exposta. Sua desagregação corresponde às contradições da época imperialista, que não mais permitem melhorias nas condições de vida das massas. É época das contrarreformas e da reação política em toda a linha.

O Partido dos Trabalhadores (PT)

ORIGEM E INTEGRAÇÃO AO ESTADO BURGUEÊS

Massas 500 – Especial 12 anos do governo do PT – dezembro de 2014

O Partido dos Trabalhadores (PT) foi fundado no dia 10 de fevereiro de 1980, no Colégio Sion, em São Paulo. Surgiu no contexto de crise da ditadura militar e da ascensão da luta de classes, com a irrupção de greves em vários lugares, em particular no ABC paulista. Desde meados da década de 1970, o regime militar, ainda no governo do general Ernesto Geisel, iniciou a chamada “*abertura lenta, gradual e segura*”. O chamado “milagre brasileiro” (1969-1974) dava sinais de esgotamento, atingido, não só pelas contradições da economia brasileira,

Silva, José Cicote, Henos Amorina (dirigentes dos sindicatos metalúrgicos de São Bernardo, Santo André e Osasco), Paulo Skromov, (sindicato dos coureiros), Jacó Bittar (petroleiros), Olívio Dutra (bancários) expressavam consonância com esse propósito. O PT surge nesse contexto de crise do regime ditatorial, e reorganização do movimento sindical (a CUT seria criada em 1983) e camponês (o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, MST, em 1985), congregando sindicalistas, sob liderança de Lula.

Derrotado por Fernando Collor de Melo, em 1989, em meio a ataques da imprensa burguesa, a direção petista impôs um conjunto de medidas de depuração interna. O objetivo central era demonstrar claramente a sua intenção de respeitar as instituições democrático-burguesas e a ordem jurídica, e gerenciar os negócios gerais da burguesia.

mas, principalmente, pelo avanço da crise mundial do capitalismo, a partir de 1973. A queda do PIB, o arrocho salarial, as péssimas condições de trabalho, o aumento da exploração e a repressão contra o movimento operário e suas organizações, levaram a classe operária e demais assalariados a se reorganizarem e paralisarem a produção. Despontaram, no final da década de 1970, greves e paralisações em vários estados. Só em 1978, 539.037 trabalhadores cruzaram os braços em todo o país, inclusive trabalhadores rurais.

As mobilizações pela anistia nos anos de 1978/1979, a extinção do AI-5, com a aprovação da Lei da Anistia e a volta ao pluripartidarismo, em dezembro de 1979, no governo do general João Baptista de Figueiredo, desmontaram o bipartidarismo consentido pelo regime ditatorial (ARENA e MDB). A ARENA se transformou em Partido Democrático Social (PDS), e o MDB em Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). A chamada oposição democrática ao regime se dividiu em vários partidos: Partido Trabalhista Brasileiro (PTB – reunia partidários do trabalhismo inspirado em João Goulart e Getúlio Vargas), Partido Democrático Trabalhista (PDT – reunia a dissidência dos trabalhistas em torno de Leonel Brizola), Partido Popular (PP – depois incorporado ao PMDB).

Desde meados de 1978, cogitava-se a necessidade de constituição de um partido dos trabalhadores independente. Líderes sindicais desse período, como Luís Inácio Lula da

Convergiram, para a fundação do PT, a intelectualidade pequeno-burguesa de esquerda, setores de base da Igreja católica ligados à Teologia da Libertação, parte da militância proveniente da crise e fragmentação do PCB (como o PCBR), Ação Libertadora Nacional/ALN, Ala Vermelha, etc., e organizações que se reivindicavam do trotskismo. A Convergência Socialista (de-

pois PSTU) fez parte da discussão do congresso metalúrgico de 1979, que lançou a ideia de construir o PT. A Organização Socialista Internacionalista (OSI – produto da fusão da Organização Comunista 1º de Maio e a Fração Bolchevique-Trotskyista, depois O Trabalho) inicialmente rechaçou a proposta, mas acabou aderindo ao PT, e até hoje nele se encontra. A Causa Operária (depois PCO) atuou desde a fundação do PT. O PCB e PCdoB rejeitaram a fundação, sob a argumentação reacionária de que era necessário manter a unidade das forças democráticas, dentro do MDB.

Desde a sua origem, o PT esteve sob a direção de setores reformistas e democratizantes, que tinham como objetivo central, não a destruição do capitalismo e a construção do socialismo, mas a realização de reformas no Estado, por meio das instituições democráticas burguesas, e a aplicação de medidas de desenvolvimento econômico. A direção do MST sempre depositou ilusões de que um governo democrático e popular do PT realizaria a chamada “reforma agrária”, garantindo o acesso dos camponeses às terras, mediante a desapropriação e indenizações, realizadas pelo próprio Estado burguês. A Articulação (posteriormente deu origem ao chamado Campo Majoritário, com a adesão da Democracia Radical, depois à corrente petista Construindo um Novo Brasil, CNB) foi a corrente dominante em praticamente toda a história do PT, controlado por Lula e, mais adiante, junto com José Dirceu. Portanto, o PT nasceu

programaticamente como um partido reformista, apoiado nos sindicatos.

Nas eleições gerais de 1982, o PT conseguiu eleger 8 deputados federais, 12 deputados estaduais e 117 vereadores no país. Na primeira metade dos anos 1980, o Brasil estava mergulhado numa crise econômica e política crescente. O partido participou ativamente da campanha pelas “Diretas-Já” e esteve à frente de inúmeras greves ao longo da década, como em 1983, 1986, 1987 e 1989. A alta da inflação corroía os salários, os trabalhadores sentiam na pele as consequências da crise mundial. A crise do regime militar levou à eleição, pelo Colégio Eleitoral, em 1985, de Tancredo Neves. Com sua morte, assumiu José Sarney. O primeiro governo da abertura democrática foi marcado por altas taxas de inflação, arrocho salarial, crescimento da dívida pública e aumento de preços da cesta básica. Inúmeras greves e paralisações sacudiram o país, no final da década. Nos primeiros anos de vida, o PT se organiza por núcleos de base, e ainda respirava certa democracia interna, apesar da política reformista. A direção petista procurou direcionar a insatisfação da classe operária e demais assalariados para uma saída institucional, que se deu pela instalação da Assembleia Nacional Constituinte, preservando as bases do regime político e do Estado burguês.

Em 1982, a prefeitura do município de Diadema/SP foi conquistada pelo PT. A particularidade desse acontecimento está em que se trata de uma importante cidade operária do ABCD. O candidato eleito, Gilson Menezes, fazia parte da direção do sindicato metalúrgico. Pode-se dizer que sua vitória se deveu a sua projeção como liderança das greves, e como membro ativo das manifestações. A eleição do primeiro prefeito petista no ABCD foi saudada como resultado da construção de um partido de massa. Não demorou para que Gilson Menezes se corrompesse, e finalmente abandonasse o PT.

Em 1985, o PT elegeu Maria Luíza Fontenelle para a prefeitura de Fortaleza. Em 1988, Luíza Erundina foi eleita prefeita de São Paulo; Olívio Dutra elegeu-se, no mesmo ano, prefeito de Porto Alegre, seguido por Tarso Genro, Raul Pont e, novamente, Tarso Genro, totalizando 16 anos de governos. Também foi vitorioso em outras cidades (Vitória/ES, São Bernardo do Campo e Campinas). As eleições presidenciais de 1989 foram um termômetro para o partido. O pleito ocorreu no contexto de crise política e econômica, internamente, e de crise econômica mundial, além dos acontecimentos que levaram à desagregação do Leste Europeu e à extinção da União Soviética.

Derrotado por Fernando Collor de Melo, em 1989, em meio a ataques da imprensa burguesa, a direção petista impôs um conjunto de medidas de depuração interna, pressão sobre a militância e organizações que se reivindicavam do marxismo e da revolução socialista, regulamentação do direito de tendência, abolição de finanças, imprensa e sedes próprias das

correntes internas, provocando a saída ou expulsão de várias organizações. O objetivo central era ganhar a confiança de setores da pequena burguesia e da burguesia no partido e demonstrar claramente a sua intenção de respeitar as instituições democrático-burguesas e a ordem jurídica, enfim, sinalizar que estava disposto a garantir a grande propriedade privada, e gerenciar os negócios gerais da burguesia no seio do Estado capitalista. O primeiro Congresso do PT, realizado em 1991, em São Bernardo, não deixou qualquer margem de dúvida a esse respeito.

Do ponto de vista eleitoral-parlamentar, o partido avançava em número. Em 1990, é eleito o primeiro senador petista, Eduardo Suplicy. Em 1992, Jorge Viana é eleito prefeito de Rio Branco, no Acre. Em 1992, o PT elege quatro senadores e os governadores do Espírito Santo e Distrito Federal. Em 1998, Olívio Dutra é eleito para o governo no RS; Zeca do PT, no Mato Grosso do Sul; e Jorge Viana, no Acre. Em 2000, Marta Suplicy é eleita prefeita em SP, além da vitória em outras cidades (Porto Alegre, Goiânia, Macapá, Recife, Aracaju, Belém, Guarulhos, Ribeirão Preto, Campinas, Caxias do Sul, Londrina, Maringá, Imperatriz e Corumbá). Em 2002, Aluizio Mercadante elegeu-se o senador mais votado do país. De modo geral, os primeiros governos do PT anunciavam o que viria na década seguinte. Antonio Palocci, então prefeito de Ribeirão Preto, e futuro Ministro da Fazenda de Lula, introduziu as primeiras medidas de ataque a direitos dos trabalhadores, na mesma linha empreendida por Collor e FHC. Governos petistas tiveram de enfrentar mobilizações e greves.

Mesmo demonstrando a sua submissão às instituições da democracia burguesa e ao Estado, como garantidor da grande propriedade privada, o PT foi derrotado nas duas eleições presidenciais seguintes, para FHC, em 1994 e 1998. Os dois mandatos de FHC foram marcados pela implantação do Plano Real (ajuste fiscal, cortes no orçamento, altas taxas de juros, rebaixamento salarial), ataques aos trabalhadores e servidores públicos, imposição das reformas antipopulares (neoliberais), privatização de empresas estatais (Companhia Siderúrgica Nacional, Embraer, Companhia Vale do Rio Doce, Telebrás e Eletropaulo). As greves de trabalhadores do setor público e privado foram reprimidas violentamente pelo governo. Destacou-se, por exemplo, a greve dos petroleiros, em maio de 1995, declarada ilegal pela justiça, e reprimida pelo Exército, com tanques e metralhadoras nas refinarias paralisadas. Em abril de 1996, em um protesto camponês em Eldorado dos Carajás, no Pará, foram fuzilados 19 trabalhadores.

A greve dos petroleiros teve particular importância, uma vez que Lula exigiu que a direção da CUT pusesse fim ao movimento. Tratava-se de uma greve que resistia ao cerco policial dos governos estadual e federal. Contra a vontade dos petroleiros, a CUT pôs fim à greve. Lula estava empenhado em se



■ Massas 332 - 15 de janeiro 2007

projetar eleitoralmente. Teve a oportunidade de demonstrar à burguesia seu poder de caudilho sobre os sindicatos.

O final da década de 1990 foi marcado pelo avanço da crise internacional. O desgaste do governo FHC e a instabilidade econômica mundial (crise de 1999, antecedida pelas crises do México, em 1994, e dos Tigres Asiáticos, em 1997) e nacional levaram à ascensão eleitoral do PT. Junto com a integração cada vez maior do partido no âmbito do Estado burguês, apareciam também as primeiras denúncias de corrupção, a velha corrupção burguesa, antes denunciada pelos petistas como uma violação dos princípios republicanos. O “modo petista de governar” não se distinguia do velho modo burguês de governar.

Somente em 2002, após longa experiência na administração de prefeituras e estados, além da atuação parlamentar no âmbito federal, estadual e municipal, o PT conseguiu eleger Lula para a Presidência. Para tanto, a direção petista teve de acenar com a Carta ao Povo Brasileiro, às vésperas das eleições, assegurando os contratos firmados pelos governos anteriores, os investimentos de interesses do grande capital, inclusive do agronegócio, a defesa da ordem pública, isto é, da grande propriedade privada. De fato, PT cumpriu fielmente a Carta assinada por Lula.

O PT recebeu o apoio de velhos partidos oligárquicos, como PMDB, PL, PP, PMN, além do estalinista PCdoB. Grandes conglomerados capitalistas financiaram a campanha, como a Camargo Correa, OAS, Andrade Gutierrez, Queiroz Galvão, Odebrecht, Itaú, Unibanco, Alvorada, BMG, além de empresas de mineração e metalurgia, como Caemi, Companhia Metalúrgica Prada; de engenharia e construção, como UTC Engenharia, Christiani Nielsen Engenharia, Galvão Engenharia, Veja Engenharia Ambiental, Serveng Civilsan; de produção de bebidas, como Recofarma; e química, Vale Fertilizantes, Klabin, Fosfertil, Suzano Papel e Celulose, Aracruz Celulose e Braskem. O governo de Lula recebeu também a adesão de organizações do movimento sindical (entre elas, a Central Única dos Trabalhadores/CUT), estudantil (a União Nacional dos Estudantes/UNE), movimentos sociais e populares, além do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

O primeiro governo se realizou numa conjuntura internacional favorável. De 2003 a 2007, o PIB mundial cresceu, atingindo, em 2007, 5,2%. O Brasil, nos primeiros anos do governo Lula, ainda se ressentiu dos efeitos da crise que afetou o governo de FHC. Em 2007, o PIB atingiu 6,1%. Ao lado dos volumosos recursos destinados aos setores do capital nacional e dos monopólios, o PT manteve e ampliou as políticas assistencialistas de FHC, unificando-as no Bolsa Família, e reajustou o salário mínimo, pouco acima da inflação. O primeiro mandato foi marcado por denúncias de corrupção, envolvendo os nomes de José Dirceu e José Genoíno, acusados de compra de votos de parlamentares para aprovação de leis e da Reforma da

A luta contra o PT

Previdência, além de denúncias contra Delúbio Soares e Silvío Pereira (“mensalão”), antes praticado por Eduardo Azeredo (PSDB), em Minas Gerais.

O segundo mandato ocorreu em meio ao avanço da crise mundial, a partir de 2008. A retração internacional atingiu o Brasil. As margens de manobra do governo Lula foram reduzidas. Evidenciou o caráter antipopular e antinacional de sua política econômica. Apesar da crise, Lula conseguiu eleger a sua sucessora, a Ministra-Chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, vencendo José Serra (PSDB), no segundo turno. O primeiro mandato de Dilma (2010-2014) manteve as alianças com setores das velhas oligarquias, como o PMDB, que indicou Michel Temer, como vice-presidente. A economia cresceu apenas 2,7%, em 2011, 0,9%, em 2012 e 2,3%, em 2013, com estimativas de baixa em 2014. A dívida pública atingiu a marca de R\$ 2 trilhões, em 2012, chegando a 2,12 trilhões no corrente ano. A chamada valorização do salário mínimo foi posta de lado. Alcançou R\$ 724,00, sendo que o mínimo necessário para a sobrevivência de uma família, segundo o próprio Dieese, encontra-se em torno de R\$ 2.923,22.

O governo Dilma enfrentou, em 2012, uma onda de greves no setor público e privado. Submetidas ao governo, as principais centrais sindicais, entre elas a CUT e a CTB, procuraram isolar as categorias em luta, direcionando os movimentos grevistas para as mesas de conciliação do governo, impossibilitando, dessa forma, a unificação das lutas. A fragmentação e o corporativismo favoreceram os exploradores. A Força Nacional de Segurança Pública, criada pelo governo Lula, reprimiu e prendeu lideranças e grevistas nas obras do

PAC, em Belo Monte, Jirau e Santo Antônio. Greves e paralisações nas polícias militares e bombeiros foram igualmente reprimidas pelo Exército e Força Nacional de Segurança. Em 2013, uma nova onda de manifestações de estudantes e camadas da população explorada ocorreu em junho e julho, em várias capitais e cidades pelo país, defendendo a revogação dos aumentos de passagens. Foram reprimidas violentamente pela polícia a mando de governos. Prisões de lideranças e manifestantes, especialmente em São Paulo e Rio de Janeiro, e o aumento da repressão serviram de combustível para que mais e mais jovens engrossassem o movimento pela revogação das tarifas de transporte. Pressionados pelos manifestantes, algumas cidades revogaram os aumentos. O governo Dilma chamou uma mesa de negociação com centrais e representantes do Movimento pelo Passe Livre, tentando barrar as manifestações, com promessas de uma reforma política, por meio de uma Constituinte exclusiva.

O fato é que os governos petistas, ao par do assistencialismo e dos poucos aumentos salariais, têm se caracterizado por manter, em linhas gerais, os fundamentos do Plano Real, o superávit fiscal, cortes nos orçamentos para pagamento dos juros



■ Massas 345 - 10 de setembro de 2007

e amortizações da dívida pública, a política de privatizações (bancos federalizados, rodovias, portos, aeroportos, petróleo). E a educação vive uma crise profunda, com o avanço da mercantilização e desnacionalização do ensino. A saúde vegeta. A “reforma agrária” já não consta dos objetivos do governo, ao contrário, o que tem avançado é o agronegócio e violência contra índios e sem terra em todo o país. O PT se integrou definitivamente ao conjunto dos partidos da ordem burguesa.

A experiência com os governos do PT demonstra a impossibilidade de reformar o Estado burguês. O PT fracassou em seus objetivos reformistas. O que ocorreu, na verdade, foi, não

só a integração do partido à ordem burguesa, mas a sua oligarquização. Demonstra, sobretudo, a necessidade de superar a crise de direção revolucionária, a partir da construção do Partido Operário Revolucionário (POR), e da reconstrução da IV Internacional. Não há como independizar setores da classe operária e demais trabalhadores assalariados, da juventude e do campesinato das ilusões em relação aos governos e ao Estado, sem o cumprimento dessa tarefa histórica. O POR se constrói no calor da luta de classes, elaborando o programa da revolução proletária. É parte de sua construção a luta pela derrota ideológica e política do reformismo.

A necessidade do Partido Operário Revolucionário

Janeiro de 1990

A política do PT para as eleições presidenciais confirmou mais ainda a análise da T.POR de que este mergulhou no caminho sem volta do reformismo pequeno-burguês. Entregou-se totalmente à aliança com os partidos burgueses e pró-burgueses para ganhar votos e formar um governo de coalizão. O conteúdo burguês da estratégia do governo democrático e popular se revelou completamente, embora os esquerdistas (CS, OT, CO, DS, etc.) tudo façam, ou para esconder, ou para ignorar o fato. Ficou esclarecido que se trata de um governo de conciliação de classes, perante o qual o proletariado teria de se subordinar. A frente ampla, incorporando PSDB, PDT, e mais uma parte do PMDB, se estruturou como forma de concretização da estratégia colaboracionista do PT com os chamados progressistas, que não passam de representantes mais ou menos diretos dos capitalistas. Não é por outra razão que a direção majoritária do PT se prepara para negociar novas alianças em nível dos estados, ao ponto de, pela primeira vez, se cogitar abertamente o apoio, em certos casos, a candidatos do PDT, PSDB, etc., em detrimento de candidaturas próprias.

A derrota da Frente Brasil Popular para o direitista Collor retarda a experiência que os assalariados terão de passar com essa política. A camada mais evoluída do proletariado, que tem reativado os sindicatos, construído a CUT e protagonizado as greves, vem apoiando o PT, acreditando nos seus propósitos anticapitalistas, que, na verdade, não passam de disfarce para encobrir a defesa da propriedade burguesa dos meios de produção. A essência do reformismo se assenta precisamente na defesa da introdução de reformas nas relações capitalistas e entre as classes, para evitar que as contradições levem o proletariado a lutar pela tomada do poder e pela destruição da grande propriedade privada. A tática da aliança com frações da burguesia, no caso da Frente Popular, responde à necessidade do reformismo canalizar o processo da luta de classes para o da conciliação. Enquanto, para a política revolucionária, a luta de classes é a via do proletariado se construir como força independente, para o reformismo, ela se constitui num perigo para a democracia burguesa, e para os grandes proprietários exploradores.

A experiência eleitoral demonstrou que o PT está a serviço de uma linha de composição com uma parcela dos exploradores. Isso é o que há de mais fundamental, porque desmascara a demagogia de seu socialismo, e expõe toda a sua dependência de classe frente

aos partidos burgueses. Durante algum tempo, se discutiu muito o caráter amplo – e democrático do PT. A Articulação se empenhou a fundo na defesa de um partido de massa, oposto ao partido operário e de quadros. Incutia que o partido operário seria sectário, porque excluiria a participação massiva de amplos setores dos explorados, e de pequenos proprietários, também vitimados pelo capitalismo. Os acontecimentos se encarregaram de comprovar que o PT amplo, democrático e não operário condiz com os objetivos democrático-reformistas de seu programa, e com sua tática de construir as frentes de colaboração de classes (frente populismo). O seu objetivo não era e não é o de dirigir as massas exploradas contra o Estado burguês, mas sim o de arrastá-las para o campo eleitoral, e transformá-las em massa de voto. Assim, o partido policlassista (composto por várias classes) e amplo não passa de uma variante dos partidos burgueses, isto é, de pilares do Estado e das relações econômicas capitalistas.

A experiência que os trabalhadores estão fazendo com o PT reformista não poderá se esgotar e se reverter positivamente para o seu amadurecimento, se a militância consciente não alcançar organizar uma fração revolucionária por um partido de quadros marxista (...)

Como podemos verificar nas eleições, esse partido está destinado a desempenhar um importante papel na vida do proletariado. Já está contribuindo para colocá-lo a reboque de uma direção pró-burguesa, por intermédio da Frente Popular, do governo de coalizão e das metas reformistas. Quanto mais se aprofunda a crise capitalista, se desagregam os partidos burgueses democratizantes (PMDB, PSDB, etc.), e a luta entre as classes tende a assumir formas

de confronto revolucionário, mais os reformistas, frente-populistas e democratizantes assumem o papel de freio à evolução política do proletariado. Se os partidos burgueses tradicionais já não conseguem manter a submissão do proletariado e conter a marcha da independência de classe, os partidos frente-populistas com base operária passam a ser um importante instrumento de aliança para esse fim.

Não é por acaso que os estalinistas (PCdoB, PCB), defensores históricos das frentes de conciliação com os burgueses progressistas, nacionalistas, etc. têm se jogado por inteiro na defesa da coligação burguesa, cuja única condição é de que os partidos patronais concordem com os 13 pontos de recauchutagem do capitalismo semicolonial. Pois, é esse fenômeno que está se passando, com o PT servindo de instrumento para o frentismo colaboracionista.

Torna-se dramática a ausência do partido operário revolucionário, embora um núcleo caminhe para a sua construção. A razão

não está apenas nas condições da crise histórica do capitalismo, perante a qual o proletariado é a única classe capaz de dar uma saída socialista, mas também pela presença do reformismo, que bloqueia a evolução deste para posições de independência ideológica. A orientação pequeno-burguesa e burguesa infiltrada no movimento operário deforma, descaracteriza e corrompe politicamente uma extensa camada de vanguarda, que desperta para a luta. O partido eleitoralista cria a ilusão de que este é o caminho mais fácil e viável para as transformações econômico-sociais. As composições mais espúrias são explicadas como táticas necessárias para acumular forças para o futuro. Desta forma, afasta da construção do partido marxista e se formam cabos eleitorais, suportes da burocracia sindical e militantes do frentismo colaboracionista. Um dos aspectos fundamentais, portanto, da luta pelo partido revolucionário consiste no incansável trabalho de combate ao reformismo junto à vanguarda ludibriada.

Não há como derrotar o reformismo do PT e o frente-populismo estalinista, bem como fazer avançar a formação do partido operário revolucionário (POR), senão enfrentando a dificuldade de elaboração do programa para a revolução proletária, que combina integralmente sua forma nacional com seu conteúdo internacionalista. O programa determina, em última instância, a natureza do partido. Se a estratégia é da melhoria do capitalismo (reformismo), então esse partido será amplo, frouxo, fluido, e viverá de eleições, e do respeito às regras burguesas, como ocorre como o PT. Mas, se, ao contrário, objetivar a revolução, a tomada do poder pela insurreição de massa, obrigatoriamente terá de ser um partido de vanguarda (de quadros), bolchevique, leninista, solidamente estruturado no interior da classe operária e das massas exploradas. Não se pode afirmar que uma corrente trabalha pela revolução social se não estiver munida da estratégia da derrubada do poder burguês, do estabelecimento da ditadura proletária e da expropriação da grande propriedade capitalista.

A defesa do método de luta insurrecional e da estratégia da ditadura proletária, como fundamentos programáticos, determina toda política e estrutura do partido. Ela guia a análise concreta da situação e a ação partidária. A luta para construir o programa e organizar o proletariado como direção da maioria oprimida visa sempre a aproximá-lo cada vez mais do poder. Assim, o partido é o destacamento mais avançado da classe operária e dos oprimidos. Suas células devem estar organizadas nas entranhas dos explorados, e desenvolver a luta programática a cada situação que se apresente (greves, manifestações, campanhas, etc.), visando pacientemente a elevar a consciência de classe do proletariado, e preparar o terreno para enfrentar revolucionariamente a crise capitalista, que tende a reunir os elementos mais convulsivos da situação pré-revolucionária em que o país vive.

A experiência que os trabalhadores estão fazendo com o PT re-

A luta contra o PT

formista não poderá se esgotar e se reverter positivamente para o seu amadurecimento, se a militância consciente não alcançar organizar uma fração revolucionária por um partido de quadros marxista, que extraia de todo o rico processo de luta (nacional e internacional), e da realidade do país (as leis capitalistas e particularidades nacionais determinadas pelas relações internacionais), os elementos para a construção do programa, destinado a pôr fim ao domínio da burguesia. Os adversários do partido operário revolucionário afirmam que as condições históricas no Brasil não comportam um partido destinado a dirigir a revolta pela tomada do poder e instalação do Estado proletário. Tais argumentos só servem para confundir e afastar a vanguarda da construção do partido marxista.

O capitalismo no Brasil apodrece a olhos vistos e reflete de maneira violenta a crise estrutural capitalista mundial, esgotado pela contradição entre a necessidade das forças produtivas crescerem, e o bloqueio provocado pelas relações burguesas de produção (a propriedade privada capitalista). A crise de superprodução, estreitamento dos mercados, predomínio do parasitismo financeiro, desequilíbrio entre as nações, aumento da opressão imperialista, recessão, destruição das forças produtivas, disseminação de conflitos bélicos, retrocesso nos países semicoloniais, e crescimento do desemprego e fome são os traços do apodrecimento da sociedade burguesa. A verdade é que o capitalismo, em todas as partes, se contorce em crises sobre crises, que não são conjunturais, mas sim, de decadência histórica do modo de exploração do homem pelo homem.

O proletariado é a força social capaz de destruir o capitalismo e irá fazê-lo, mais cedo ou mais tarde. Entretanto, essa tarefa depende inevitavelmente do partido. E não pode ser qualquer um. Obrigatoriamente, tem de ser o partido que extraia suas forças da decadência do capitalismo, da monumental potência do proletariado e das massas, e das conquistas do marxismo, a ciência da revolução social. Não é por outra razão que a Tendência POR nasceu combatendo os reformistas e os centristas que prostituem o marxismo e negam a ditadura e revolução proletárias, e defendendo integralmente o Programa de Transição da IV Internacional de Trotsky, que contém em si os avanços obtidos pelo proletariado internacional (Manifesto Comunista, os Quatro Primeiros Congressos da Internacional Comunista, de Lênin, etc.). O proletariado no Brasil também já demonstrou uma força objetivamente revolucionária, capaz de liderar a nação oprimida contra o imperialismo e os capitalistas nacionais. Além do mais, integra a classe operária internacional. Faz parte, portanto, da situação política e histórica do país a urgência de formação do partido operário revolucionário e internacionalista (reconstrução da IV Internacional), única via para se derrotar a contrarrevolução.

**Não ao partido reformista e eleitoralista!
Sim ao partido operário revolucionário!
Por um programa da revolução proletária!
Em defesa da estratégia da ditadura proletária
(governo operário e camponês)
Pelo internacionalismo proletário,
que reconstrua a IV Internacional.
Morte à burguesia internacional!
Viva o estado proletário e a propriedade
coletiva socialista!**



Manifesto Político-Programático*Aos trabalhadores e militantes do PT***A T.POR ROMPE COM O PT E CHAMA O VOTO NULO**

*Em defesa da independência de classe dos trabalhadores
Pela construção do verdadeiro Partido Operário Revolucionário
Em defesa da estratégia da revolução e ditadura proletárias
Pela organização da greve geral contra a fome, Collor e o imperialismo.*

19 de agosto de 1990

A construção do PT teve sentido, até o momento em que permitiu a luta por um partido revolucionário, capaz de organizar a classe operária como direção da maioria nacional oprimida, para travar a luta anticapitalista, e criar as condições para tomar o poder da burguesia. Pois bem, o predomínio da direção nacional-reformista fez do PT um entrave à luta independente e de massa da classe trabalhadora. A política do reformismo é pró-capitalista na sua essência. E isso explica por que os sindicatos e a CUT, dirigidos por eles, estão burocratizados, deixando assim de cumprir sua função de unir os assalariados para a luta.

A suspensão da greve geral do dia 12, o isolamento das greves em todo país (CSN, Ford), a falta de unidade dos funcionários públicos, golpeados com mais de 100 mil demissões e afastamentos, e, sobretudo, a negação da utilização da greve geral no momento mais decisivo para se confrontar com o plano antipopular e antinacional de Collor demonstram o quanto o “democrático” reformismo serve de freio aos explorados, e de sustentação da exploração do trabalho.

Podemos dizer sem erro que o PT, não só não pretende se apoiar na luta direta de massa para chegar ao poder, como se utiliza da quebra de movimentos por meio do isolamento, para realizar sua política democrático-eleitoral. O governo paralelo de Lula e a chamada oposição democrática a Collor visam precisamente a limitar a explosividade social ao âmbito da democracia capitalista, isto é, impedir que as massas lutem diretamente contra o governo pró-imperialista de Collor.

Tudo se resume em manter os trabalhadores o mais quietamente possível e evitar o confronto com os algozes do povo, para que o PT possa continuar a ser a alternativa eleitoral para a presidência da República. E é nesse sentido que participa nas eleições para governador e parlamentares, ao ponto de se diluir perante os decadentes partidos burgueses, que acabam por arrastar os assalariados a apoiá-los eleitoralmente.

Há um claro choque entre as tendências de combate dos explorados e a diretriz eleitoral frente-populista do PT. Sob o peso da enorme crise capitalista e do crescimento da miséria, as massas procuram a via das greves, ocupações, bloqueios e enfrentamentos, enquanto a política de alianças do PT com os partidos patronais democratizantes (em quatro estados o PT está apoiando candidatos burgueses) acaba por colocá-las a “reboque” das frentes burguesas, assim estrangulando a independência de classe.

Desde o momento em que os sindicatos e a CUT são transfor-

mados em esteio do frente-populismo e da diretriz eleitoreira, são golpeados na sua capacidade de luta de massa e sua independência classista, tornando-se instrumentos do jogo democrático burguês, em que as soluções dos graves problemas são atribuídas ao parlamento e ao executivo do Estado burguês. Isto é, para o reformismo, não cabe às massas exploradas levantarem um programa próprio, oposto ao capitalista, e o imporem com suas próprias mãos. O social-reformismo, dessa forma, burocratiza os sindicatos, e procura substituir a luta direta dos assalariados pela representação parlamentar e ação executiva (presidência, governos), o que coloca a aspiração dos trabalhadores na dependência do Estado burguês.

Fica claro que a estratégia do governo democrático e popular e o frente-populismo do PT são de conteúdo burguês, porque são instrumentos de preservação do Estado opressor e da política de desenvolvimento capitalista, que, como tal, sacrifica a vida das massas.

Fica claro que a estratégia do governo democrático e popular e o frente-populismo do PT são de conteúdo burguês, porque são instrumentos de preservação do Estado opressor e da política de desenvolvimento capitalista, que, como tal, sacrifica a vida das massas. Por isso, se contrapõem historicamente à tarefa de emancipação nacional do imperialismo, transformação agrária e liquidação do monopólio burguês da propriedade dos meios de produção (fábricas, terras, etc.). Tarefas essas que terão lugar através da revolução proletária, e instalação de um governo operário e camponês, apoiado inteiramente nas massas e contraposto à burguesia nacional e estrangeira (ditadura proletária).

Em razão disso, o PT se construiu definitivamente como um partido eleitoreiro, não se distinguindo, nesse sentido, dos demais partidos (PSDB, PDT, PCB, PCdoB). O carreirismo parlamentar, o profissionalismo arrivista e o burocratismo marcam a fogo o partido. Por isso, seus dirigentes são inimigos mortais do partido revolucionário marxista-leninista-trotskista, que organize a militância consciente, avessa à corrupção parlamentar democrático-burguesa, e determinada a lutar para que o proletariado se eleve à condição de dirigir à maioria oprimida para a revolução social. A conclusão é que o partido de massa eleitoral depende cada vez mais dos meios políticos e materiais da sociedade burguesa para sobreviver, e se torna incapaz de enfrentar a oligarquia agrária, os banqueiros e o grande capital nacional

e internacional, limitando-se a ser parte da chamada esquerda nacional, impotente frente à desagregação capitalista e ao mar de pobreza do Brasil semicolonial. Desgraçadamente, o PT reformista se escuda com o socialismo, para ludibriar os trabalhadores e seus próprios militantes de base. Mas, ao se definir pelo chamado “socialismo democrático”, deixou transparecer seu caráter socialdemocrata, antimarxista e pró-capitalista por excelência. A socialdemocracia é uma variante da política burguesa, que pregoa reformas, através do parlamento e disciplinamento das massas pelo pacifismo democrático. Assim, se opõe ao objetivo revolucionário de expropriar a classe burguesa através da luta de classes e se atém a pequenos remendos no capitalismo putrefato, que se sustenta à base da superexploração e profunda miséria dos assalariados.

O “socialismo-democrático” do PT ajuda a confundir o estalinismo com comunismo, a ditadura burocrática de Stalin e a ditadura revolucionária da época de Lenin, finalmente, o burocrático estalinismo com o partido de vanguarda bolchevique. Isto fez com que o PT se colocasse por detrás do reformismo pró-capitalista de Gorbachev, que nada mais é do que um desdobramento da crise da burocracia estalinista. Por esse caminho, nega a revolução política no Leste Europeu, a necessidade da criação do partido leninista e a reconstituição da democracia soviética, que só pode ser restabelecida se o proletariado derrubar a burocracia e reinstalar sua ditadura revolucionária. Somente assim, é possível defender as bases socialistas da propriedade estatizada e seu desenvolvimento, rumo ao verdadeiro comunismo (alto grau de desenvolvimento das forças produtivas), que para tal depende do desenvolvimento da revolução mundial.

Isso evidencia a política internacional socialdemocrata do PT, que está em total contradição com o internacionalismo proletário. Não é por acaso que sua direção se tem esmerado em procurar apoio internacional nas correntes socialdemocratas europeias, no social-cristianismo, no eurocomunismo, e nas centrais sindicais dominadas por essas orientações pró-imperialistas. Nos Estados Unidos, Lula chegou a assinar um manifesto com Jesse Jackson, do partido democrata, que é um dos pilares do imperialismo norte-americano, que saqueia e oprime a maioria das nações do mundo. Como vemos, não é em vão que o PT não trava a luta anti-imperialista consequente. Se, nesse momento, não transparecem claramente as consequências dessa submissão, logo mais se mostrará fulminante para a independência do proletariado, necessária para a luta pela emancipação nacional.

O conjunto dessa política tem integrado o PT ao Estado capitalista, e às entranhas da sociedade burguesa. E seu conteúdo partidário policlassista se cristalizou, em detrimento do partido operário. O reflexo disso foi que se burocratizou num grau sem retorno. A ofensiva contra as tendências de esquerda internas é prova disso. Somente podem ficar no PT as correntes que capitularem diante da estratégia do “governo democrático e popular” e do frente-populismo, bem como se sujeitarem à disciplina imposta pelo reformismo. A Tendência pelo Partido Operário Revolucionário (T.POR) rejeita se submeter a essas condições, pois, significa anular a defesa programática da revolução e ditadura proletárias, e renunciar à tática correta da construção da Frente

A luta contra o PT

Revolucionária Antiimperialista, dirigida pelo proletariado, que se opõe em todos aspectos à Frente Popular reformista, dirigida pela pequeno-burguesia ou por uma fração burguesa.

A burocratização do PT, que elimina a divergência interna em torno da estratégia e da essência do programa, indica que já não tem base militante ligada diretamente aos movimentos sociais. Esta foi, em grande medida, substituída pelas lideranças sindicais burocratizadas e conformadas com seu papel de auxiliares da política democrático-eleitoral. O que quer dizer que as bases petistas foram diluídas, e se manifestam de quando em quando para a caça de votos. A despolitização e as ilusões no potencial eleitoral do PT diante dos partidos burgueses marcam a sua vida política. As esquerdas que querem ficar no PT burocratizado a qualquer custo, porque estão de acordo com a estratégia do governo popular ou porque se escudam no prestígio eleitoral do reformismo, prestam serviço a essa dissolução.

Na presente situação, está claro que não se combate o malufismo, o carlismo e o collarismo com campanhas eleitorais, onde prevalece o poder econômico, e se manifesta o atraso político das massas. Ao contrário, a substituição da luta direta dos explorados pela cédula favorece a recons-

tituição dos partidos burgueses de direita e os democratizantes, extremamente desmoralizados. A eficácia da utilização revolucionária das eleições está em defender a mobilização e organização independente da classe operária, em franca contraposição aos partidos burgueses. E não o contrário, como têm feito as lideranças do PT, que evitam as lutas, contornam os confrontos, e amenizam os conflitos, a fim de obter êxito eleitoral.

Com a ideia fixa de ganhar hegemonia eleitoral, os reformistas do PT têm inclusive abandonado velhas reivindicações, como piso do Dieese (salário mínimo real), terra aos camponeses, não pagamento da dívida externa; e, em seu lugar, têm feito promessas para quando chegarem como eleitos ao poder. Diante de um dos maiores arrochos da história, as massas estão preocupadas com o pão, o arroz e o feijão que minguaram violentamente. Mas, não encontram uma palavra-de-ordem de unidade nacional de luta, tendo as inúmeras greves isoladas (algumas heroicas, como a da Ford e CSN) de se confrontarem com a burguesia e o governo inflexíveis, para fazer valer o plano econômico capitalista de Collor. E o que o PT lhes oferece? Promessas eleitorais!

Companheiros, está aí a comprovação mais evidente de que é necessário construir um partido operário revolucionário, contraposto ao reformismo e a toda política burguesa. A situação exige um partido que se coloque por dirigir a luta de massa, e saiba utilizar, quando necessário, a luta eleitoral para esse fim. Ao invés de nos agarrarmos às miragens e as “bondades” da democracia burguesa, cabe-nos levantar um programa transitório que, a partir das reivindicações mais elementares, como o salário mínimo real, com escala móvel de reajuste, reposição de todas as perdas, etc., as massas se mobilizem, para amadurecer as condições para a luta por um governo operário e camponês (revolução e ditadura proletárias), que possa colocar as tarefas de emancipação nacional, revolução agrária (terra aos camponeses), erradicação da miséria, e expropriação do grande capital financeiro, industrial e comercial.

É, por defender o partido operário revolucionário, o programa da revolução social e o método de luta de massa, que possibi-

lita a aliança operário e camponesa e a estruturação da Frente Revolucionária Anti-imperialista, que a T.POR não acata a linha do reformismo, e rompe com o PT, chamando o voto nulo contra os partidos burgueses (Maluf, Antônio Carlos, Covas, Brizola, etc.) e o reformismo petista. E conclama as correntes de esquerda a romperem também com o PT burocratizado, e a se posicionarem pelo voto nulo, expressão da luta pela independência de classe, nesta circunstância. Chama os trabalhadores e a vanguarda a levantarem a bandeira da greve geral por tempo indeterminado, para exigir o salário mínimo de 45.000,00 (agosto), a escala móvel dos salários, emprego a todos, através da aplicação da escala móvel das horas de trabalho, e estabilidade no emprego, terra aos camponeses e controle das terras pelos comitês agrários, cas-

tigo aos assassinos dos sem-terra, e para levantar a bandeira de ruptura com o imperialismo, não à desnacionalização e desestatização da economia, controle operário da produção, e não pagamento da dívida externa.

Que a CUT e os sindicatos assumam esta campanha nacional e convoquem as assembleias, que chamem a formação de um comando nacional de greve e os comitês de base intersindicais. Que a CUT convoque imediatamente o Congresso extraordinário de base, para aprovar um plano de ação oposto ao eleitoralismo vigente. E que o PT rompa com o eleitoralismo, e se coloque a favor da luta de massa contra Collor, Maluf, a burguesia e o imperialismo.

Tendência pelo Partido Operário Revolucionário

O texto coloca a tarefa de ajudar os explorados a superar as ilusões democráticas no reformismo petista, que chegava ao poder do Estado, se submetendo aos interesses da burguesia. O POR levantava à época as bandeiras de “Não ao apoio ao governo Lula. Não ao pacto social”.

Como o POR se posiciona diante do governo Lula

Massas 250 - 25 de novembro de 2002

Nas eleições, o POR caracterizou a candidatura Lula de burguesa, por seu programa de governo, por suas alianças, e pela sua submissão ao Estado burguês. Criticamos a sua aproximação de posições pró-imperialistas, refletidas no compromisso de manutenção dos acordos, contratos e parte da política econômica de FHC. Denunciou a busca de apoio financeiro para a campanha eleitoral junto ao empresariado. Mostrou o servilismo da política petista às Igrejas. Rechaçou as promessas eleitoreiras. Combateu a propaganda do ilusionismo pequeno-burguês, voltada a arrastar as massas por detrás de uma política estranha aos oprimidos. Enfrentou a burocracia sindical, que enfileirou os sindicatos, material e politicamente, na campanha lulista. Lutou contra a trégua dos movimentos e o apoio desses ao PT/Lula, a exemplo do MST. Defendeu as reivindicações dos explorados e o método da ação direta. Colocou a necessidade da luta anti-imperialista e anticapitalista. Propagandeou o caminho da revolução e ditadura proletárias. Com essa posição, defendeu o voto nulo programático, nos 1º e 2º turnos.

Após a vitória do PT/Lula, o POR enfrenta todo tipo de pressão em favor do apoio ao novo governo. O primeiro embate se dá no enfrentamento à diretriz do pacto social. Lula, para governar em meio à explosiva crise do capitalismo, à situação de quebra das finanças nacionais, ao poder desestabilizador do capital parasitário, à necessidade dos capitalistas se protegerem da crise, à acirrada disputa comercial, e ao grave quadro social, em meio a tudo isso, Lula necessita de reforçar a política de colaboração de classe, desenvolvida pela burocracia sindical. O que o novo governo pretende é potencializar a colaboração já existente, que tem permitido as reformas pró-imperialistas e antioperárias. A defesa da independência organizativa e política da CUT, sindicatos e movimentos perante o governo petista é a tarefa central da situação. Coloca-se a necessidade de defender as reivindicações econômicas das massas, as bandeiras anti-imperialistas e anticapitalistas, acompanhadas da luta política contra a integração das organizações dos explorados ao pacto pró-burguês.

Ajudar os explorados a superar as ilusões petistas

Distinguimos a política burguesa criadora de ilusões nas reformas capitalistas, no assistencialismo do programa “Fome Zero”, nas promessas de 10 milhões de empregos, na reforma agrária pacífica, das ilusões (esperanças) dos explorados, em verem os seus problemas solucionados pelo governo que acabam de eleger. As massas se dirigiram ao PT/Lula, escaldadas pelas medidas opressivas do governo FHC, acreditando que um governo vindo da oposição, e tendo vínculos com os trabalhadores, poderá usar a governabilidade em favor dos pobres e oprimidos.

Essa ilusão se manifesta na esperança de não precisar tomar as reivindicações em suas próprias mãos, arrancá-las pela força dos capitalistas, e dirigir-se revolucionariamente contra o Estado burguês. A luta de classes é custosa, árdua. Implica o proletariado enfrentar com sua força coletiva a violência dos capitalistas. Recorrer à luta de classes para se defender do desemprego, fome e miséria, obriga as massas a usarem a violência revolucionária contra a violência reacionária da burguesia.

(...)

Pelo caminho da democracia formal (eleitoral, burguesa), os oprimidos não podem enxergar seus opressores, não podem ver o lobo vestido de cordeiro. No momento em que a política oficial do governo de plantão se afunda e comparece aos olhos da maioria explorada como instrumento dos exploradores, o capital escora uma oposição pequeno-burguesa, que irá servi-lo no objetivo de sustentar as ilusões dos trabalhadores e evitar que estes se lancem na luta de classes. Esse é o fenômeno político do estrondoso apoio das massas ao PT. Qualquer apoio ao governo do pacto ou corpo mole frente às suas pressões constitui traição à luta revolucionária do proletariado.

Por meio da luta de classes, as massas farão experiência com o governo do pacto social

As posições governamentais anunciadas pelo PT/Lula têm agradado ao grande capital. A dúvida da burguesia é se o gover-

no conseguirá sustentá-las. Isso por que terá de tomar medidas contrárias à vida das massas. Reformas previstas, como as da Previdência, trabalhista, contenção do salário mínimo, podem colocar o governo Lula em rota de colisão com os explorados, mais cedo do que se pode esperar.

O núcleo de comando da política econômica do governo Lula e de negociação parlamentar já anunciou a necessidade de resolver o problema da Previdência, de acordo com as exigências do FMI. Quer urgência, porque considera a demora um risco para sua aprovação, prevendo que o governo poderá ter um desgaste prematuro.

A cúpula petista que comporá os ministérios da área econômica, antes mesmo da posse de Lula, já vem governando sob os cálculos feitos pelo governo anterior, e condicionados às diretrizes do “mercado financeiro”. Assim, as tinturas nacionalistas, de defesa nacional, e a demagogia do programa Fome Zero poderão ser desmascaradas em prazos indesejáveis.

A burguesia interna e o imperialismo já rodeiam o governo Lula com os acenos de apoio à sua política social. O BIRD e o BID dispuseram alguns bilhões de dólares para o assistencialismo do “Fome Zero”. Juntamente com essa disposição, fazem a exigência de se manter a rigorosa orientação dos acordos impostos pelo FMI. É uma forma de cercar o governo, que não era o desejável, de cuidados, perante os perigos da luta de classes, que se acirrará frente a um governo que foi eleito para atender aos interesses populares, mas que atenderá de fato aos interesses do grande capital.

O assistencialismo populista e algumas quirelas aos cam-

Desde o momento em que os petistas fizeram das eleições seu principal objetivo, e se vincularam ao Estado burguês, mergulharam no emaranhado das quadrilhas que parasitam o poder público. Nenhum partido pode se projetar eleitoralmente, sem que dependa do financiamento de campanha por grupos capitalistas. De maneira que não haverá como acabar com a corrupção, sem acabar com o regime capitalista. O Manifesto destaca que somente os Tribunais Populares poderão julgar a corrupção dos petistas, como parte dos crimes da burguesia.

O governo do PT/Lula repete a corrupção de todo governo burguês

As massas devem lutar pelas reivindicações e exigir do governo seu atendimento, sem seguir nenhum dos bandos capitalistas em disputa. Nenhuma CPI julgará ou punirá de verdade os corruptos. Os oprimidos em luta é que, com seus Tribunais Populares, poderão julgar e punir a burguesia corrupta.

A revelação de que, no núcleo do governo PT/Lula, há um foco de corrupção abalou definitivamente a falsa imagem de uma política pró-burguesa limpa, transparente, honesta e ética. Pouco importa se se trata apenas de uma célula cancerígena ou de metástase. O fundamental é que apareceu no cérebro do governo.

É sabido que os homens da administração central são escolhidos a dedo, e de acordo com o critério de confiabilidade e fidelidade. Certamente, essas qualidades servem a todo e qualquer objetivo partidário e governamental. Não por acaso, o subchefe de assuntos parlamentares da Casa Civil, Waldomiro Diniz, ocupou um cargo de tão elevada importância. Constituiu o círculo do Ministro José Dirceu, que, por sua vez, ganhou força real equivalente a de um primeiro-ministro, como passou a ser cha-

A luta contra o PT

poneses terão de ser acionados, para que a essência da política capitalista seja obscurecida diante das massas. Por mais que a burguesia procure sustentar a hipocrisia reformista do PT, não terá como manter a compatibilização desse governo com a fome e a miséria. As massas poderão ser ludibriadas por um período, acreditando que seja preciso dar tempo ao governo Lula. Nesse sentido, atuarão os esteios sindicais do reformismo traidor.

Não se podem ter previsões tão precisas quanto ao choque da classe operária e camponeses pobres com o governo que elegeram. O fundamental é ter claro cada passo do governo Lula em defesa do grande capital e contra os explorados. É pela experiência da luta de classes que as massas reconhecerão a traição dos petistas.

O trabalho revolucionário se concentra na tarefa de denunciar as medidas pró-capitalistas e pró-imperialistas, e defender as reivindicações da maioria explorada pela via da ação direta e de sua organização coletiva. O problema da relação do governo petista com o imperialismo terá grande importância nesse processo. O que nos obriga a desenvolver as bandeiras anti-imperialistas e a tática da frente única anti-imperialista. Como parte desse combate, continuará tendo grande importância a luta camponesa pela terra. O trabalho em torno da aliança operária e camponesa poderá ganhar terreno.

A vanguarda revolucionária deve utilizar as contradições do governo de Lula para ajudar os explorados a constituírem organismos de poder independentes do Estado, de seus partidos e do próprio governo petista. A campanha contra qualquer tipo de pacto será parte dessa experiência.

mado pela própria oposição burguesa.

O homem responsável pela relação entre o Executivo e o Parlamento se revelou, com a denúncia, ser um agente da contravenção. Está envolvido com a rede de jogos, que vai do bicho à loteria. E, por detrás dela, está o narcotráfico. Esse conjunto de negócios, que envolve bilhões, é movimentado por uma fração burguesa mafiosa, com ramificações internacionais. As mais altas autoridades do poder público sabem perfeitamente como se movimenta a massa financeira sob o controle do jogo, do contrabando e narcotráfico.

A primeira coisa que promotores e especialistas nesse assunto fizeram foi comentar, com maior naturalidade, como as casas de bingo servem à lavagem de dinheiro da contravenção. Um parlamentar do PDT chegou a dizer que, se fosse levada a sério uma investigação sobre o financiamento de campanhas eleitorais envolvendo empresários legais e ilegais, 90% do Parlamento estaria comprometido.

A grande imprensa, que é porta-voz dos interesses da burguesia, retomou uma série de casos de corrupção, envolvendo

Massas 277 - 1 março de 2004

prefeitos, vereadores, governadores e assessores petistas. Em meio a esse relato, demonstrou-se que Waldomiro Diniz já havia sido denunciado por prática de corrupção, em 2002, que tinha por protagonistas chefes da jogatina. Parte do dinheiro financiaria candidaturas, e parte iria para seu bolso. José Dirceu e o PT tiveram conhecimento na época, mas julgaram o fato improcedente. São indicadores do avançado estado de apodrecimento do partido reformista, que se projetou como um arauto do renascimento da ética e da moralidade em meio aos estrumes da política burguesa.

A ilusão da ética na política burguesa

“Ilusões perdidas”, sob esse título editorial, a Folha de São Paulo constata com a maior desfaçatez: *“Que o PT precisaria, de alguma maneira, sujar as mãos para governar, poucos duvidavam”*. Não é preciso continuar a transcrição, para saber que se refere à perda das ilusões prematuramente. Mas, o fundamental é a constatação de que seria inevitável *“sujar as mãos”*.

Desde o momento em que o PT ganhou força eleitoral, e passou a se ocupar de administrações na República burguesa, teve de reproduzir relações de seu funcionamento. A oligarquização partidária e a corrupção política são iminentes ao seu funcionamento. Por isso, fatalmente tinha de *“sujar as mãos”*, mas, não só para governar, também para chegar a ser governo.

O Estado é um organismo político-administrativo, que cuida dos interesses gerais da classe capitalista, e que exerce a ditadura do poder econômico; para isso, tem o monopólio da violência armada, contra os trabalhadores. Eis por que está obrigado a expressar todo tipo de relação econômico-financeira, o que inclui atividades consideradas ilícitas pelas leis burguesas.

(...)

Não é possível corrigir a podridão

A ilegalidade e a repressão por parte do Estado não é capaz de coibi-los. Na verdade, não pode fazê-lo consequentemente, ao ponto de parte da contravenção ser legalizada, como já vinha sendo feita com o bingo. Há muitos jogos institucionalizados, como loterias, baú da felicidade, raspadinha e outros. O mais execrado é o narcotráfico, que serve de bode expiatório para a política norte-americana de intervencionismo. É sabido que os maiores lavadores do dinheiro do país são banqueiros. Uma variedade enorme desse tipo de mercadoria, serviços e jogo especulativo se movimenta no interior da economia, se espalha por todo o tecido social, e penetra nos poros do edifício do Estado.

Notamos que esse movimento cresce nacional e internacionalmente, de acordo com o agigantamento geral do parasitismo financeiro, e com a crise estrutural do capitalismo da época monopolista. Verificamos que o capital mafioso está fundido com o capital industrial, comercial e financeiro. Influencia direta ou indiretamente a administração de grandes empresas e bancos. É inevitável, portanto, que faça parte das lutas inter-burguesas. De quando em quando, explode um escândalo da contravenção,

como resultado de interesses atingidos. As vozes da legalidade e a repressão são obrigadas a denunciar os facínoras, mas o fazem como uma exceção no organismo econômico e político da classe capitalista. Chega-se ao ponto de cingir o caso, individualizando-o, para proteger a rede de negócios e as quadrilhas burguesas.

(...)

Um partido da ordem capitalista tem de ser corrupto

Um partido que se dizia dos trabalhadores, mas que se propunha reformar o capitalismo e governá-lo acima das classes, teria de colocar suas mãos a serviço do grande capital, dos exploradores e opressores da população. Teria de se meter a fundo na luta inter-burguesa, estabelecendo alianças que os petistas diziam não almejar, e se afastando de outras que almejavam. É visível a procura de socorro do PT a oligarcas e políticos quadrilheiros, como Sarneys, ACMs, Malufs, Tassos, Quércias... Todos sujos, da cabeça aos pés. Refletem a estrutura da democracia burguesa.

Governar o capitalismo é submeter-se a essa gente. É manter o Estado e sua base econômica, que gera toda forma de exploração, de negociatas, corrupção, e onde as massas são submetidas a todo tipo de privação e opressão social. Comenta-se que,

com o escândalo Waldomiro Diniz, o PT estaria manchado definitivamente para os trabalhadores. Na verdade, está manchado desde o momento em que passou a governar a serviço dos capitalistas, e assimilou as diretrizes econômicas do imperialismo. O fenômeno da corrupção é apenas um reflexo.

Construir o partido do proletariado

A experiência do fracasso de um partido reformista (e das variantes de esquerda que a ele se submeteu) deve servir para compreender que é preciso construir um verdadeiro partido revolucionário. O que quer dizer um partido que tenha por programa a revolução proletária. Por meio dessa luta histórica, a classe operária, aliada à maioria explorada, em uma

aliança operária e camponesa, tomará o poder do Estado, que será destruído enquanto Estado burguês, e em seu lugar edificado o Estado operário. Somente por essa via a burguesia será destruída como classe detentora do poder econômico apodrecido, e geradora de todas as enfermidades próprias do capitalismo. Só a erradicação da exploração do trabalho poderá dar nascimento a uma nova sociedade, na qual os homens não precisem se utilizar de negócios mafiosos, de privilégios, de cargos, de roubos, de narcotráfico, etc.

(...)

Um chamado revolucionário

Convocamos todos aqueles que compreendem esse objetivo a rechaçar o reformismo traidor e a constituir o Partido Operário Revolucionário, o POR. Obra essa que é parte de uma tarefa maior — construir o Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional.

O PMDB passou a ditar os rumos do segundo mandato de Dilma, e o PSDB a trabalhar pela sua derrocada. Como assina-la o texto, o PT “ganhou as eleições, mas saiu politicamente derrotado”. O essencial é que destaca que a crise econômica se agravará, e que o governo do PT atacará os assalariados, traindo abertamente as ilusões das massas.

Oposição revolucionária ao governo burguês de Dilma Rousseff (PT)

Massas 489 – Dezembro de 2014

O Partido Operário Revolucionário, desde que rompeu com o PT, por considerá-lo como instrumento de dominação da burguesia, nunca apoiou a sua chegada ao poder do Estado e levantou a bandeira de Oposição Revolucionária ao Governo de Lula. O mesmo ocorreu sob o primeiro mandato de Dilma Rousseff. Agora, com a reeleição, e com o novo ministério econômico, entregue abertamente ao capital financeiro, não há mais como o PT ocultar o conteúdo burguês de sua política e de seus governos.

Não há nada de estranho ou excepcional no fato de Dilma Rousseff colocar, à frente do comando do Estado, um Joaquim Levy. Dispensamos reproduzir a biografia deste serviçal dos banqueiros. Lula já havia demonstrado a flexibilidade do PT em se adaptar a situações em que as diretrizes do grande capital têm de ser aplicadas sem contestação. O seu primeiro ministro da Fazenda, Antonio Palocci, foi escolhido a dedo para cumprir a “Carta aos Brasileiros”, assinada por Lula, cujo compromisso foi o de não violar o funcionamento do capitalismo, de manter intactos os interesses do grande capital, e o de dirigir o Estado como instrumento da ditadura de classe dos exploradores sobre os explorados. Os Levys não são estranhos às hostes petistas, nem forasteiros à sua política de administração do Estado burguês.

Quando o POR levantou a bandeira de Oposição Revolucionária ao Governo de Lula, havia o temor em toda esquerda de contrariar o apoio dos explorados ao caudilho metalúrgico de São Bernardo. O PT estava em alta, ostentando a bandeira da democratização do Estado, da constituição de um governo democrático e popular, da desoligarquização do Congresso Nacional, da ética na política, do desenvolvimento sustentável com distribuição de renda, da rejeição ao predomínio do capital financeiro sobre as diretrizes da política econômica, da inclusão social, e da autonomia do Brasil diante das potências. Não demorou a se evidenciar a face capitalista do governo petista, antioperária e antipopular. Mas, não para as massas, embaladas pela esperança de mudanças, pelos programas assistenciais, pelas “políticas afirmativas”, pelo crescimento econômico, pela redução da taxa de desemprego e pelo aumento real do salário mínimo.

A oposição revolucionária implicou nadar na contracorrente. Como rechaçar a política de cotas? Como se contrapor ao ProUni, Fies, etc.? Como denunciar o miserável aumento do salário mínimo? Como desmascarar o assistencialismo burguês? Como combater a farsa da inclusão social, das políticas afirmativas? Os capitalistas ganhavam muito na situação de crescimento. O imperialismo, utilizando-se da ONU, impulsionava a diretriz de redução da fome e da miséria no mundo, por meio do assistencialismo dos governos semicoloniais. Estava bem de acordo com o impotente reformismo pequeno-burguês do PT. Servia-lhe de estímulo à prática do colaboracionismo de classe.

A oposição revolucionária significou preservar a independência ideológica do proletariado, levantar o programa próprio de reivindicações, impulsionar qualquer manifestação dos explora-

dos, colocando-a sob a estratégia do governo operário e camponês, enfrentar a burocracia pró-capitalista e pró-governamental. Os explorados passam por ilusões, e as superam por meio de experiências próprias. Mas, é necessário que a realizem sob uma direção revolucionária, para que possam, não apenas reconhecer a traição dos petistas, como também avançar com sua organização partidária. Caso não seja esse o caminho, os explorados acabam se colocando sob a influência de outra variante hegemônica da burguesia. É o que acaba de ocorrer com o deslocamento de um grande contingente dos oprimidos, sob os apelos eleitorais, para o PSDB.

O PT ganhou as eleições, mas saiu politicamente derrotado. Dilma reconheceu, no meio da disputa, que estava disposta a ceder, quando declarou perante a burguesia que poria para correr seu ministro da Fazenda, Guido Mantega, e formaria um novo ministério que direcionasse a política econômica de acordo com as condições da crise. O que significou admitir que traria para o novo governo homens ligados diretamente aos banqueiros, que condicionariam as diretrizes econômicas à dívida pública, ao pagamento do gigantesco montante de juros, ao avanço das privatizações, à contenção da intervenção do Estado, e à primazia do capital financeiro privado.

Caso Joaquim Levy tenha como fazer a mudança pretendida pelo grande capital, as massas pagarão caro. Estarão sujeitas à tese de que o aperto fiscal, e a consequente recessão, são necessários para uma retomada futura do crescimento. Os banqueiros e toda sorte de especuladores terão garantidos seus ganhos, enquanto os explorados arcarão com demissões em massa, aumento do desemprego e reduções nos salários.

Mas, para aplicar as medidas antioperárias e antipopulares, Dilma e sua nova turma “neoliberal” terão de se livrar da luta de classes. Necessitará da passividade do proletariado, dos camponeses e de setores da pequena burguesia urbana. Conta para isso com o franco apoio da burocracia sindical da CUT, e com o consentimento da Força Sindical. Esse é o ponto obscuro da situação. Os explorados reagirão diante dos ataques? Romperão a camisa de força da burocracia sindical e do PT? Junho de 2013 indicou a existência de uma tendência de luta das massas. Tudo indica que permanece. Trata-se de nela se apoiar para resistir à ofensiva antioperária e antipopular.

O conteúdo da Oposição Revolucionária ao Governo Dilma ganhará concretude no movimento de resistência operária e popular. As respostas diárias às medidas ditadas por Dilma/Levy mostrarão o caminho do combate aos explorados. O maior obstáculo para cumprir essa tarefa está no caráter embrionário do Partido Operário Revolucionário. É necessário avançar a sua construção para potencializar a luta de classes. A firme oposição revolucionária ao novo governo burguês do PT no seio da luta dos explorados criará as condições para avançar na construção do partido da revolução proletária.

A luta pela independência política do proletariado

O fundamental da concepção, política e tática poristas para os sindicatos se condensa na luta pela organização da classe operária e demais explorados sob o programa de destruição do capitalismo. O que exige orientar o trabalho essencial do partido para os sindicatos, por mais burocratizados e deformados que estejam. A luta por constituir direções revolucionárias, seja nas condições em que assumam seu comando ou não, é a principal tarefa da construção do partido revolucionário.

Essa concepção está sinteticamente desenvolvida no artigo “Concepção, linha política e tática marxista para os sindicatos”, publicado no Massas 500, de 14 de junho de 2015. Nele, se coloca a necessidade de distinguir entre as diversas frações da burocracia estatista, e reconhecer a ação contrarrevolucionária do divisionismo das centrais e sindicatos, que respondem aos interesses aparelhistas.

Fundamentalmente, se trata de: a) expressar as tendências instintivas da classe operária e demais oprimidos em se defender da exploração do trabalho e dos ataques dos capitalistas; b) avançar na elaboração do programa e das respostas diante cada situação; c) condições que permitam forjar a vanguarda proletária e elevar uma parcela à construção do partido.

A luta do proletariado contra a burguesia se expressa como a luta entre a direção contrarrevolucionária e a fração revolucionária. Mas, também como a luta entre a política revolucionária e a oportunista pequeno-burguesa. Não por acaso, o POR se organiza como fração classista e revolucionária na Conlutas. Trata-se de superar o erro divisionista que afastou o setor mais avançado dos explorados dos mais importantes destacamentos operários. E trabalhar para a formação de uma frente única de ação direta e de combate à burocracia sindical, passando a constituir uma fração classista e independente, visando a recuperar sindicatos e centrais para a política proletária. Não havia e não há outra via para superar a ilusão dos milhões de assalariados, sob influência dos sindicatos dirigidos pelos governistas e oposicionistas de turno.

Política proletária e divisionismo aparelhista

O divisionismo demonstrou-se um instrumento de agravamento do atraso político da classe operária. Os sindicatos que romperam com a CUT abandonaram a luta pela reunificação das organizações operárias, e se arrastaram por trás da estratégia democratizante dos centristas. No CONAT, de 2006, aprovou-se a bandeira reformista e eleitoreira de um “governo dos trabalhadores”. E seu programa de reivindicações não passaria de uma justaposição arbitrária de bandeiras socialistas abstratas com políticas reformistas palatáveis à estratégia eleitoral democratizante (cotas para negros e mulheres, etc.), bandeiras que os próprios cutistas defendiam.

A luta pela fração revolucionária dentro da Conlutas é também parte da luta pela unidade política e organizativa da classe operária. A unidade surge das próprias condições da luta da classe operária contra a classe burguesa, que atua centralizada e

unida na luta de classes. Não há outra via que a unidade política e organizativa dos explorados para derrotar as medidas dos governos, e avançar a estratégia revolucionária no seio do proletariado. O que demonstrou a luta mais recente da FORD, particularmente, a greve geral de 28 de abril de 2017 e de 14 de junho de 2019. Parte destes 30 anos de luta do POR passou pela oposição revolucionária às divisões oportunistas e aventureiras.

Formação da Chapa 2 na Volks

O POR dedicou esforços permanentes e sistemáticos para organizar uma fração classista e revolucionária no seio da classe operária. Desde a formação de chapas sindicais, passando pela realização de Encontros Operários, e pelo trabalho de distribuição do Boletim Nossa Classe, o partido procurou sempre realizar a tarefa de organizar uma frente única, sobre a base das reivindicações que de

Apesar do POR representar uma minoria na composição da chapa, sua política ganhou força social ao constituir o núcleo das formulações e reivindicações que viriam a confrontar a política burocrática e estatizante.

fato defendem a vida dos explorados, e impulsionam as massas a se chocarem com o regime burguês.

A luta pela estruturação de oposição sindical classista teve sua expressão inicial quando o POR participou na formação da oposição na Volks. Apesar do POR representar uma minoria na composição da chapa, sua política ganhou força social ao constituir o núcleo das formulações e reivindicações que viriam a confrontar a política burocrática e estatizante. Por intermédio do partido, se expressou a luta contra o reformismo e a submissão às multinacionais. Concretizou-se na luta da vanguarda pela defesa dos métodos e reivindicações da luta de classes, contra o colaboracionismo sindical de resultados e de pressão parlamentar.

O desmantelamento da oposição, produto do retrocesso organizativo do partido, assim como do refluxo da vanguarda operária que não se elevou à tarefa de construir o partido marxista-leninista-trotskista, iniciariam outra face do trabalho operário do POR. Desta vez, obrigado agir de fora para dentro nas fábricas. O boletim operário Nossa Classe é a arma política, programática organizativa que o partido desenvolveu para lutar nas difíceis condições, tanto de luta interna (como parte da oposição na Volks) e externa pela independência política do proletariado.

O trabalho com Nossa Classe

O Boletim Nossa Classe se tem demonstrado como o instrumento de defesa da política, dos métodos e táticas da luta operária contra os capitalistas. Hoje, sua elaboração se acha sob a responsabilidade da Comissão Operária, vinculada às células, que avalia e elabora coletivamente as respostas, reivindicações e tarefas colocadas pelo desenvolvimento da situação particular das fábricas, e do conjunto do movimento operário.

O trabalho de panfletagem, de fora das fábricas, se tem demonstrado limitado, uma vez que a burocracia controla sua vida

interna, e não acha oposição dentro das assembleias, comissões e comitês fabris. Entretanto, a luta de classes e a procura instintiva de setores avançados do operariado têm facilitado que esse trabalho se reflita dentro das fábricas, aproximando mais uma vez a política proletária do núcleo organizado do movimento operário.

Como destacamos na nota publicada nesta seção sobre a Greve da Ford, o partido interveio do início ao fim do conflito. A sua defesa irreduzível das reivindicações transitórias e imediatas dos operários, ameaçados de perda dos empregos por conta do fechamento da fábrica, manifestou-se como apoio de um setor dos operários a nossas propostas. O que obrigou a burocracia usar a violência contra a militância porista. A fortaleza da política do POR em se chocar e comparecer como oposição à política de traição da burocracia do sindicato metalúrgico do ABC reside em que expressa a política revolucionária. Posição que, apesar de todos os bloqueios, em momentos de ascenso da luta de classes, passa a agir como força política de atração dos explorados em luta, uma vez que vai ao encontro de suas necessidades mais urgentes, e respondem a seus instintos revolucionários.

Encontros Operários

Destacamos a importância dos Encontros Operários, realizados entre 2002 e 2004, para alavancar o trabalho de elaboração do partido, com o objetivo de penetração do programa no seio do proletariado. À época, a alta da economia ajudava o governo petista a apaziguar e abortar as lutas, com limitados ganhos salariais e subsídios sociais. Os explorados ainda confiavam no petismo, e nele depositavam suas ilusões para melhorar suas condições de vida. A conciliação de classes se achava, assim, em seu ponto mais alto de desenvolvimento, e passava a atuar como um entrave à formação da vanguarda classista. Os Encontros viriam se constituir como uma arma no combate ao reformismo e ao estatismo sindical, e no fortalecimento da tarefa da conquista dos sindicatos.

No Encontro de junho de 2002, estabeleceu-se a base para a compreensão do fenômeno da estatização dos sindicatos e das tarefas estratégicas colocadas ao partido revolucionário. Eis: a) “A estatização dos sindicatos na época do imperialismo é o fenômeno político que corresponde à decadência histórica do capitalismo”; b) as diversas burocracias do movimento sindical concordam em aplicar os planos ditados pelos monopólios; c) para isso, utilizam o “aparelho sindical para impedir a livre manifestação e expressão” e eliminam “os princípios da democracia operária”; d) o que se “verifica na eliminação da liberdade de expressão nas assembleias, na perseguição ao trabalho político da fração revolucionária, na utilização de métodos gangsteris, nas fraudes eleitorais, e na utilização do aparato repressivo do Estado (Justiça) para incriminar seus opositores”. Tratava-se, portanto, de trabalhar pela “emancipação dos sindicatos das direções direitistas e reformistas” para “colocá-los a serviço da luta anticapitalista”. O que exige constituir “uma direção marxista para os sindicatos”, ou seja, depende “da constituição do partido revolucionário como direção programática do movimento operário e das massas em geral”.

O Encontro de março de 2003 estabeleceu “Os Pontos para a Política Sindical do POR”. Destacou-se por assinalar a importância de organizar uma campanha “contra o pacto social proposto pelo governo Lula” e de “defesa das reivindicações da classe operária e dos demais explorados”. Tratava-se de combater a conciliação de classes, que se expressava no crescente autoritarismo e nas negociatas parlamentares, ajudando a superar as ilusões da classe operária no PT,

Movimento operário

desenvolvendo os métodos da luta de classes, e de defesa de suas reivindicações vitais. A tarefa colocada era, assim, a “de constituir as frações revolucionárias no interior do movimento sindical”.

Em junho desse mesmo ano, o Encontro propôs “Combater a Reforma sindical estatizante e burocrática”. Desenvolve a crítica às propostas de mudanças na legislação sindical, propostas pelo governo Lula, uma vez que “é apenas argumento para a burocracia cutista (...) tornar os sindicatos ainda mais burocráticos e controlados com mãos de ferro (...)”. A conclusão: “Não é a organização histórica dos sindicatos, criada pela luta de classes, que deve ser mudada, mas sim a direção burocrática e pró-patronal. Somente assim os sindicatos voltarão para o controle das bases, que poderão controlar sua própria direção, e modificá-la no primeiro sinal de corrupção e traição”.

O Encontro de julho e agosto se caracterizou por preparar a intervenção do partido e a oposição sindical para o 4º Congresso Metalúrgico, erguendo o programa de reivindicações transitórias, que se opunham ao desemprego, à destruição de direitos trabalhistas, ao rebaixamento salarial e às reformas neoliberais (Previdência, Trabalhista, terceirização, etc.) do governo PT/Lula. Contrapõe-se à reforma sindical, ponto central do Congresso, que ampliava a burocratização e fortalecia a estatização. O que exigia a luta pela independência política dos sindicatos.

Em setembro, se debate “A capitulação da burocracia sindical perante o Imperialismo”. Eis: “Os acordos de terceirização iniciaram nas montadoras”, e “Hoje faz parte de quase todos os setores, inclusive dos serviços públicos”. Denuncia: “A terceirização é o mecanismo para reduzir os custos da produção e eliminar contratos formais”, e que o “Programa de Demissão Voluntária (...) passou a ser negociado entre a burocracia sindical e os patrões”. A tarefa da classe operária: “libertar os sindicatos e o movimento operário das direções que compactuam com as multinacionais e o Estado é parte dos objetivos revolucionários” O que exige defender “o programa dos explorados em contraposição a cada medida que os capitalistas e o governo lançam”.

Em novembro de 2003, debate “A luta pela independência dos sindicatos e pela democracia operária”. Denuncia que a via da conciliação “com a burocracia que sustenta um governo dos capitalistas ou pró-capitalista (...) impossibilita a formação de uma nova direção classista”. O trabalho deve estar “voltado a derrotar a política de conciliação de classe” e defender o programa proletário. Trata-se de “combater, no dia-a-dia, a política e a ação da burocracia”.

Em dezembro, o Encontro tratará do “acordo da Autovisão”, que “comprovou a denúncia do panfleto Nossa Classe de que o acordo de 2001 não asseguraria de fato a estabilidade e o emprego até 2006”. Depois, denuncia a “política burocrática-patronal de que é melhor negociar sem luta”. Mas, assinala, a direção “teve de enfrentar o descontentamento de uma parcela dos metalúrgicos, a crítica de uma oposição organizada e propostas contrárias aos acordos malditos”. Destaca, nesse sentido, a participação do POR, uma vez que “Nossa Classe foi radical no sentido de denunciar o acordo como armadilha (...)”. Conclui dizendo que “O importante desse combate é que os operários estão fazendo uma experiência com a burocracia traidora, tendo no seu seio uma oposição classista”. A tarefa era, portanto, a de lutar para que a frente única de oposição “não se rompesse” e “construir uma fração revolucionária no seio dos metalúrgicos”.

Já em 2004, o Encontro de janeiro debaterá qual a posição do movimento operário frente ao governo de Lula. Abre-se o período de maior estatização dos sindicatos. Ora, a fração cutista atuará “nas fábricas como correia de transmissão das medidas antioperárias”.

Eis a conclusão: “*Está colocada a tarefa de luta pela independência política, ideológica e organizativa do movimento operário, em relação ao governo PT/Lula*”. A “*Independência e democracia operária são duas bandeiras de linha de frente*” na luta contra o governo e as burocracias reformistas.

Em fevereiro desse ano, se coloca em debate a “*Organização operária em comissões de fábrica*”. A burocratização das comissões existentes e a formação de novas, dirigidas de acima pela burocracia, exigia do partido responder à situação, e desenvolver a posição proletária. Objetivava, por essa via, ajudar a vanguarda a compreender a importância da luta pela independência organizativa. Eis por que assinala que a sua formação “*é um passo organizativo para que a produção social seja controlada por aqueles que a movimentam, ou seja, pelo proletariado*”. De maneira que “*as verdadeiras comissões de fábrica constituem um poder operário contraposto à propriedade privada e apropriação individual capitalista*”. Entretanto, “*para que a comissão de fábrica assuma plenamente seu lugar (...) é necessário que não se detenha a uma unidade fabril, que não se isole, mas que se constitua num sistema de comissões de fábrica, que se alastre pelos ramos da produção, e faça parte de uma rede de comissões*”. Ou seja, trata-se de expulsar a burocracia de seu controle e combater “*pela independência da organização fabril*”. Somente o partido e sua vanguarda organizada no seio do proletariado poderão cumprir essa tarefa.

O Encontro de março estabelece a tarefa de pôr em pé o Parti-

do Operário Revolucionário. Assinala que “*esses anos de experiência com o colaboracionismo e as condições econômicas de ataque geral do capitalismo à vida da maioria levarão o proletariado a retomar as lutas unificadas*”. Mas, o “*problema principal está em que ainda não se constituiu uma direção revolucionária, que possa assumir a responsabilidade do enfrentamento dos oprimidos com a burguesia*”. A tarefa: pôr em pé a “*fração programática*”, que “*partindo das reivindicações elementares, que levam os oprimidos a se chocarem contra a exploração do trabalho e o Estado capitalista, o POR poderá se potenciar no seio do proletariado e superar a ausência da direção*”.

As principais lições dos encontros podem ser sintetizadas na conclusão, que consta do folheto dos Encontros. Eis: “*a tarefa que se coloca ao embrião do partido do proletariado, que é o POR, é justamente de pôr em pé essa fração programática, que tem como sua estratégia a revolução e a ditadura do proletariado. Partindo das reivindicações elementares, que levam os oprimidos a se chocarem contra a exploração do trabalho e o Estado capitalista, o POR poderá se potenciar no seio do proletariado (...)*”.

Os Encontros tiveram grande importância para a elaboração da política e tática sindical porista. Cada um expunha um aspecto determinado da situação política, da história dos sindicatos, do programa ou dos problemas conjunturais, procurando forjar uma compreensão programática e organizativa de conjunto sobre as tarefas colocadas ao partido em sua intervenção sindical.

Acordo Marinho e Volks: Maior traição à classe operária

Massas 228 - 26 de novembro de 2001

Luiz Marinho, direção do sindicato metalúrgico do ABC, defendeu a proposta patronal e pôs fim à greve contra o desemprego e redução salarial. Como havia um descontentamento grande com as três mil demissões, já anunciadas, o burocrata usou do artifício de que se tratava de um acordo onde todas as partes cederiam um pouco. E que a multinacional não abriria mais nenhuma negociação com o sindicato. Caso houvesse rejeição do acordo, a Volks importaria o seu pacote, a despeito do sindicato. Disse na assembleia que, se houvesse a rejeição, não haveria investimentos, e a Volks demitiria 3.000. E insistia com a mentira de que, quem era contra o acordo, era favorável às 3.000 demissões.

Colocou em votação a proposta formulada assim: quem é a favor da garantia de emprego e investimentos, levante a mão. O conteúdo dessa formulação falseou o que estava em votação. Ou seja, quem é a favor do acordo de demissão de 700, redução de salário em 15%, e perda de conquistas, levante a mão. Mas, a manobra do pelego não parou aí. Marinho ameaçou o tempo todo, e impossibilitou da assembleia discutir qualquer outra proposta, como a de continuar a greve contra o pacote.

O teatro armado com a ida à Alemanha

Tudo foi meticulosamente planejado pela burocracia, que já tendia a aceitar a proposta da empresa. Era uma questão de forma de como demitir. Faria-se tudo de uma só vez (como queria a Volks), e depois parcelar as demissões em cotas anuais (1.000 por ano) ou reduzir o impacto das três mil pela metade, e realizar as demais através da avaliação patronal de “baixo desempenho”. Quanto às medidas restantes, havia pleno acordo, a exemplo da terceirização, salário diferenciado, etc.

A empresa antecipou as três mil demissões (avisou por carta os operários), Marinho encenou a primeira peça, dizendo que o sindicato não aceitaria nenhuma demissão. Convocou assembleia, decretou uma greve e anunciou a ida à Alemanha.

Os trabalhadores ocuparam a fábrica e, em seguida, a direção do sindicato defendeu a desocupação, pois, segundo Marinho, era apenas de uma “ocupação pacífica. Tratava-se de uma greve puramente simbólica, até a chegada dos resultados das negociações na Alemanha. Portanto, bloqueou a ocupação da fábrica.

A disposição dos operários de fazer uma greve combativa esteve presente, desde o momento em que se aprovou a proposta. Rapidamente, os trabalhadores pularam as catracas e ocuparam a empresa. Mas, Marinho enfatizou: “A ocupação tem de ser pacífica. Ninguém vai arrancar uma flor do jardim da empresa, riscar um carro”. Chegou ao ponto de pedir para os operários fiscalizarem seus companheiros, para que estes não cometessem nenhum “dano ao patrimônio”. Se, de um lado, a empresa estava irredutível, de outro, a greve de fachada era uma forma de pressão da burocracia, para facilitar as negociações com a multinacional na Alemanha, e enganar os operários, para mais tarde dizer que o acordo saiu da luta. A greve faz-de-conta estava prevista para ser encerrada, com chave de ouro, com a chegada de Marinho da Alemanha. Encerraria assim o teatro.

Marinho conspira às costas dos operários na Alemanha

Na Alemanha, nada de novo foi acrescentado. A multinacional manteve a proposta de demissão, e armou com a buro-

cracia sindical o mecanismo por etapas. Marinho assumiu o compromisso com os patrões que defenderia a suspensão da greve e o acordo.

A campanha favorável ao acordo foi tramada no sentido de mostrar que Marinho obteve vitórias nas negociações com a matriz da Volks, coisa que não pôde fazer com a filial, que estava intransigente. Quis passar a idéia de que a central da multinacional foi mais democrática, e pesaram as considerações levadas pelo sindicato. Tudo foi engenhosamente arquitetado entre a matriz e a filial, ao ponto de Herbert Demel (direção da Volks no ABC) elogiar a atitude de Marinho, e o acordo selado na Europa.

Marinho trouxe na mala o acordo das demissões

A multinacional irá reduzir a mão-de-obra na fábrica, arrochar salários e aumentar a produtividade. Dos 16 mil operários, só permanecerão 10 mil. O salário terá de ser reduzido, para isso, é preciso implantar o salário diferenciado (quem entra na fábrica ganha menos. Em pouco tempo, a grande maioria dos operários estará recebendo salários menores, com a demissão dos “velhos” e contratação dos “novos”). E uma parte da fábrica será terceirizada (Logística, KTL, etc.). Esse conjunto de medidas não esteve em discussão na negociação com os chefes da Alemanha, porque o sindicato já havia aceitado.

Tratava-se de mecanismos que a multinacional impunha para manter a lucratividade, diante de uma situação de crise mundial. A multinacional dita as ordens para a filial do ABC. Esta segue à risca, cortando gastos. Os operários são atingidos em cheio – quando não perdem o emprego, perdem parte do salário, e ficam ameaçados de demissão.

Nesse ponto, nada foi alterado. O que houve foi uma concordância na forma de executar o plano da multinacional. Marinho aceitou o pacote da Volks e, mais grave ainda, concordou em ser o porta-voz da empresa para conter os ânimos dos operários aterrorizados com o desemprego. Não por acaso, Demel elogiou a atuação do sindicato, dizendo “Abrimos um novo capítulo na história das relações trabalhistas”. Por sua vez, Marinho responde: “O resultado representa uma vitória dos trabalhadores da Volks”. A vitória para o burocrata é uma alegria para o patrão.

Na verdade, a multinacional e a burocracia sindical estarão juntas para impor o desemprego, redução salarial, salário diferenciado, e pelo fim de algumas conquistas dos operários da Volks (salário um pouco melhor do que de outras montadoras, e não ao acordo de redução de jornada com redução de salário).

A burocracia prepara os operários para aceitar o acordo

Assim que chegou da Alemanha, o burocrata realizou uma assembleia para suspender a greve (de três dias) e anunciar o acordo. Havia um setor que se mostrava revoltado com a negociação do sindicato, e que votou contra a suspensão da greve. Foram 25% de operários que rejeitaram a proposta de fim da greve. Como houve resistência, a burocracia rapidamente anunciou o retorno ao trabalho, apoiando-se no argumento de

Movimento operário

que os operários não poderiam perder mais dois de trabalho (segunda e terça). O truque de Marinho foi não aprovar de pronto o acordo. Jogou com o argumento de que era preciso pensar bem antes de votar. E, nesses dois dias (de segunda a quarta-feira), iniciou uma intensa campanha pela aceitação da proposta patronal. Para organizar a greve, não fez nenhum empenho. Mas, para impor aos operários o pacote da Volks, fez todo empenho. A campanha pela aceitação do acordo contou, de um lado, com a empresa e, de outro, com os burocratas do sindicato.

Primeiro, suspendeu a greve. Depois, jogou com a isca da volta ao trabalho de todos, inclusive daqueles que tinham sido demitidos. E, por fim, dentro da fábrica, trabalhou com o argumento de que era o único acordo possível. E que, portanto, não dava para lutar. Aconselha os trabalhadores consultarem suas famílias e pensarem bem. Com isso, arranca dos operários o poder de discussão e decisão coletivos, que estava expresso na greve, e coloca como decisão de cada indivíduo e sua família. O poder de pressão dos patrões, o conservadorismo de uma parcela da classe, a pressão da família, ação firme da direção do sindicato a favor do acordo e o terror da multinacional atuaram para quebrar a disposição de resistência coletiva contra as medidas patronais.

Os mecanismos utilizados pela burocracia sindical mostram o quanto já estava comprometida com o pacote da multinacional contra os operários. Com cautela, como todo hábil pelego, Luiz Marinho esperou a repercussão da campanha pró-acordo para depois apro-

vá-lo. Tal habilidade expressa a presença da política burguesa no sindicato. A direção serviu de correia de transmissão dos interesses dos capitalistas.

A isca da estabilidade por 5 anos

A burocracia usou uma isca que foi decisiva na aprovação da proposta patronal. Ressaltou que o acordo previa estabilidade por 5 anos. E que a empresa não poderia demitir em massa nesse período. O que é falso. Estão previstas no acordo as demissões.

A experiência com o acordo de 1998 (de redução de jornada e salário) fala por si só. Nessa época, a Volks ameaçou com a demissão de 7500. No decorrer desses 4 anos, a empresa, que tinha 23 mil operários, ficou com apenas 16 mil. Portanto, o objetivo patronal foi cumprido com a submissão da burocracia. O que se arma agora é a mesma coisa. No prazo de 5 anos, a Volks ficará com menos de 10 mil operários.

O sem-vergonha Marinho chegou a dizer que, se não fosse o acordo de 98 e se não se aprovasse o de 2001, a fábrica poderia ficar reduzida em 9 mil trabalhadores. Como se o acordo que assinou com a multinacional já não estabelecesse tal meta.

O pavor do desemprego, que cala fundo entre os operários, e a promessa de não demitir os três mil de uma só vez, já com a corda no pescoço, provocaram receio entre os trabalhadores em não conseguir modificar a ofensiva dos patrões. Contava com isso com as campanhas pró-aceitação do acordo feitas pelos burocratas sindicais. Daí o voto no acordo entre a Volks e Marinho.

Para a direção do sindicato, a dita “estabilidade por cinco anos” foi importante arma para desfazer a disposição de luta de uma parte dos operários e conseguir os votos dos que estavam atemorizados. O verdadeiro conteúdo do acordo foi minimizado para que a assembleia aprovasse a decisão já acordada com a patronal.

O cálculo traidor de Marinho

A essência das medidas anunciadas pela multinacional foi mantida. A empresa ameaçou com 3000 demissões. Marinho refez seu discurso inicial contra as demissões e aceitou que 1500 operários ficassem em licença remunerada até 31 de janeiro. Nesse período, 700 deverão concordar com a “demissão voluntária”. Os outros 800 ficarão para discussão posterior. O que quer dizer que a Volks manteve a sua meta de demissão em massa. A burocracia sindical procurou reduzir o impacto que houve com o anúncio das três mil e dividiu as demissões em etapas. Esse mecanismo já foi usado na greve da Ford. E os que ficaram em licença remunerada não mais voltaram para a fábrica. Demel poderá usar o mesmo recurso com o aval da direção do sindicato.

A aceitação da redução salarial mostra bem a conduta da burocracia. A multinacional propunha a semana de 4 dias (a fábrica trabalhando cinco, os operários mensalistas 5, recebendo por 4, e os horistas trabalharão 4) e a redução de 15%. O acordo selado na Alemanha manteve a diminuição da jornada com a mesma redução do salário. O que Marinho fez foi dividir os descontos e, depois de todos os descontos, o operário ficará devendo 5 horas a cada mês de jornada reduzida.

Marinho aceitou a medida da Volks de salário diferenciado. Ou seja, os operários que serão contratados terão em média um salário menor, em 30% (o valor inicial de R\$995,00 passará para R\$748,00). A arma da empresa para cortar gastos é demitir os que têm salários considerados mais altos e, no caso de contratação, ganhar 30%. Dentro da fábrica, para a mesma função, terão os operários recebendo mais outros menos.

As medidas para reduzir a mão-de-obra de 16 mil para 10 mil também foram mantidas. Para isso, Marinho concordou com a empresa de demitir os operários “com baixo desempenho” (“baixa performance”). Recebeu o facão das mãos da multinacional e o manejou como se fosse uma arma dos operários contra o desemprego. Isso significa que o operário será avisado que terá de trabalhar mais porque foi considerado preguiçoso pelo patrão. E se em 60 dias não se transformar em cordeiro da empresa e der mais sangue para a multinacional será posto para fora. Essa é mais uma das armadilhas tramadas entre multinacional e direção do sindicato. Porque mesmo os trabalhadores dando o sangue na produção não ficarão isentos da demissão, sem dizer que estarão com os salários menores. Sempre os patrões encontrarão razão para considerar o trabalhador inapto.

Outra proposta aceita por Marinho foi a da terceirização. Também para cortar gastos, a multinacional impõe a terceirização dos setores de fundição, motoristas de testes, logística, pé de mola etc. Isso implica redução salarial, contratos por tempo determinado, perdas de direitos trabalhistas e outras conquistas obtidas pela luta dos operários da Volks.

Ainda mais, concordou com o aumento de 8,16% no valor do transporte e da alimentação. Os trabalhadores terão redu-

ção de 15% nos salários e um aumento de 8,16% nos descontos da alimentação e transporte, que deveriam ser inteiramente gratuitos porque os patrões já retiram com o aumento da produtividade e com o arrocho salarial.

Marinho, temeroso com a reação dos operários na assembleia, procurou esconder o verdadeiro conteúdo do acordo e se apoiar unicamente na validade de 5 anos (não há nenhuma cláusula do acordo que dá garantia de emprego). O tom de ameaças do burocrata estava por todos os lados. Dizia que se esse acordo fosse rejeitado na assembleia, “os trabalhadores deveriam estar conscientes de que a luta é uma pedreira”. Essa é uma atitude típica de pelego que se recusa organizar a luta e põe na frente dela os obstáculos para mostrar que os operários são fracos. Enrolou com a conversa fiada de que conseguiu discutir com os chefes alemães “mais investimentos” para a fábrica do ABC e um novo modelo de carro. Concretamente, só trouxe as demissões e a redução do salário. Como se vê, a burocracia é terrorista pró-patronal.

Traição ao conjunto da classe operária

As montadoras adotaram a mesma estratégia de cortar gastos. A Volks de Taubaté exigia a redução da jornada com redução de 15% nos salários. Para acuar o movimento, a empresa deu uma licença remunerada. A burocracia sindical acabou aceitando a redução da jornada e salário. Usou a isca da estabilidade por dois anos, para convencer os operários a aprovarem o acordo.

A fábrica de motores da Volks de São Carlos abriu as “demissões voluntárias” e fixou um prazo (dia 23/11) para atingir a meta dos demitidos. Caso não atinja, iniciarão os cortes.

Os patrões da Volks estão cumprido as orientações da multinacional e dizem: “Estamos perdendo participação porque as novas fábricas têm mão-de-obra mais barata e são mais enxutas”. O que em parte é verdade. As montadoras pagam menos aos operários, o que não significa que a Volks paga um salário muito acima. Demel pretende nivelar os salários do ABC com os das outras fábricas, inclusive da Volks, como a de Curitiba, onde os operários ganham em média R\$660,00. A exploração do trabalho é a fonte de lucro das empresas. Agora, a Volks ampliou sua participação no mercado, particularmente no primeiro semestre de 2001. Usou de recursos do BNDES, joga com ameaça de fechamento de fábricas em São Paulo e com os subsídios (fiscais e de infra-estrutura) para a transferência de local. Por outro lado, a direção sindical divide a luta dos operários da Volks, joga com o acordo de uma fábrica contra a outra (Taubaté e ABC) para não desencadear um movimento unitário contra a multinacional alemã.

Porém, o esfacelamento do movimento não ocorre só entre as fábricas da Volks. A montadora Scania (também de São Bernardo) usa o mesmo artifício: queda nas vendas, crise da Argentina etc para reduzir despesas. No mês de junho, deu férias coletivas. Agora, anunciou mais um período de férias para 90% da empresa. Propõe a redução de jornada com redução de 20% nos salários (a mesma que a Volks propunha no início). Ameaça com o corte de 400 dos 2300 operários da fábrica. A burocracia sindical trata o problema como se fosse específico da Scania. Desvincula o pacote da Volks das medidas de desemprego da Scania e vice-versa. Usa o acordo feito numa para

quebrar o ânimo de resistência dos operários na outra.

A Mercedes-Benz e a General Motors impõem as férias coletivas. A GM de São José dos Campos ameaça com demissões, prorrogando o prazo para as demissões voluntárias.

Esses são exemplos de algumas montadoras, mas se verificarmos a situação da indústria paulista vemos que o desemprego e arrocho estiveram presentes. O desemprego cresceu nos últimos cinco meses, que antecederam as campanhas salariais. Nesse período, foram fechados 28.433 postos de trabalho. Isso significa que superou os 27.416 abertos no ano de 2000. Em função das vendas de final de ano, as indústrias geralmente contratam mão-de-obra, porém o inverso está se passando esse ano. Portanto, havia uma ação centralizada dos capitalistas para cortar gastos (salário e emprego) e aumentar a produtividade. A direção do sindicato respondeu ao ataque dos capitalistas com a fragmentação da resistência dos operários.

O alívio dos patrões e hipocrisia da burocracia

Depois das maquinações para aprovar o acordo das demissões na Volks, Marinho disse que está com a “consciência tranqüila da missão cumprida”. Hipocritamente, falou que estava “ferido por ter de aceitar a demissão de 700 trabalhadores”. Mas que o sindicato participará das discussões dos critérios de demissão por baixo desempenho e terminou falando como o todo pelego apodrecido: “Ninguém vai sair da fábrica injustamente”. E, em seguida, reafirmou seu verdadeiro propósito de não contrariar o acordo com a multinacional dizendo: “eu não poderia jogar vocês numa aventura”. Ou seja, cumpriu o papel de lacaio, ludibriando e pressionando os operários a aceitarem as medidas da empresa sem nenhuma resistência de luta. Sabia que o acordo da Volks serviria de referência para os acordos com as demais montadoras.

O patrão da Volks apressou em anunciar que os 1500 trabalhadores de licença remunerada (os futuros demitidos) seriam comunicados por carta. E suspirou dizendo: “Estamos aliviados porque conseguimos um acordo maduro”. “Abrimos um novo capítulo nas relações trabalhistas acrescentando uma nova tabela de salários e retomando a flexibilização da jornada de trabalho”. Mostrou que a empresa cumpriu a meta de demissão afirmando que “a redução de 15% é equivalente a 2400 funcionários em tempo de trabalho. Somando os 700 que sairão no programa do voluntariado perfazem 3100. Portanto, o número de demitidos é o mesmo, o que mudava era simplesmente a forma, isto é, o truque armado com os pelegos. Sobre a estabilidade anunciada por Marinho, Demel disse categoricamente que é “difícil prever isso num ambiente econômico que muda toda hora”.

Está aí por que a multinacional saiu aliviada: os operários serão demitidos, terão salários mais baixos e perderão conquistas. A burocracia sindical saiu marcada pelo seu papel de subserviência à multinacional alemã.

Burocracia totalitária

Na assembleia para decidir sobre o acordo, Marinho retomou uma prática já corriqueira do sindicalismo pró-patronal. Falsificou com a idéia de que ou se estava com o acordo ou do lado das demissões. Foi mais longe. Pegou o boletim Nossa Classe, que era contra o acordo, e propunha resistir com ocu-

Movimento operário

pação da fábrica para ameaçar seus defensores. Dizia que era preciso “pegar essa gente” que fazia campanha contra o acordo e que “dividiam os trabalhadores”.

Ao invés de abrir a discussão na assembleia para ouvir as diferentes posições, Marinho ameaçou com agressão os opositores e colocou em votação somente a proposta patronal.

A repressão na empresa já é grande e conta como parceira a burocracia metalúrgica do sindicato, que trabalha caçando os que se opõem às suas idéias. Conforme aumenta a crise e os patrões ampliam as medidas de desemprego e arrocho salarial, mais a burocracia se torna violenta contra os próprios trabalhadores. Não admite que ninguém contrarie suas posições conciliadoras. As assembleias são manipuladas, as correntes políticas que atuam na fábrica não têm direito de expressão e manifestação e os que fazem oposição à conduta da burocracia são perseguidos.

A democracia operária, tão importante na luta pela derrota dos patrões e na politização da classe, é eliminada pelos burocratas que dirigem o sindicato. A posição totalitária é uma necessidade da burocracia que tem como política conciliar com os patrões e impor as violentas medidas capitalistas contra os trabalhadores.

O sindicalismo “moderno” da burocracia reformista

A direção do sindicato metalúrgico do ABC é parte do reformismo petista. Juntamente com a CUT, dirige mais de 3 mil sindicatos. Encarnam a campanha patronal e estatal de que o sindicato de luta de classe não cabe nos dias atuais. Compartilham com a idéia burguesa de que “o velho sindicato, postado de um lado da trincheira e atirando no outro, é algo fora de contexto” e levam a fundo o sindicalismo de compromisso. Ou seja, o sindicalismo de manutenção da exploração do trabalho e de colaboração com os patrões.

O “novo sindicalismo” de Marinho é o velho sindicalismo pelego, de correia de transmissão da política burguesa no seio da classe operária. São os acordos com a patronal, multinacionais e governo. Nada tem a ver com os interesses dos trabalhadores, mas sim com os interesses da classe capitalista. A fachada de sindicato de oposição ao governo e aos patrões não se sustenta a nenhuma prova. Os acordos passados e essa traição presente atestam o lado da burocracia na luta de classe.

A classe operária padece de uma direção revolucionária. Os sindicatos estão sendo dirigidos, de um lado, pelo direitismo pró-imperialista da Força Sindical (Paulinho) e, de outro, pela burocracia reformista (Marinho). O reformismo e o direitismo sindical acabam se igualando. É difícil saber qual é o pior.

Os organismos que foram criados pelos trabalhadores são hoje manejados pelos burocratas vendidos. Enquanto perder essa situação, só há um vencedor: os capitalistas. A vitória da classe operária depende da derrota da ofensiva patronal e da derrota da burocracia sindical (verdadeiro cancro no seio do proletariado e da luta de classe).

Construir uma direção revolucionária

Essa trágica experiência vem demonstrar que a classe operária carece de uma verdadeira direção. A burocracia sindical constitui um poderoso obstáculo para os trabalhadores reagirem contra a exploração do trabalho e destruição de direitos

trabalhistas. É preciso varrer dos sindicatos as camarilhas corrompidas na política burguesa.

O ponto de partida é organizar uma fração operária que empunhe um programa anticapitalista e antiimperialista. Só assim, será possível combater a política de conciliação de classe da burocracia, desenvolver os métodos coletivos de luta, restabelecer a democracia sindical, unificar a classe operária e organizar o movimento operário sobre a base de verdadeiros comitês de fábrica independentes.

Essas tarefas só poderão ser concretizadas se a vanguarda consciente colocar-se pela construção do partido operário revolucionário. Trata-se do partido que tem por estratégia a

revolução e ditadura proletária contra a ditadura da classe capitalista. O maior problema dos sindicatos, como vimos, está em que é manejado pela burocracia que responde a política partidária da burguesia. O PT se construiu como partido burguês, embora diga que está a serviço dos trabalhadores. O que a direção do sindicato metalúrgico do ABC acaba de fazer expressa a orientação desse partido.

A construção do partido revolucionário passa por combater não só a burocracia que manda nos sindicatos mas também o conjunto dos partidos patronais. A classe operária terá de se libertar do domínio dessa política construindo um partido próprio, que tenha por objetivo a sociedade socialista.

ACORDO DE DEMISSÃO É TRAIÇÃO

Massas 585 – 28 de abril de 2019

A assembleia de 24 de abril, na Ford, mostrou o que já sabíamos. A direção do sindicato apresentou a proposta de um acordo de demissão. Desde o início do fechamento da Ford, o sindicato não se colocou pela defesa de todos os empregos. A ideia dos burocratas é que nada se poderia fazer contra o fechamento da fábrica, a não ser um acordo sobre as demissões. A disposição da Caoa de comprar a planta de São Bernardo, e a mediação do governador Doria despertaram ilusões sobre a possibilidade de garantia dos empregos. Essas ilusões foram alimentadas após a volta da direção dos metalúrgicos da reunião com a matriz da montadora, nos Estados Unidos.

Os capitalistas expuseram um plano mundial de reestruturação, de maneira que a decisão de fechar uma de suas unidades no Brasil era irreversível. O que significava liquidar 4.500 postos de trabalho até o final deste ano. Naturalmente, a Ford iria cumprir o ritual das indenizações. O sindicato não teria alternativa, a não ser mediar o choque entre os operários e a multinacional. O melhor que poderia fazer era acertar os valores indenizatórios. Como era de se esperar, a empresa já havia reservado um fundo para esse objetivo.

A decisão de fechar a fábrica é tomada nos escritórios da empresa. Os operários somente ficam sabendo depois de seu anúncio oficial. Assim funciona o capitalismo. Em outras palavras, assim se processam as relações de produção assentadas na propriedade privada dos meios de produção. Os empregos nascem, crescem, diminuem e morrem de acordo com essa lei econômica. Se o capitalista não mais necessita de determinada quantidade de força de trabalho, diminui ou fecha postos de trabalho. Os trabalhadores, que vendem sua força de trabalho, fazem parte dessa engrenagem, sem poder participar de seu funcionamento. Essa é uma das mais profundas contradições do regime de produção capitalista. Sem ocupar um lugar na produção, o operário não tem uma fonte de existência. O desemprego e o subemprego empurram o operário e sua família a saltarem da pobreza à miséria. A tendência geral do capitalismo é a de reduzir postos de trabalho. Nas condições de crise de superprodução, agrava-se essa tendência. É o que está ocorrendo com a reestruturação da Ford, e em todo o setor automobilístico.

A classe operária organizada, no entanto, tem como reagir, defender e alterar essa lei econômica. Isso por que sua força de trabalho movimenta a produção coletivamente. A classe operária ocupa um lugar central na produção social, de onde se cria a

riqueza apropriada pela classe capitalista. Tem acumulado uma enorme experiência, ao longo do tempo. Lembremos que os sindicatos foram criados em meio à revolta dos operários ingleses nas primeiras décadas do século XIX. Os violentos protestos contra as demissões e o desemprego estiveram na base da organização coletiva do proletariado. Da experiência anárquica de quebrar as máquinas, a classe operária avançou com o método de ocupação e controle da produção. Foi assim que deixou de ser passivo, e se ergueu como uma força ativa. A conclusão é a seguinte: ou os explorados defendem os postos de trabalho, ou os capitalistas continuarão a empurrá-los para a miséria e a fome.

A classe operária organizada não admite nem diminuição de postos de trabalho, nem fechamento da fábrica. Essa é uma luta permanente, enquanto o capitalismo não ceder lugar ao socialismo, em que a propriedade privada dos meios de produção seja convertida em propriedade social. Quando uma direção leva o sindicato a negociar as demissões, fortalece o poder dos capitalistas diante da classe operária. Está aí por que a posição da direção do sindicato dos metalúrgicos do ABC é de traição. O resultado desse tipo de negociação fragiliza a classe operária como um todo, e, em particular, os metalúrgicos, perante as multinacionais.

O Boletim Nossa Classe, porta-voz do Partido Operário Revolucionário, defendeu a imediata ocupação da Ford, uma vez que estava clara a decisão de seu fechamento. Baseou-se na experiência da classe operária em luta contra o poder da burguesia de mutilar a força de trabalho. Se a Ford fosse ocupada, naturalmente, se colocaria o controle operário da produção. O que repercutiria sobre o ramo metalúrgico, e daí para toda classe operária. Com a fábrica ocupada, a Ford teria sido questionada em seu poder de fechamento da fábrica. Esse seria um primeiro passo na luta pela defesa de todos os postos de trabalho.

Tendo claro o fechamento, colocou-se a bandeira de estatização da Ford. Ganharia conteúdo nacional e força social, caso estivesse sob ocupação e controle operário. Trata-se de um passo mais avançado da luta, mas que necessariamente esteve e está colocado. A pergunta sobre quem estatizaria é pertinente. Nas condições atuais, a reivindicação seria dirigida aos governos burgueses, de Bolsonaro e Doria. Evidentemente, teria de ser um poderoso movimento nacional da classe operária para se impor tal solução, principalmente diante de governos francamente pró-imperialistas e desnacionalizantes. Mas, o fundamental está em que estaria colocada uma solução concreta contra o fechamento da

fábrica e as demissões. A maior ou menor possibilidade de estatização, sem indenização, depende de relação de forças. Relação essa que precisa ser desenvolvida em favor do proletariado e demais explorados, pela via da luta e da organização independente. A defesa da estatização da multinacional é parte do programa da classe operária de expropriação dos monopólios, rompimento com as cadeias da opressão imperialista e pela independência nacional.

A convocação da assembleia geral dos metalúrgicos era e é um imperativo. O isolamento da Ford serviu às pressões do patrão imperialista e da própria burocracia sindical para evitar a ocupação, controle operário e a bandeira da estatização. A paralisação da montadora não teve repercussão sobre os metalúrgicos e o conjunto da classe operária, devido ao seu isolamento. O máximo que a direção sindical fez foi uma passeata dos operários da Mercedes até Ford. Aí morreu a solidariedade. Da mesma maneira se passou com as primeiras manifestações, como a passeata da sede do sindicato até a Matriz de São Bernardo. Essas medidas poderiam ganhar dimensão, caso o sindicato organizasse uma grande campanha a partir da assembleia geral, e de formação de comitês contra o fechamento da Ford.

Não era do interesse dos burocratas polarizar o conflito. Não seria bom para suas negociações com a Ford, Caoa e Doria nacionalizar o movimento. Os cálculos já estavam feitos antecipadamente. Era previsível que nada de bom viria da montadora, que

Movimento operário

há algum tempo vinha indicando a intenção de se reestruturar. O sindicato e o comitê de empresa não pretendiam ir além das negociações em torno às indenizações. Estavam por negociar as demissões. Essa diretriz sindical antioperária desembocou na assembleia de 24 de abril, momento em que a burocracia anunciou o plano de demissões.

O descontentamento se manifestou quando os presentes se mostraram inquietos e inconformados com o relato de José Quixabeira, sobre a condição exigida pela Caoa para firmar o acordo de compra da Ford. O negócio somente poderia ser concluído depois que a montadora norte-americana resolvesse o desligamento dos trabalhadores e o pagamento das indenizações. A ideia de que a Caoa assumiria o ônus da continuidade dos postos de trabalho se desfez. O pacote apresentado por Quixabeira representava demissões pela via do PDV (Programa de demissão voluntária) e do PDI (programa de demissão indicada). Notou-se que a direção do sindicato não fez muito esforço para impor à assembleia a proposta patronal. Tudo indica que pretende manter as negociações, de maneira a convencer os operários de que não há outra saída. A orientação de permanecer na fábrica, com paralisação, é parte dessa manobra.

O movimento, assim, chega ao impasse. Ou rompe seu isolamento, ocupa a fábrica e convoca assembleia geral, ou cederá ao acordo de demissão. O Boletim Nossa Classe luta pela primeira via. Compareceu à assembleia com essa posição.

GM ataca duramente os operários

A montadora impôs aos metalúrgicos a redução do piso salarial, nenhum reajuste em 2019, redução do adicional noturno, fim dos limites para as horas-extras, fim da estabilidade para os acidentados e acometidos por doença profissional para os novos contratos, redução do tempo de auxílio previdenciário aos lesionados, e aumento da jornada de trabalho. A GM aproveita a reforma trabalhista para reduzir salário, aumentar a jornada e quebrar direitos. Com menos operários, salários menores, menos encargos trabalhistas, a GM aumentará sua lucratividade.

O Boletim Nossa Classe denuncia esse acordo maldito e luta para que os sindicatos organizem a resistência para brecar esses ataques.

Por que a GM colocou os operários de joelhos?

Os sindicatos metalúrgicos de São José dos Campos, São Paulo e Gravataí não foram capazes de se unir contra a violência da GM. Mais ainda, a CUT e a Força Sindical não organizaram o conjunto dos metalúrgicos para apoiar os operários da GM. Assim, a assembleia dos metalúrgicos de São José caiu de joelhos, diante do plano da poderosa montadora norte-americana.

O Boletim Nossa Classe denuncia a incapacidade e a covardia das direções sindicais, que acabaram aceitando o acordo e jogando a responsabilidade sobre a assembleia.

Acordo sem luta é derrota

A classe operária deve rejeitar a justificativa da direção do sindicato metalúrgico de São José, de que a responsabilidade pelo acordo coube à assembleia. Rejeitar, também, o argumento de que negociou com a GM, defendendo os empregos. A direção é responsável pelo acordo sem luta e, portanto, pela derrota dos trabalhadores.

Boletim Nossa Classe - fevereiro de 2019

Há muitos anos, o sindicato é dirigido pela CSP-Conlutas. Sabia que a GM vem destruindo sistematicamente antigas conquistas trabalhistas. Primeiro, cedeu o anel e, agora, entregou os dedos.

O Boletim Nossa Classe responsabiliza as direções sindicais pelos acordos sem luta. Os trabalhadores se dispõem a combater, se confiarem na firmeza de sua direção, e tiverem claras as reivindicações.

Lutemos pelo controle operário da produção

As multinacionais vêm impondo aos operários brasileiros a flexibilização capitalista do trabalho. Isso significa reduzir salário, demitir e arrancar direitos. O que a GM acaba de fazer, as demais montadoras vêm fazendo já faz tempo. Alegam sempre a mesma coisa: precisam enfrentar a concorrência, e assim evitar o fechamento da fábrica. Na verdade, essas empresas são altamente lucrativas.

O problema é que a classe operária está desorganizada e profundamente controlada pela política de conciliação de classes. As negociações das direções sindicais com os capitalistas quebram a vontade de luta dos trabalhadores. É preciso fazer exatamente o contrário: rejeitar os ataques patronais, e levantar o programa operário. Diante do plano patronal, é preciso exigir que se abram os segredos comerciais das multinacionais, que um comitê operário tenha acesso à sua contabilidade, e que se estabeleça o controle operário da produção.

O Boletim Nossa Classe alerta que a classe operária tem seu programa de defesa contra a exploração capitalista do trabalho, e contra a crise econômica, a qual leva às demissões, ao subemprego e à destruição das condições elementares de existência da maioria. O controle operário da produção é uma reivindicação que mostra que são os trabalhadores que produzem a riqueza.

A luta e atuação do POR nos movimentos

As bases da intervenção sindical foram fixadas no V Congresso, constam nas Teses Sindicais. A política proletária nos sindicatos se resume no objetivo estratégico de *“derrotar a burocracia em todos os campos e organizar as bases para a revolução socialista”*. O que exige a construção de frações revolucionárias, instrumentos *“de luta contra a burocracia, de organização do setor mais avançado e conquista da direção dos sindicatos. Seu método é o do trabalho de base e da ação direta. Seu programa é o da revolução e ditadura proletária. Tais frações serão constituídas sob a direção do partido revolucionário. E estas fortalecerão seu vínculo com as massas”*.

Trata-se, portanto, de: a) orientar o trabalho político do partido ao objetivo estratégico de libertar os sindicatos da burocracia traidora, venal e pró-burguesa; b) organizar a frente única e forjar uma fração revolucionária – dentro e fora dos sindicatos; c) travar o combate pela independência política e organizativa dos sindicatos, e impor o regime da mais plena democracia sindical (soberania das assembleias, direção sob total controle da base, direção composta pelo critério da proporcionalidade, revogabilidade do mandato; d) trabalhar pela unificação e centralização do movimento sindical, e colocá-lo a serviço da luta de classes; e) defender as reivindicações comuns com os métodos da ação direta (greve, piquetes, autodefesa).

Partindo das lutas mais imediatas e econômicas em cada setor ou fábrica, o partido trabalha por desenvolver as reivindicações e bandeiras que impulsionam a unidade de ação. Propõe os métodos e táticas que rompam com os bloqueios corporativistas e burocráticos, e radicalizem a intervenção coletiva dos explorados. Eis por que há que observar e destacar as tendências gerais que se manifestam por trás das formas mais conjunturais de cada greve e movimento, para projetá-las ao campo da luta de classes contra o Estado, a burguesia e seus partidos da ordem.

Para realizar a tarefa revolucionária nos sindicatos, greves e movimentos, é necessário pôr em pé uma corrente que elabore as respostas, e organize o trabalho da intervenção, agitação e propaganda da linha e estratégia revolucionárias em cada conflito. Por intermédio dessas organizações, se aproxima das ideias revolucionárias a camada mais avançada e consciente da vanguarda. O que exige garantir e sistematizar uma publicação especializada, dedicada a elaborar a linha e tática partidária, e sirva de veículo da organização no setor mais ativo dos movimentos.

Ao percorrermos os 30 anos da intervenção do POR nos movimentos, notamos claramente que há uma interdependência indissolúvel entre a elaboração do programa, a construção do partido, o fortalecimento das correntes sindicais-estudantis, e a publicação de boletins setoriais especializados. Por intermédio dessa ação, estreitamos nossos laços com os movimentos e ajudamos a vanguarda a assimilar os métodos e táticas proletárias, e a generalizar suas experiências práticas.

Abaixo, exemplificamos e mostramos a intervenção do POR nos movimentos, greves e conflitos. Por razão de espaço e tempo, decidimos ressaltar as ações que permitem expor mais claramente o trabalho “prático” ou “sindical” em relação aos objetivos estratégicos acima assinalados.

Intervenção no movimento operário

Nossa Classe cumpre 15 anos de agitação e propaganda, expressando o objetivo de impedir o avanço da exploração da força de trabalho e barrar os ataques dos capitalistas com ocupações, piquetes, manifestações de rua, frente única de ação, etc. E, fundamentalmente, organizar uma fração revolucionária, e constituir as bases organizativas para a revolução socialista, desenvolvendo o programa e os métodos que levam o proletariado a assimilar a tarefa da revolução e ditadura proletárias.

No editorial do boletim de março de 2010, se expressa esse objetivo. Diz: *“O Boletim ‘Nossa Classe’ é um instrumento de divulgação das lutas, de denúncia da exploração do trabalho, de defesa das reivindicações dos explorados, de elevação da consciência de classe, de educação política da classe operária, de combate pelo fim do capitalismo e defesa do socialismo”*.

Para realizar a tarefa revolucionária nos sindicatos, greves e movimentos, é necessário pôr em pé uma corrente que elabore as respostas, e organize o trabalho da intervenção, agitação e propaganda da linha e estratégia revolucionárias em cada conflito.

O guia de ação classista pode resumir-se na bandeira *“Emprego e direitos não se negociam, defendem-se com luta”*. Nela, se condensa o método e tática da classe operária de impedir o avanço da exploração da força de trabalho, e barrar os ataques dos patrões com ocupações, piquetes de autodefesa, bloqueios, manifestações de rua e a frente única sindical e de ação do conjunto do operariado (comitês de base e assembleias gerais).

Está aí por que Nossa Classe se tem esforçado em superar o corporativismo sindical, e procura colocar de forma didática e clara os métodos e tarefas para impulsionar cada greve, cada movimento e cada conflito no caminho de sua generalização política. Em julho de 2015, quando avançavam os planos de demissões, se aplicava o PPE e se produziam inúmeras demissões, Nossa Classe coloca que *“a defesa dos empregos virá com a luta coletiva”*. Assinala que *“as demissões ocorrem por fábrica, mas o ataque dos capitalistas aos empregos é geral”*. Portanto, há que dar *“uma resposta geral da classe operária. Eis o nosso caminho: 1) que os sindicatos convoquem assembleias gerais; 2) que as centrais sindicais se unam em uma frente única por uma campanha nacional em defesa dos empregos e salários; 3) que se formem comitês de luta local, regional e nacional”*.

A unidade da classe operária na prática em cada luta particular colocada é o guia para desenvolver os interesses comuns dos operários. Inúmeras greves se deflagraram nestes 15 anos (Embraer, Volks, Mercedes, Ford, Braskem, Petrobrás, Jirau etc.). E em todas elas, o Nossa Classe sempre afirma a necessidade da unidade grevista (frente única) para derrotar a ofensiva patronal. Em 2012, assim, deu importância às greves de Jirau e Santo Antônio. Chamou à solidariedade ativa e à luta pela derrubada da Lei Antigreve, que o governo petista aplicava para esmagar os movimentos.

Quando da ofensiva golpista, o POR chamou aos operários a intervirem na crise e derrubarem o golpismo com seu programa e métodos próprios, sob a bandeira de *“Abaixo o golpismo”*. Derrubado o governo Dilma/PT, convocou os operários a prepararem

a luta contra o governo ditatorial de Temer. Trabalhou em 2017 para preparar uma grande greve geral para derrubar as reformas trabalhista e da terceirização. E alertou sobre a necessidade de rejeitar a via da pressão parlamentar para negociar a reforma da Previdência. Quando da greve geral de 28 de abril, convocou a avançar na construção da greve geral por tempo indeterminado. E alertou que a via da conciliação de classes criaria as condições para o governo impor a derrota aos operários.

O essencial do trabalho operário do POR é que se caracteriza sempre por colocar a organização, democracia e métodos de luta da classe operária. A defesa dos sindicatos classistas se baseia na diretriz histórica da democracia operária e da independência política. Isso explica por que o Nossa Classe se destaca pelo combate intransigente à direção burocrática e pelega, que submete os sindicatos à política governamental, e os coloca a serviço de candidaturas patronais. O POR vai às fábricas defendendo abertamente a luta pela independência política no campo eleitoral. As campanhas pelo Voto Nulo Programático consta das campanhas gerais de Nossa Classe nas fábricas.

Isso, porém, não impediu convocar a frente única com a burocracia, quando decretada a prisão de Lula, e a burguesia avançava no objetivo de cassar seus direitos políticos. Nossa Classe defendeu a imediata libertação e a garantia de seus direitos políticos. Chamou os operários a defenderem as liberdades democráticas feridas pelo autoritarismo, com seus próprios métodos. E ergueu a bandeira dos Tribunais Populares, porque somente a classe operária poderia julgar o caudilho petista.

Finalmente, o POR nunca deixou assinalar a necessidade da classe operária se erguer na direção política da maioria oprimida. Eis por que expôs no Nossa Classe as bandeiras e reivindicações que devem servir à constituição do proletariado como direção política dos movimentos populares. Em 2012, convocou os operários a apoiarem a luta no Pinheirinho contra a integração de posse e expulsão de centenas de famílias pobres e miseráveis. A mesma linha de atuação se desenvolveu nos momentos das greves estudantis, do funcionalismo, e até na greve da PM (2012).

Enfim, são muitos os números de Nossa Classe que colocam, tanto os problemas concretos das fábricas, quanto gerais da situação política. O que confirma o quanto o partido atuou como fração revolucionária na Volks (ver “A luta pela independência política do proletariado”), o quanto também, agora, em que condições particulares, tem sido obrigado a batalhar de fora para dentro das fábricas. Nesse sentido, é que a elaboração coletiva do conteúdo do boletim, sua distribuição e agitação nas diversas fábricas demonstram-se de fundamental importância para a tarefa de penetrar no seio da classe operária.

A experiência da Lorenzetti e da Ford permitiu-nos compreender que, apesar das limitações impostas, um setor dos operários manifestou seu apoio a nossas bandeiras e métodos, embora os operários não tenham conseguido romper com suas direções. Essa situação é a prova viva da crise de direção revolucionária. O fato de não contarmos com uma fração classista dentro dos sindicatos

Atuação do POR nos movimentos

do operariado impede que essa simpatia se traduza em organização política. Com essa rica experiência, a militância porista passa a conhecer os problemas da classe operária e a verificar os meios para ir superando o enorme atraso de consciência de classe

O importante a se compreender é que o Nossa Classe é uma arma para superar, hoje, o isolamento do partido em relação à classe operária. A decisão de superar essas condições, reforçando o trabalho com Nossa Classe, demonstrou o quanto acertamos em continuar – firme e pacientemente – com a propaganda e agitação das ideias revolucionárias. É com esse trabalho que preparamos os quadros, e criamos condições para a confluência da política revolucionária com a classe operária.

Greve dos caminhoneiros

Destacamos esta greve, em particular, por demonstrar o trabalho do partido em compreender o caráter do movimento, e em que medida e por que devia ser impulsionado para confluir com as tendências gerais de luta que manifestavam os explorados contra a ditadura civil de Temer.

Deflagrado o movimento dos caminhoneiros (2018), o POR levantou as bandeiras de “Nenhuma intervenção policial-militar” e “Estender o movimento em favor da maioria oprimida”. Estava claro que a greve foi uma manifestação da crise e dos golpes que se desfechavam contra a maioria nacional

oprimida. Imediatamente, se colocou a necessidade de defender o movimento contra a ação repressiva e ideológica da burguesia e seu Estado. Ao mesmo tempo em que a greve colocou a discussão do preço do gás de cozinha, bem como o da gasolina, que atingiam as necessidades dos explorados, tinham sido anunciadas greves e paralisações de Petroleiros e outros setores.

Para o movimento dos caminhoneiros confluir com essas tendências de luta, era necessário, em primeiro lugar, diferenciar entre os interesses das empresas de transportes e uma parcela dos autônomos, que exploram mão-de-obra dos milhares de autônomos (pequenos proprietários), dos interesses dos assalariados (operários), que também faziam parte dele. Devia-se, portanto, indicar quais as reivindicações e bandeiras que impulsionassem seu choque com as poderosas empresas que sugam sua força de trabalho, e pretendiam com o movimento defender seus lucros.

O POR defendeu a bandeira de derrubada das reformas trabalhista, da terceirização, da Previdência e, especialmente, da implantação da escala móvel das horas de trabalho, do salário mínimo vital e da escala móvel de reajuste. Tratava-se de impulsionar a luta, ajudando na separação entre os interesses patronais e os dos trabalhadores no seio do movimento, e apresentar um plano de reivindicações da classe operária. São esses princípios e métodos que se condensam na bandeira “Estender o movimento em favor da maioria oprimida”, que assinala a tarefa de apoiar a luta dos caminhoneiros com o programa e métodos da classe operária. O partido interveio nos movimentos dos diversos estados, e defendeu com seus manifestos essa orientação.

Atuação nas Universidades e Institutos técnicos

Nas Universidades e Institutos de educação superior e técnica, a Corrente Proletária Estudantil atua desde os primeiros passos



dados pelo POR. Em grande parte, o trabalho neste setor se tem revelado uma fonte permanente de recrutamento político, especialmente entre os estudantes, que se acham abertos à generalização teórica, e experimentam diuturnamente, tanto as mazelas do ensino burguês, quanto os ataques do governo contra as condições de estudo e trabalho.

A experiência histórica ensina – e nossa intervenção política e prática confirmam – que a juventude é um canal para a expressão do marxismo-leninismo-trotskismo. É por intermédio dessa penetração que se vai combatendo no seio dos funcionários e técnicos. Esses representam os setores mais vinculados às camadas exploradas e oprimidas. Convivem com salários arrochados, a terceirização e precarização trabalhista, que os colocam em choque com o Estado e a burocracia universitária (altos cargos administrativos e a casta de professores), que, por suas condições de vida e interesses, são o canal da burguesia e seu Estado, da política reacionária.

Fazemos aqui essa rápida generalização das relações entre os diferentes setores para melhor ilustrar porque a elaboração do Programa do POR para a Educação e a constante intervenção nos conflitos se guiam pela luta pela fórmula estratégica de governo de *Assembleia Geral Universitária* dos três setores (governo tripartite), com maioria estudantil, eleito e responsável perante suas bases, que se opõe ao governo da reacionária burocracia universitária. A autonomia universitária e um orçamento que atenda às necessidades, sob controle dos estudantes, dos assalariados e da população oprimida, é parte da luta pela resolução das tarefas democráticas.

O POR trabalha para constituir a unidade com os funcionários e técnicos, que sofrem com a exploração e precarização trabalhista. Está aí a importância da plataforma que unifica as aspirações estudantis às reivindicações em defesa dos empregos e dos salários.

Tais reivindicações não serão impostas com negociações parlamentares ou administrativas. Mas, com a luta de classes, que envolva o movimento geral dos explorados. Trata-se de defender, consequentemente, os métodos da ação direta de massas e a unidade grevista, fora e dentro das Universidades e Institutos, com a classe operária e os demais explorados.

Finalmente, assinala a necessidade de construir a fração marxista e expulsar das organizações sindicais estudantis as burocracias que servem de correia de transmissão dos interesses da burocracia universitária e dos partidos da ordem burguesa. Eis por que a Corrente Proletária dá especial importância aos métodos democráticos nas assembleias, e combate a política pacifista, parlamentar e dos acordos com a burocracia universitária e a casta professoral.

O trabalho porista nas greves do funcionalismo

O partido vem construindo, anos a fio, sua fração revolucionária dentro do movimento e sindicatos dos professores e funcionários da educação. A Corrente Proletária tem servido para delimitar a política revolucionária do oportunismo, sectarismo e reformismo. Fundamentalmente, se caracteriza por defender o programa que impulsiona a independência política dos explorados.

É bom repisar que esse setor se caracteriza por dois aspectos

fundamentais: 1) concentra todos os problemas colocados pelo agravamento da crise: congelamento e arrocho salarial, desemprego, terceirização, flexibilização e destruição de direitos. 2) Caracteriza-se ainda por sofrer o ajuste orçamentário e desvio de recursos produto da implementação de reformas pedagógicas e curriculares, que alavancam o fechamento de salas e escolas, a militarização, o obscurantismo e o autoritarismo, que ameaça a liberdade de cátedra e a livre organização sindical estudantil, etc.

Não por acaso, o setor é um foco de permanentes conflitos com os governos e as medidas antipopulares e antinacionais que destroem a educação pública. Isso obriga o POR, tanto a estudar as novas medidas, leis, projetos e portarias (que avançam na destruição das escolas públicas e privatização e monopolização de setores do ensino), quanto a elaborar as respostas políticas e organizativas que impulsionem as lutas por todo o país.

A Corrente Proletária da Educação desenvolve, em todas as lutas, os métodos e programa, capazes de projetar a unidade grevista contra os governos, apoia-se na defesa da democracia sindical, nos métodos da ação direta de massas, e luta pela independência de classe dos sindicatos. Portanto, exige romper com o pacifismo e a política parlamentar. Dois exemplos podem ilustrar essa orientação política

Em 2015, os professores de São Paulo, com 92 dias de greve, assembleias gigantescas e os métodos da ação direta, expressaram a enorme disposição de luta do funcionalismo. Não apenas foi a greve mais longa de toda a história do magistério paulista, como também deu um salto nos métodos de luta e abriu um período de ascenso das lutas populares, em choque com as políticas antinacionais, antipopulares e antioperárias. O POR trabalhou pela radicalização das massas em luta, pelo fortalecimento dos comandos de greve de base, denunciou a via da judicialização do conflito pelas direções, e combateu o isolamento da greve, chamando a unidade do magistério estadual e municipal e com as lutas que ocorriam em outros estados.

Entre março de 2018 e março de 2019, desenvolve-se a luta do funcionalismo da prefeitura de São Paulo, contra a aplicação da reforma da Previdência no âmbito municipal (Sampaprev). Durante 2018, o movimento se caracteriza pelo corporativismo e pelas ilusões democráticas. Mas, em fevereiro de 2019, recém-empossado o governo ditatorial e fascizante de Bolsonaro, se deflagrou uma greve massiva e unitária de todo o funcionalismo municipal.

Assembleias conjuntas, radicalização das medidas, atos regionais e criação de comandos unificados, encarnaram essas tendências. Como assinalou a Corrente Proletária, “*embora a greve tenha partido de reivindicações municipais*”, comparecia, de fato, como “*parte da luta nacional contra a reforma da Previdência federal*”. Estava assim colocada a condição objetiva para se levantar um movimento nacional, “*demonstrando para o conjunto dos trabalhadores o caminho para enfrentar o brutal ataque, que será desferido pela burguesia e seus governos contra os direitos dos explorados*”. A greve ocorria ainda no momento em que a classe operária se manifestava contra os acordos de retirada de direitos (GM) e contra o fechamento da Ford. Havia as condições para a luta nacional e unitária, e para criar um campo de intervenção organizada da classe operária. O que teria favore-



cido o enfrentamento ao recém-eleito governo Bolsonaro. Mas, a tendência esbarrou na política imobilista e democratizante das direções sindicais. A conciliação de classes e a política parlamentar, mais um a vez, abortaram as tendências de luta das massas.

O POR atuou nas greves, defendendo o programa e métodos que servem às massas na luta pela conquista de suas reivindicações, e indicam o caminho da derrubada das medidas antipopulares e antinacionais. Trabalhou pela unidade de ação, na base de um programa comum de reivindicações. E nunca deixou de combater a burocracia e as ilusões democráticas, que bloqueiam a independência política das massas e impedem-nas de se elevarem à luta revolucionária.

Finalmente, dirigiu grandes esforços à generalização teórica e programática das lutas, editando folhetos e publicando artigos no Massas. Particularmente, orientou-se a forjar uma vanguarda revolucionária no seio dos conflitos. Nesse sentido, cabem destacar as reuniões abertas dos contatos para debater e definir os rumos das greves e as medidas para impulsionalas.

O trabalho na juventude

A formação e estruturação política no partido marxista-leninista-trotskista da juventude proletária, camponesa e pequeno burguesa, cada dia mais esmagadas pela interminável crise do capitalismo, é uma tarefa a qual o POR dedicou permanentes esforços.

Isto é, a Corrente Proletária Estudantil desenvolve seu programa e respostas, orientadas a ajudar a juventude a romper com a ideologia burguesa, superar a despolitização e abraçar a causa do proletariado mundial. Seu principal objetivo é concretizar a unidade de operário-estudantil. É um instrumento do combate às direções estudantis traidoras e venais que controlam a UNE e UBES com mãos de ferro, e as subordinam à conciliação de classes.

O objetivo dessa organização da juventude “é construir uma direção combativa e de luta para o movimento estudantil (...) Sua função e a de lutar por grêmios livres e independentes, lutar para que as entidades estudantis travem um combate organizado e unificado, com os demais explorados, pelo fim do capitalismo e em defesa do socialismo”. Para cumprir essa tarefa, “organiza-se em plenárias e reuniões de seus membros, lança boletins e prepara cursos de formação política”. Além de participar ativamente “de todas as manifestações de luta dos trabalhadores contra os governos burgueses, inimigos do povo” (Cartilha para a formação Secundarista).

A Cartilha tem sido um eficaz meio para a formação da vanguarda da juventude que se aproxima ao partido nos rudimentos do socialismo-científico, das leis da revolução proletária, dos métodos e táticas da luta proletária, e da necessidade histórica do partido programa.

O instrumento de sua propaganda e agitação nos movimentos e escolas é o Boletim Secundarista, elaborado e distribuído pelo conjunto da militância porista. Desde 2012 até o momento que publicamos este especial, foram editados 33 números. Neles, acha-se o esforço do partido em desenvolver o programa da juventude, colaborar ativamente com os movimentos, estabelecer as bandeiras e métodos para o triunfo das lutas, e dedicar à formação dos jovens que se forjam na luta de classes, baseada nos conceitos e

Atuação do POR nos movimentos

fundamentos da teoria marxista.

O boletim Secundarista defende as bandeiras e reivindicações próprias da juventude (combinação do trabalho com o estudo e lazer, defesa das condições de estudo e moradia, passe livre aos estudantes, da democracia política e organizativa nas escolas, etc.), denuncia a violência e as consequências da barbárie social sobre a juventude oprimida, desenvolve os elementos da situação política, coloca a defesa dos direitos democráticos e sociais, orienta sobre que bases e por que organizar os grêmios livres e independentes, e, especialmente, convoca à juventude a se organizar como um destacamento da luta de classes.

Em março de 2016, por exemplo, após as ocupações, chama a reorganizar o movimento estudantil sob um Comando Unitário de Luta e formar os grêmios livres. Nesse sentido, convoca uma Plenária Estadual, objetivando: 1) aprovar uma plataforma de reivindicações, 2) realizar uma campanha pelos grêmios livres e 3) organizar novas manifestações para responder ao fechamento de

escolas. Em setembro de 2016, após o golpe contra Dilma, chama a juventude à luta contra o governo golpista sob a bandeira de “*Abaixo o governo golpista de Temer!*”. Em março de 2017, denuncia o avanço de fechamento de salas, a reforma do Ensino médio, e convoca a juventude a superar a crise de direção, o que exige fortalecer Corrente Proletária Secundarista/POR, que encarnou essa direção embrionariamente. Em abril desse ano, convoca a greve geral de 28 de abril, alertando que a ausência de democracia nas assembleias e nos grêmios livres impede sua organização, e chama os estudantes a combaterem a BNNC, defendendo que “*somente a classe operária poderá julgar Lula e os crimes da burguesia!*”. Em setembro, chama a derrubar a reforma do ensino médio e denuncia “a farsa das eleições”, convocando a Votar Nulo, e apre-

senta o Dicionário Marxista com os princípios do socialismo científico. Em abril de 2019, convoca os estudantes a apoiarem a luta dos operários da Ford. O boletim, nos dois meses seguintes, se dedica a convocar e organizar as greves de 15 e 30 de maio e 14 de junho.

Destacamos esses aspectos para mostrar o trabalho orientado a transformar a juventude em uma força social coesa sob a política do proletariado. A Corrente se esforçou em traduzir as experiências da luta de classes em teoria e organização políticas. E, particularmente, como sua política conseguiu penetrar e transformar um setor da juventude em vanguarda do movimento, quando sua palavra de ordem de ocupar e resistir viria a confluir com os anseios e tendências de luta. É o que se passou com as ocupações de escolas contra o fechamento de salas, em 2015 e 2016.

A confluência da linha porista com a juventude se manifestou, em 20 de outubro, quando a consigna “*Escola fechada, escola ocupada!*”, defendida pela Corrente Proletária, foi aprovada na assembleia dos professores estaduais, e tomada pelos estudantes que nela se encontravam.

A juventude ocupou as escolas e tomou as ruas por cima de suas direções. Em grande parte, passou a agir sob a direção de comandos unificados de escolas próximas, mas careceu de uma direção unificada do movimento. Nessas condições, ganharia expressão a política “autonomista”, divisionista e despolitizada, que foi prontamente combatida pela juventude porista. Criaram-se as condições para o POR intervir com seu programa.

A insurgência da juventude de forma independente demons-



trou como o movimento pode passar por cima do aparato burocrático de contenção, como é o caso das direções nacionais (UNE) e estaduais (UBES). Por outro lado, também demonstrou que, sem uma direção revolucionária, as direções reformistas conseguem canalizar a luta e destruí-la. Contribuiu para isso a divisão, o corporativismo, o sectarismo e aparelhismo das correntes centristas. Impossibilitou forjar as bases de uma oposição classista e combativa às direções de conciliação de classes. Agora, que está colocada a luta contra a militarização das escolas, contra o autoritarismo e o obscurantismo, contra a destruição das condições de estudo e trabalho, salta à luz-do-dia o quanto criminosa é a política reformista, revisionista e anarquista.

O POR trabalhou no movimento sob as bandeiras que de fato unificavam a luta dos estudantes aos demais explorados. Fez a defesa nas assembleias dos movimentos da confluência das lutas. Com o refluxo, se orientou a ajudar a generalizar a experiência, elaborar as necessárias conclusões organizativas, constituir grêmios livres e independentes, formar uma oposição capaz de recuperar as centrais, e organizar sua vanguarda ao redor do programa proletário.

Reflexos desse trabalho são as duas Conferências da juventude Secundarista (2015 e 2016), as reuniões com contatos e simpatizantes, os folhetos de formação secundarista e sistematização da publicação do Boletim Secundarista. Nos diversos estados em que atuamos, notamos uma constante aproximação de setores da juventude às ideias e métodos poristas de luta.

Os quadros têm compreendido a importância da propaganda e do trabalho regular e sistemático de educar e organizar sua vanguarda no partido. Sobre essa base, se irá preparando a intervenção da fração revolucionária da juventude secundarista na nova etapa da luta de classes.

Greves da Polícia Militar

As greves policiais são um dos maiores termômetros da política revolucionária. Delimita e separa taxativamente marxistas dos revisionistas. O exemplo mais claro dessa tese foi dado na greve dos policiais na Bahia, que provocou uma crise política, e motivou novas manifestações e paralisações (Rio de Janeiro). Dilma Rousseff (primeiro mandato) autorizou uma operação de grande envergadura com tropas do exército, Polícia Federal e Força Nacional de Segurança.

Para o governo petista e a burguesia em seu conjunto, a derrota da greve era fundamental. Tratava-se de barrar as tendências à insubordinação e ruptura da hierarquia. Particularmente, a confluência das reivindicações dos policiais com as tendências nacionais de luta. Uma vitória dos grevistas em seu pleito salarial empurraria uma luta nacional contra os ajustes e medidas de congelamento salarial, desemprego e reformas que o governo Dilma/PT realizava.

A derrota da greve teve por fundamento o cerco militar e ação política da burguesia de cortar a cabeça dos amotinados. O corporativismo, o isolamento e o profundo ódio operário e popular aos que agem como capachos dos movimentos impediu desenvolver uma política capaz de ampliar as rupturas das hierarquias, impulsionar a confluência do movimento com as tendências de luta presentes nas massas, e criar as condições da intervenção da política

revolucionária entre a tropa.

As esquerdas se dividiram entre: 1) contrárias à greve; 2) neutralidade; 3) defesa da greve. Contrários foram o PCdoB (base do governo petista), os partidos da burguesia e o MRT. Pela neutralidade estiveram PCO e PCB. Favoráveis foram PSTU, PSOL, POR e mais alguns. A posição de repressão à greve com a qual confluíam PCdoB, MRT e a burguesia significou trabalhar pela derrota da greve pelas mãos do Estado burguês, pela separação, por meio da violência reacionária, da greve de sua tendência de golpear o poder do Estado, e confluir com as lutas das massas. Ou seja, significou, em última instância, fortalecer a capacidade repressiva da burguesia contra os movimentos. O que vem se manifestando atualmente como centralização autoritária e ditatorial, e como fortalecimento da capacidade repressiva do Estado contra greves e manifestações.

Aqueles que apoiaram oscilaram entre o sindicalismo, a exemplo do PSTU, que não estabeleceu a ligação da greve com a política militar do proletariado, o armamento das massas e desmantelamento do aparelho repressivo do Estado. O POR criticou e rechaçou a palavra de ordem de “Desmilitarizar” a PM. Isso porque significa reformar o aparelho repressivo do Estado, e não lutar pelo seu desmantelamento como obra das massas insurrectas.

O essencial do movimento esteve em que colocou o objetivo de se compreender as greves nos aparelhos repressivos do Estado burguês em sua relação e interdependência com o agravamento das contradições sociais. Se bem “a decomposição do capitalismo e suas consequências sociais exigem aumento constante do efetivo policial, o que expande o parasitismo do aparato estatal e sobrecarrega o orçamento”, por outro lado, “o agigantamento da estrutura repressiva para garan-

tir o dia-a-dia da sociedade à base da violência policial” passa a refletir em seu seio o choque objetivo das classes. Em síntese: “expõe as profundas contradições do capitalismo no Brasil”.

Essa ideia, contida na Apresentação do folheto do POR de balanço da greve (fevereiro de 2012), separou a análise marxista do POR do impressionismo pequeno-burguês, do reformismo proburguês e da reação burguesa. Esteve claro que o agravamento das condições de vida da tropa e seus familiares era a porta de entrada da luta de classes e da ruptura da hierarquia. Não por acaso “a greve e as ações coletivas de rua (...) colocam para os policiais a luta pelo direito de reivindicar e o direito de se manifestar por meio de greves, motins, etc.” Ou seja, colocam a via do fortalecimento de “direitos democráticos incompatíveis com a corporação policial-militar”.

Está aí por que o POR defendeu “o direito dos policiais se defenderem e defenderem suas famílias contra a pobreza e a miséria”. Ocorre que a neutralidade não é própria de revolucionários na situação em que se coloca a luta de classes. Esses estão obrigados a compreender o fenômeno grevista na polícia e elaborar as posições revolucionárias. O que exige a generalização das experiências com a arma programática e teórica. A construção do partido marxista-leninista-trotskista depende de realizar bem essa tarefa.

A política porista na greve, visando ao objetivo acima colocado, se resumiu nas bandeiras: 1) Pelo direito irrestrito de greve, de manifestação e de expressão aos policiais!; 2) Pela libertação imediata dos policiais presos por liderarem a greve na Bahia e Rio



Carta Aberta à classe operária e aos demais trabalhadores

Vitória de Temer contra os explorados. Aprovada a reforma trabalhista. Traição das burocracias sindicais serviu ao governo golpista

12 de julho de 2017

Por 50 votos a favor e 26 contra, o Senado aprovou a reforma trabalhista. É um dos maiores ataques à classe operária e demais explorados na história do país. Não se conhece um retrocesso tão profundo em direitos conquistados pelos assalariados. A instituição da norma que dá poderes do “negociado sobre o legislado” põe abaixo as leis trabalhistas, que regulamentavam a venda da força de trabalho dos explorados, e a sua compra pelos exploradores, desde os anos 40. A CLT que, bem ou mal, continha garantias de direitos e proteção dos trabalhadores, perante a selvagem exploração, foi inteiramente destruída. Um dos pilares da CLT, que ainda não havia sido derrubado, era o princípio do contrato coletivo do trabalho, que regulamentava nacionalmente o conflito entre o capital e o trabalho. A burguesia nunca aceitou se sujeitar a nenhuma normatização geral que permitisse qualquer tipo de defesa jurídica contra a superexploração. Nunca admitiu limitar o direito individual de cada explorador determinar as condições de compra e uso da força de trabalho. Está aí por que o contrato coletivo foi uma conquista da classe operária por meio da luta de classes, das greves, ocupações e manifestações.

O governo golpista de Temer, o Congresso Nacional e a burguesia como um todo brindaram a derrubada da CLT. E com toda razão, uma vez que impuseram uma derrota histórica à classe operária. Dizemos que os capitalistas comemoram com toda razão porque se tratou da reconquista da liberdade burguesa de explorar mais livremente os milhões de brasileiros que movimentam a produção, o comércio, e que com suor e sangue entregam a seus escravizadores um rio de riqueza.

Para alcançar um feito tão grande, a burguesia e a maioria de seus partidos tiveram de promover um golpe de Estado, e estabelecer um governo completamente livre de qualquer pressão da maioria explorada, e mesmo da burocracia sindical. O Congresso Nacional, que se tornou o principal órgão do golpe, se encarregou de pôr em marcha as reformas antinacional, antioperária e antipopular, concebidas pelo governo golpista. As instituições do Estado se sujeitaram integralmente aos ditames do capital financeiro, e aos interesses do imperialismo saqueador. Foi preciso estabelecer uma ditadura civil para impor, por cima da população, e, principalmente, da classe operária, a destruição do contrato coletivo de trabalho, que, há muito, os capitalistas vinham exigindo dos governos e do Congresso Nacional.

Os governos do PT, de Lula a Dilma, cumpriram a função de assegurar o funcionamento do capitalismo e, portanto, da exploração do trabalho. Em nenhum momento, deixaram de servir aos interesses gerais da classe capitalista e do imperialismo. No entanto, não puderam se encarregar de uma reforma tão regressiva como a trabalhista, que acabou de ser aprovada, e a previdenciária, que está em andamento. Em outras palavras, foram serviços da grande propriedade dos meios de produção, mas não poderiam romper completamente com a classe operária e demais explorados, promovendo reformas tão violentas. Não deixaram de fazer as reformas antioperárias, a exemplo da previdenciária,

da implantação do Programa de Proteção ao Trabalho (PPE), etc., para isso tiveram de limitá-las por meio de negociação entre governo, capitalistas e burocracias sindicais.

Temer se encarregou de livrar o Estado de tais relações, montadas pelo governo de conciliação de classes do petismo. A condição de governo nascido do golpe, que cassou o voto de milhões que deram um segundo mandato a Dilma Rousseff, permitiu que o ministro da Fazenda, Meirelles, pudesse arquitetar as reformas sem nenhuma interferência da burocracia sindical e das relações políticas, próprias de disputas eleitorais. Temer foi imposto ao país pelo Congresso Nacional oligárquico, completamente divorciado das massas e de suas necessidades mais elementares. Instituiu-se, portanto, como uma ditadura civil, com um objetivo claro de implantar as draconianas reformas, para que, nas eleições de 2018, o novo governante não precisasse impô-las. Sua função foi precisamente a de limpar o terreno, para que a coligação golpista (PMDB, PSDB e DEM) decidisse, nessas eleições, quem comandaria o Estado.

A crise política golpeou incessantemente o governo ditatorial, mas não inviabilizou a aprovação da reforma trabalhista. E por quê? Porque o Congresso Nacional é parte ditadura civil, erigida com o golpe de Estado. Temer está na condição de cai-não-cai. No mesmo momento em que se votava a reforma trabalhista, o relator da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) encaminhava favorável à admissibilidade da denúncia de corrupção passiva envolvendo o presidente da República. Nesse mesmo momento, Temer comemorava a vitória no Senado, e exortava o Congresso Nacional a mantê-lo na presidência, sob o argumento de que é o seu governo que está pondo o país nos trilhos. Os carrascos dos trabalhadores se deram ao luxo de cantar a vitória como fruto da democracia. Em absoluto, a aprovação da reforma trabalhista, e sua implantação por Temer, é um ato da ditadura de classe da burguesia e de sua ditadura governamental. Eis por que a gigantesca crise política não inviabilizou o curso das reformas reacionárias.

Não faltaram avaliações otimistas entre a burocracia sindical, e mesmo entre as esquerdas, de que era difícil passar a reforma trabalhista, devido à desintegração do governo Temer. O que não vian é que o governo golpista não se resumia ao presidente da República. O Congresso Nacional é o órgão e a base do governo ditatorial. A aprovação da reforma trabalhista é a comprovação mais acabada de que a burguesia recorreu ao golpe e à ditadura civil para desfechar um ataque histórico à classe operária. A classe capitalista encontrou na democracia formal a melhor forma de dirimir seus conflitos, e de exercer sua ditadura de classe sobre os explorados, mesmo a democracia truncada e deformada do país semicolonial tem essa função. Ocorre que, diante da situação de aprofundamento da crise econômica e da luta de classes, a democracia passa a ser um estorvo, e os governos que foram eleitos igualmente, quando não conseguem impor pela força as medidas de proteção ao capital. O Congresso Nacional, como órgão do golpe, manteve unida a frente partidária, em torno da política econômica e das reformas, independente da decomposição política do governo Temer.

Assistimos aos protestos da oposição, encabeçada pelo PT e PCdoB no Senado. Fizeram um escarcéu teatral, ocupando a mesa da presidência do Senado por algumas horas. Gleisi Hoffmann, presidente do PT, fez um discurso inflamado, mostrando que a maioria do Senado é composta de empresários, latifundiários e altos funcionários do Estado, para concluir que é preciso retomar as eleições. Os parlamentares oposicionistas sabiam perfeitamente que as manobras para adiarem a decisão final da reforma trabalhista seriam em vão. A pantomina serviu tão somente para, no futuro próximo, mostrar a cara, perante os explorados, de oposição às reformas, e lhes pedir votos.

Tais manifestações parlamentares, pseudo radicais, serviram, servem e servirão para ocultar a traição das burocracias sindicais, que interromperam o impulso dado pela greve geral de 28 de abril. A caravana que montaram para assistir à votação de 11 de julho – dia da desgraça dos oprimidos – acabou sendo um velório da morte dos direitos mais elementares dos assalariados. Sequer foram capazes de repetir a marcha de 24 de maio. Enquanto os senadores oposicionistas dramatizavam, os burocratas sindicais, nas imediações do Congresso Nacional, acompanhavam de mãos e pés amarrados o golpe fatal, desfechado na nuca dos explorados. Essa conduta capituladora contrastou com o vigoroso movimento grevista de 28 de abril, e as grandes manifestações de massa. Ao mesmo tempo, expôs a traição dos dirigentes das centrais sindicais, que romperam a unidade da classe operária e demais explorados, em luta contra as reformas e o governo golpista.

A UGT e a Força Sindical, vinculada ao partido golpista Solidariedade, negociaram com Temer medidas provisórias (MPs), cujo objetivo principal é o de alterar o ponto da reforma que extingue o imposto sindical. Essa foi a forma do governo de apagar as arestas em sua própria base de apoio. Não por acaso, o presidente do Senado, Eunício de Oliveira, explicou que a ocupação da mesa diretora não se justificava, uma vez que a reivindicação sobre o trabalho insalubre de gestantes e lactantes havia sido negociado com Temer, que faria uma alteração através de MPs.

Sabemos perfeitamente que a Força Sindical e UGT são apêndices da burguesia, correia de transmissão de seus interesses no movimento sindical. A burocracia da CUT, embora se colocasse contra as reformas de Temer, não é menos responsável pela traição. Também contribuiu decisivamente para bloquear o impulso da greve geral de abril, substituindo-a por manifestações inócuas em defesa da “democracia” e da convocação de eleições. A greve geral de 30 junho foi transformada em um dia de paralisações parciais, de acordo com a disposição de cada sindicato. O resultado foi que a classe operária, em grande parte, esteve totalmente ausente. E, as manifestações mais importantes em alguns estados não atingiram em nada o governo. Temer, em seu discurso de saudação à aprovação da reforma, disse com desdém que, enquanto alguns protestavam, a caravana passava. O Sindicato Metalúrgico do ABC, para não parecer que não fez nada, realizou uma passeata na Anchieta, no dia da votação do Senado.

A greve geral de abril surpreendeu a própria burocracia, que passou a temer o impulso da classe operária. A greve geral é condenada em toda linha pela burguesia, porque se converte em luta política contra o governo, os exploradores e o Estado. De um lado, a Força Sindical e a UGT negociaram com Temer o desmonte do

movimento; de outro, a CUT desmontou a luta contra as reformas, e passou a priorizar a campanha do PT pelas eleições. A direção da CUT se pronunciou, afirmando que não estava contra as reformas, mas sim contra as reformas de um governo “ilegítimo”. Pediu a eleição de um novo governo, para constituir uma mesa de negociação sobre as reformas. De forma que as duas maiores frações da burocracia que comandam as centrais sabotaram a greve geral de 30 de junho. A Força Sindical e a UGT, porque estão pela sustentação do governo golpista, e a CUT e CTB, porque estão pela convocação de eleições presidenciais. De uma maneira ou de outra, prevaleceram a conciliação de classes e o servilismo burocrático.

A maioria oprimida tem pela frente a reforma da Previdência. O seu destino está dependendo, por enquanto, tão somente dos atritos interburgueses. Isso por que as centrais sindicais levaram à derrota o movimento de abril, desarmando o combate das massas diante da reforma trabalhista. É preciso denunciar claramente o papel nefasto da Frente Brasil Popular, que alimenta a política de colaboração de classes do PT e do PCdoB. Em toda a parte, se organiza para recompor a oposição burguesa encabeçada pelo petismo e sua burocracia sindical. É completamente falsa a justificativa de que a canalização do descontentamento das massas para a convocação de eleições, e constituição de um novo governo, recuperará a democracia, e assim interromperá a marcha das reformas do governo “ilegítimo”.

Não há outra via para a classe operária expressar seu ódio ao governo burguês e às reformas a não ser rompendo com a camisa de força do colaboracionismo de classe e da estatização de seus sindicatos.

O capitalismo está mergulhado numa profunda crise econômica, se desintegra mundialmente e impulsiona a barbárie. As demissões em massa no Brasil, o crescimento do desemprego, a potenciação da miséria e putrefação social são seus sintomas visíveis. Nenhum governo burguês terá como inviabilizar a política do capital financeiro para a desastrosa situação do capitalismo. A dívida pública parasitária determina o conteúdo da política econômica dos governos. O PT pôde realizar sua política de colaboração de classes na situação em que a economia mundial crescia. Bastou que a maré da recessão arrastasse o Brasil, para que a burguesia promovesse o golpe de Estado contra o governo petista. A política de colaboração de classes tem grande responsabilidade diante do fracasso de seu governo, do golpe institucional e da constituição da ditadura civil de Temer.

Não há outra via para a classe operária expressar seu ódio ao governo burguês e às reformas, a não ser rompendo com a camisa de força do colaboracionismo de classe e da estatização de seus sindicatos. Enquanto estiver sob essa direção, irá de derrota a derrota. A greve geral de abril pôs à luz do dia a potencialidade revolucionária do proletariado, mas, ao mesmo tempo, a força da subserviência de suas organizações, controladas pela burocracia contrarrevolucionária. A rica experiência deste período deve servir à vanguarda para tirar as conclusões programáticas e táticas sobre a derrota de 11 de julho. Observamos que a luta pela independência de classe compareceu embrionariamente nos comitês de base, que não puderam se desenvolver, devido à extrema fraqueza da vanguarda, identificada com as esquerdas. Sem a organização independente, de massa e classista, não é possível criar as

condições políticas para derrotar a ofensiva da burguesia nacional e do imperialismo. A ausência da estratégia própria de poder da classe operária, capaz de se diferenciar da estratégia burguesa do reformismo, concentra todo o problema da situação. A esquerda, em geral, se alinhou por trás da bandeira “Fora Temer e eleições”. Favoreceu a política do reformismo e da burocracia sindical, que traía abertamente a luta contra as reformas.

O Partido Operário Revolucionário levantou a bandeira de “Abaixo a reforma trabalhista! Abaixo a reforma da Previdência! Abaixo o governo golpista de Temer, por um governo operário e camponês”. No entanto, devido ao seu desenvolvimento embrionário, não foi possível encarná-la em uma fração da classe operária. Corresponhia às condições objetivas da crise de poder da burguesia, mas carecia das condições subjetivas que correspondem à presença do partido revolucionário, e o avanço da consciência socialista do proletariado. Essa contradição se manifestou plenamente. Seu reflexo está materializado na derrota deste 11 de julho. As massas só poderiam vencer o governo golpista se estivessem sob uma direção revolucionária, que, partindo das reivindicações que unificam a maioria nacional, apresentassem a via de um poder próprio, o governo operário e camponês, ditadura do proletariado. Que rechaçassem a estratégia de reconstituição de um novo governo burguês. E evidenciassem que a derrubada das reformas antinacional e antipopular dependia de um poderoso movimento revolucionário, distinto do movimento corporativista e colaboracionista da burocracia.

A vanguarda, para continuar combatendo a implantação da reforma trabalhista e a aprovação da reforma da Previdência, está obrigada a fazer esse balanço, reconhecer os erros e corrigir os ru-

Atuação do POR nos movimentos

mos da luta. Temos pela frente grandes enfrentamentos. A aplicação da reforma trabalhista não será pacífica. De fato, a nova lei regulamenta juridicamente o que o patronato já vem fazendo na prática, e permite novas ações contra a força de trabalho. A greve de 28 de abril e as inúmeras manifestações contra a reforma são uma conquista dos explorados. Conquista política diante da burguesia e da própria burocracia sindical, que teme a luta de classes.

A greve geral de abril representou um transbordamento das massas em relação às bitolas, montadas pelos sindicatos e centrais estatizados. É nessa conquista que a vanguarda deve se apoiar, e ir preparando o caminho para choques mais contundentes entre o proletariado e o Estado burguês. Já havíamos levantado a bandeira da revogação da Lei da Terceirização e da reforma do ensino médio. Agora levantamos a da revogação da reforma trabalhista. Orientamos nossos esforços para derrotar a reforma da Previdência. Explicamos exaustivamente para os explorados que é preciso alcançar a greve geral por tempo indeterminado. Que é preciso capacitar nosso movimento para ocupar as fábricas, demais locais de trabalho e as terras dos latifundiários. Que é preciso lutar para derrubada da burguesia do poder e constituição de um governo operário e camponês. Que é preciso travar o combate pelo programa revolucionário de expropriação da grande propriedade dos meios de produção e estatização sem indenização do capital financeiro. Que é preciso acabar com a dívida pública, que sangra o país. Que é preciso emancipar o Brasil do domínio imperialista. E que, para isso, temos de unir os operários, camponeses, classe média urbana arruinada e a juventude, em uma poderosa frente única anti-imperialista.

Abaixo as reformas antinacional e antipopular de Temer!

Manifesto da Greve Geral de 28 de abril de 2017 - Publicado em 26 de abril de 2017

Ou derrubamos as reformas da previdência e trabalhista, ou pagaremos caro com nossas vidas e a de nossas famílias. Ou enterremos as reformas antinacional e antipopular do governo golpista, do Congresso Nacional e da burguesia, ou o capital estrangeiro se apossará ainda mais da economia brasileira. Ou derrotamos a política de reformas do governo Temer, ou a classe operária, a classe média urbana empobrecida, os pequenos camponeses e a juventude serão sacrificadas. Ou enfrentamos o governo e os exploradores com greves, manifestações, bloqueios e com todos os meios da ação direta coletiva, ou a ditadura de classe da burguesia esmagará a maioria nacional oprimida. Essa é a situação em que se encontra o País e a imensa população trabalhadora.

Estamos mais do que atrasados em nossa união, a união de todos os explorados, dos pobres e dos miseráveis. Uma poderosa greve geral mostrará como de fato o Brasil está dividido. De um lado, estão os banqueiros, os industriais, os latifundiários, os grandes comerciantes, seus governos, seu Congresso Nacional e seus partidos. De outro, os operários, os camponeses e a classe média urbana pobre. De um lado, estão os exploradores que querem ferir com nossa aposentadoria e com nossos direitos trabalhistas. De outro, os explorados que se matam de trabalhar por um salário de fome, que vivem acossados pelas demissões e sofrem com o desemprego. De um lado, os ricos que ficam cada vez mais ricos. De outro, os pobres cada vez mais pobres. Trabalhadores, vamos unidos à greve geral! Vamos defender nossa aposentadoria! Vamos defender nossos direitos trabalhistas!

O governo golpista de Temer mente. Diz que aumentará a idade e o tempo de contribuição para o trabalhador se aposentar porque assim garantirá o pagamento da aposentadoria. A verdade é que produzimos em nossas vidas riquezas capazes de nos aposentar várias vezes. Os capitalistas que nos exploram lucram imensamente com o que produzimos coletivamente. Quantos de nós poderão se aposentar? Muitos amargam o desemprego. Temos nossos empregos interrompidos de quando em quando. Não temos estabilidade. Hoje, recebemos um mísero salário. Amanhã, estamos desempregados. O que acontece com os treze milhões e quinhentos mil desempregados de hoje? Amanhã, seremos um exército de desempregados ainda maior. Temos de dizer: GREVE GERAL EM DEFESA DA APOSENTADORIA. Lutamos por uma idade mínima menor e um tempo menor de contribuição.

O governo golpista de Temer mente. Diz que com a terceirização, com os contratos de trabalho precarizados, com a possibilidade dos patrões reduzirem a jornada reduzindo os salários, com os contratos por tempo de trabalho determinado e com a maior facilidade de demitir seriam abertos novos empregos. A verdade é que os exploradores ficarão livres de leis para fazer o que bem entender com nosso contrato de trabalho. Está aí por que a reforma trabalhista acaba com o contrato coletivo de trabalho e cria os contratos individualizados. Cada patrão poderá decidir sobre nossa jornada, nossos salários e nossos direitos. Hoje, nenhum patrão isolado pode violar a lei geral trabalhista. Com a reforma trabalhista, O ACORDADO PREVALECERÁ SOBRE O LEGISLADO. Isso quer

dizer que os patrões e a direção do sindicato podem fazer um acordo que passa por cima de qualquer lei geral. Ficaremos inteiramente nas mãos dos exploradores e das direções sindicais corrompidas. Temos, portanto, de dizer: GREVE GERAL PARA ENTERRAR AS REFORMAS DA PREVIDÊNCIA E TRABALHISTA.

O governo Temer e o Congresso Nacional ocultam a verdade. Os partidos da burguesia deram um golpe de Estado e derrubaram o governo de Dilma Rousseff. Disseram que foi para combater a corrupção, para moralizar o País e para cumprir as leis. Mentiram para o povo. Colocaram Temer na presidência para impor as malditas reformas e medidas: Lei do Teto, reforma do ensino médio, reforma da previdência, reforma trabalhista, lei que permite os capitalistas estrangeiros comprarem livremente terras no Brasil, lei que dá mais poder às multinacionais do petróleo, lei que entrega o sistema de aviação ao capital estrangeiro e avanços nas privatizações de aeroportos e portos.

O governo Temer e o Congresso Nacional escondem que a reforma da previdência serve para cortar gastos com a aposentadoria e, assim, economizar recursos para pagar juros aos banqueiros que sangram o Tesouro nacional. A gigantesca dívida pública é colocada acima das necessidades da população, acima dos salários, dos empregos, da aposentadoria, da saúde, da educação e da moradia. Basta não pagar a dívida pública para que o Tesouro economize o suficiente para atender as necessidades mais elementares dos explorados. Não por acaso, grandes empresas devem R\$ 400 bilhões ao INSS e não pagam. Trabalhadores, o governo dos capitalistas só pode proteger os capitalistas. Por isso, descarregam a crise sobre nossos ombros. Na nossa greve geral, dizemos: NÃO VAMOS NOS SACRIFICAR PARA PAGAR A DÍVIDA PÚBLICA.

Estamos diante de um governo ditatorial, que juntamente com um Congresso Nacional corrupto, está impondo em tempo recorde mudanças antinacionais e antipopulares ao País e à maioria opri-

mida. Nem mesmo as centrais e sindicalistas que apoiaram o golpe foram ouvidos. As reformas estão sendo impingidas por cima da população, contra a vontade da maioria. Somente com uma GREVE POR TEMPO INDETERMINADO E COM GRANDES MANIFESTAÇÕES DERRUBAREMOS DEFININITIVAMENTE AS MALDITAS REFORMAS DE TEMER, DO CONGRESSO NACIONAL E DA BURGUESIA. Paramos o País no dia 28 e mostramos ao

governo que unidos somos capazes de pôr em pé uma greve geral por tempo indeterminado. Não vamos permitir que a ditadura civil de Temer enfie garganta abaixo dos assalariados e dos camponeses pobres as reformas capitalistas! Não vamos permitir que o Congresso Nacional da oligarquia burguesa desgrace nossas vidas!

Não podemos nesta luta deixar de denunciar e rechaçar a chacina dos camponeses no Mato Grosso e o assassinato do líder do MST Silvino Nunes Gouveia em Minas Gerais. Os latifundiários, grileiros, madeiros e garimpeiros são parte da burguesia. Continuam enfrentando os sem-terra com terror, chacinas e assassinatos de dirigentes do movimento. Viva a luta dos camponeses pela terra! Organizemos a aliança operária e camponesa! Lutemos para pôr abaixo o capitalismo bárbaro. Lutemos por um governo operário e camponês!

Toda força à greve geral!

Se o governo e o Congresso Nacional não nos atenderem e não pararem com as reformas, marchemos rumo à GREVE GERAL POR TEMPO INDETERMINADO.

Vamos parar o País e exigir das centrais sindicais e sindicatos seriedade e fidelidade absolutas com nossas reivindicações e com nosso movimento unitário.

Viva a luta unitária dos operários, dos camponeses, de todos explorados e da juventude, oprimidos pelo capitalismo que apodrece e nos leva à barbárie social.

Manifesto do Partido Operário Revolucionário (POR)

Viva a greve geral! Morte à reforma da Previdência!

Aos operários, demais trabalhadores e juventude oprimida

14 de junho de 2019

Nossa greve deste dia 14 de junho tem um objetivo claro: DERRUBAR E ENTERRAR A REFORMA DA PREVIDÊNCIA DE BOLSONARO/GUEDES.

Não estamos em luta para que os deputados façam emendas ao projeto do governo. Não estamos em luta para que a oposição apresente um “projeto alternativo”. Não estamos em luta para apoiar a ideia burguesa de que “uma reforma da Previdência é necessária”.

Estamos, sim, em luta para que o Congresso Nacional não aprove nenhuma reforma da Previdência. Estamos em luta para derrotar a política dos capitalistas e de seu governo, de descarregar a crise econômica sobre os ombros da classe operária e da maioria oprimida. Estamos paralisando a produção, transporte, comércio, bancos, escolas, hospitais e repartições públicas para defender a vida dos explorados! Estamos paralisando o País para dizer aos banqueiros, aos industriais, aos agroindustriais e às mul-

tinacionais que não aceitamos mais pobreza e mais miséria. Dizer que não vamos nos sacrificar para sustentar a dívida pública, os desperdícios, as roubalheiras e o saque do Tesouro Nacional. Que os burgueses que nos exploram e que lucram, com o nosso trabalho e com nossos baixos salários, arquem com sua própria crise.

Os assalariados da indústria, transporte, agroindústria, comércio, bancos e das demais atividades não têm como criar déficit público; não têm como provocar desequilíbrio fiscal, recessão, desemprego e subemprego. Então, vêm o governo, os exploradores, os partidos patronais, os rádios e as televisões dizerem que nós, assalariados, temos de trabalhar e contribuir por mais tempo para aposentar. Querem que, com nossos salários miseráveis, passemos a contribuir por 40 anos. Querem que, com nosso trabalho desgastante, nos aposentemos com mais 65 anos. Querem que as mulheres trabalhem e contribuam por mais tempo. Dizem que vivemos mais, e que estamos aposentando com saúde e força para

trabalhar e contribuir por mais tempo. Mas não dizem que passamos por desemprego e subemprego. Não querem nem saber se enfrentamos a terceirização, o trabalho intermitente e a contratação sem carteira assinada. Dizem que a reforma vai trazer justiça e acabar com os privilégios. Juram de pés juntos que, assim, os mais pobres vão ser beneficiados e protegidos. Quanta mentira o governo e capitalistas espalham, para convencer a população a aceitar o sacrifício passivamente. Se quisessem acabar com os privilégios de parlamentares, juizes, governantes, militares, burocratas e altos executivos, então, que ajustassem a conta apenas com essa casta de privilegiados.

Por que atacar os assalariados que ganham apenas para viver no dia-a-dia? Por que fazer com que trabalhem mais e contribuam por mais tempo? Por que acabar com o direito da mulher trabalhadora, que arca com a dupla jornada, com os salários menores e com o dever da maternidade? Os burgueses não podem, e não querem, acabar com os privilégios da casta que ganha altos salários, que exerce atividades parasitárias no Estado, que nada produz, que leva um vidão, e que se aposenta mais cedo, com elevados salários e com boa saúde. Essa casta não vai ser sacrificada. Vai ter de se ajustar ao teto geral da Previdência, mas pode muito bem recorrer à aposentadoria complementar. Essa casta tem patrimônio e dinheiro para passar a velhice em festas e viagens pelo mundo. Essa é a verdade! Somente os assalariados, que produzem ou servem à produção, vão ser sacrificados.

Operários e demais trabalhadores, não há um só pinga de justiça e igualdade na reforma da Previdência! Ao contrário, essa é uma reforma injusta e desigual. É bom se perguntar: por que os governos da burguesia jogam com a justiça e a igualdade? Porque, no capitalismo a exploração do trabalho torna o pobre mais pobre, e o rico mais rico. A justiça e igualdade para a burguesia é uma coisa, para a classe operária é outra. A burguesia é exploradora; a classe operária é explorada. Para a burguesia, a justiça e a igualdade servem para enganar e melhor explorar a maioria. Para a classe operária, servem para lutar pela igualdade real entre todos. Igualdade que virá com o socialismo; e o socialismo virá com a revolução proletária, com um governo da maioria explorada, que é o governo operário e camponês. No momento, a igualdade e a justiça quer dizer pôr abaixo a reforma da Previdência de Bolsonaro/Guedes e do Congresso Nacional.

O governo também mente ao povo quando responsabiliza a Previdência pelo déficit e desequilíbrio fiscal. O grande problema está na dívida pública de R\$ 5 trilhões, e nos juros anuais de R\$ 350 bilhões. Nenhuma economia atrasada, como é a do Brasil, suporta tamanha dívida e tamanhos juros. Para onde vão os R\$ 350 bilhões? Para os banqueiros, fundos de aplicação e grandes fortunas. Ganha-se dinheiro fácil, à custa do Tesouro Nacional, do Orçamento da União, e da economia produtiva. É com esses R\$ 5 trilhões que se criou um buraco sem fundo. É para sustentar os capitalistas parasitas que o governo impõe a reforma da Previdência, corta gastos com a saúde, educação e serviços assistenciais. É para pagar direitinho os saqueadores dos recursos nacionais que o governo avança as privatizações, entrega as bacias petrolíferas às multinacionais, privatiza rodovias, aeroportos, energia e água. É para proteger esses exploradores que se mantém um salário mínimo de miséria.

Atuação do POR nos movimentos

O ministro Paulo Guedes quer ir mais longe com a sua reforma da Previdência. Quer acabar com o sistema INSS e colocar em seu lugar o sistema de capitalização. Cada trabalhador fará uma poupança própria, que será usada no final da vida como aposentadoria. Milhões de contas individuais serão administradas pelos bancos, que vão usar os recursos dos trabalhadores para aplicar em títulos da dívida pública e empréstimos a juros altos. Assim, liquida-se o sistema de aposentadoria administrada pelo Estado. Os patrões não terão mais de recolher uma parte da Previdência de seus assalariados. No Congresso Nacional, os deputados e senadores estão negociando para deixar a capitalização para mais tarde, mas se pretende acabar com sua constitucionalidade. Assim, o próximo passo é votar a capitalização como lei, sem que se precise de quórum qualificado para ser aprovada. A jogada é aprovar o projeto com algumas alterações secundárias, e preparar o caminho para a capitalização. É uma canalhice! É uma violência contra a maioria oprimida!

Os canalhas do Congresso Nacional estão negociando a melhor forma de enganar o povo. Vemos que a oposição, principalmente, o PSB e PDT, por enquanto, estão metidos nesse embrulho da burguesia. O PT e PSOL também apresentaram emendas. Os trabalhadores devem exigir que retirem imediatamente, caso contrário vão participar do embrulho. As Centrais Sindicais precisam rejeitar a jogatina montada por Rodrigo Maia (DEM), Davi Alcolumbre (DEM) e Samuel Moreira (PSDB). Devem dizer: não quere-

mos nenhuma reforma da Previdência. Devem denunciar: a reforma da Previdência serve apenas aos interesses da burguesia. Nossa luta é para sepultar bem fundo a reforma de Bolsonaro, Guedes e do Congresso Nacional.

Os trabalhadores devem ainda ter claro que é preciso combater a reforma trabalhista e a terceirização de Temer e do Congresso Nacional. Já não suportamos tanto desemprego e subemprego. Não suportamos trabalhar um mês, e ficar sem trabalho no outro. Não aguentamos ficar esperando quando os patrões vão nos chamar para mais uma jornada temporária. Não aguentamos as empresas de terceirização que, para lucrar, tiram de nossos salários. Com as jornadas temporárias e o trabalho intermitente, não vamos conseguir aposentar, nem mesmo no sistema atual de Previdência. Que dirá, então, no novo sistema de Bolsonaro/Guedes! Nossa greve geral deve servir também à luta pelos empregos e salários! Deve servir para acabar com a reforma trabalhista e a terceirização.

Operários e demais trabalhadores, sabemos que um só dia de greve geral não enterra a reforma da Previdência. Mas, nos prepara para uma greve mais longa, mais ampla e unida. Devemos exigir das centrais, sindicatos e movimentos que, no dia seguinte, convoquem as assembleias e organizem os comitês de luta para continuar o movimento.

Operários e demais trabalhadores,
vamos paralisar o País!

Vamos ganhar as ruas! Vamos aos bloqueios!
Todos unidos para derrubar e enterrar a reforma
anti-operária e antipopular de Bolsonaro!

Golpe de Estado e Ditadura Civil

A crise do governo Dilma/PT, o golpe de Estado (impeachment) e a constituição de uma ditadura civil constituem os elos de uma mudança nas relações interburguesas e entre as classes. Mudança essa condicionada pelo avanço das contradições da crise capitalista mundial e da política de dominação da burguesia mundial, orientada a aplicar contrarreformas violentas nas semicolônias.

A primeira manifestação desse percurso se deu com a eclosão das jornadas de junho de 2013. O POR se achou diante de uma virada na situação política, na qual estavam contidas em germe as condições que iriam acelerar a desagregação do governo Dilma: 1) manifestação da crise econômica como agravamento da crise política; 2) ruptura de um setor amplo das classes médias com o governo petista; 3) intervenção de frações da burguesia, orientada a arrastar essas camadas à ofensiva eleitoral de 2014; 4) fortalecimento do Estado policial.

A insurgência de amplas camadas das massas, da juventude oprimida e da pequena burguesia contra os aumentos das passagens criou as condições para a intervenção dos explorados na situação. A ausência, ou extrema fraqueza da direção revolucionária, impediu o proletariado de se erguer como força motriz do movimento, que se circunscreveu à classe média. Nessas condições, o MPL liderou as mobilizações, condicionando-as apenas à revogação do aumento. Quando da sua retirada, o movimento continuou a se projetar, agora, adotando bandeiras políticas contra o governo de Dilma. A burguesia passou agir sobre o movimento, para orientá-lo no choque com o governo petista, que já demonstrava sinais de esgotamento e incapacidade para resolver a marcha da crise.

Se bem a política petista *“funcionou nas condições econômicas favoráveis. Agora, as massas sentem que a inclusão social é ilusória. As chagas estruturais do capitalismo se ampliam, e levam os explorados a se chocarem com a política burguesa”*. Assim, assinala o texto *“Vitória política do movimento: governo e prefeito voltam atrás no aumento das passagens”* (Massas 457 - 23 de junho de 2013). A jornada de junho de 2013 indicava uma mudança na situação política.

Centenas de greves e manifestações explodiram. O governo Dilma/PT trabalhou por conter as lutas, impor retrocessos e agir repressivamente. A pequena burguesia começava a sofrer com a queda de suas condições de existência social. A burguesia exigia maiores sacrifícios das massas. Nessas condições, desenvolveu-se *“a cisão interburguesa em torno das diretrizes do governo petista para a crise”*, afirma a nota acima citada. No Massas 494, se agrega: *“O que diferencia a situação de Dilma é que não consegue unificar a burguesia em torno de sua política econômica. Está aí a base da divisão interburguesa que se expressa na forma de crise política”*.

A vitória de Dilma nas eleições de 2014 agravou esse quadro. A estratégia inicial de anulação das eleições, pleiteada pelo PSDB (*“estelionato eleitoral”*), cedeu passagem à conspiração no seio do próprio governo, por intermédio do PMDB. Em diversos Massas, tínhamos caracterizado que, de fato, a chave para a remoção do governo Dilma estava nas mãos desse partido. O PSDB se subordinou à diretriz do impeachment, orquestrada no seio do Congresso nacional pela coligação burguesa golpista. A Lava Jato e o judiciário municiaram as condições sociais e legais da derrocada do PT. O exército apoiou a remoção e ameaçou, constantemente, para que se cumprisse esse objetivo.

Conformou-se a aliança política dentro e fora das instituições,

dentro e fora do país (o imperialismo trabalhou abertamente pela remoção golpista do PT) para a derrocada de Dilma. Um amplo setor da classe média (mobilizadas nas jornadas de junho de 2013) passou a servir de base social às manobras golpistas.

Em todo o percurso anterior ao golpe, o POR se colocou pela derrota das forças que conspiravam abertamente, chamando os sindicatos, sob o controle do PT, a desenvolver a luta das massas, sob suas próprias bandeiras e reivindicações, sem apoiar em nada a política do governo nacional-reformista. Denunciou a impotência petista de se subordinar às instituições, que conspiravam contra seu governo, e que seu governo estava, portanto, sentenciado a ser derrubado pelo golpe. Nesse sentido, levantou a bandeira de *“Abaixo o Golpe!”*, convocando as massas a derrotarem-no com os métodos da ação coletiva. Somente as massas, avançando a luta de classes, poderiam barrar a conspiração burguesa. No momento do triunfo do golpismo, alertou sobre o perigo da passagem do PT à oposição burguesa, como uma via de consolidação do golpe, e uma orientação à estratégia de se reconstruir como oposição burguesa. Alertou que essa via, não apenas abortaria as tendências dos explorados de combaterem o governo golpista, como serviria à burguesia, para criar as condições da governabilidade do odiado governo Temer. O que veio a se comprovar com a cassação dos direitos políticos e a prisão de Lula.

O POR combateu a consolidação do golpe com a bandeira de *“Abaixo o governo ditatorial de Temer”*, visava a demonstrar que Temer seria derrubado apenas pelas massas em luta. Dessa luta, dependia a libertação e retomada dos direitos políticos de Lula. Sua ligação estava dada pelo objetivo de combater o autoritarismo e as arbitrariedades no campo da luta de classes, negando-se a apoiar a via das eleições, que o PT e satélites erguiam, para desviar as massas para o campo das eleições de 2018 (Frente Brasil Popular).

A caracterização do governo como ditadura civil, surgido do golpe de Estado, que cassou os votos de 54 milhões de eleitores, negando assim o fundamento democrático de que somente quem elegeu pode revogar o mandato do governo eleito (defendido solitariamente pelo POR), delimitou a posição do POR perante todas as correntes reformistas e revisionistas, que, seja aceitando a tese do golpe de Estado (PT e PSOL), ou negando-a (PSTU), caracterizaram o governo golpista de *“ilegítimo”*. Essa caracterização tinha por conteúdo democratizante a estratégia de reatar a *“legitimidade”* com novas eleições (*“Diretas Já!”*, *“Eleições Gerais, já!”*, etc.).

A linha do POR se viu confirmada plenamente. Enquanto que as esquerdas, que se negaram a caracterizar o governo surgido do golpe como ditadura civil, se subordinaram à disputa inter-burguesa e, por essa via, à estratégia reformista do PT. Não por acaso, acabaram por trás da candidatura de Haddad nas eleições de outubro de 2018. Há uma estreita interdependência entre posição perante o golpe, caracterização do governo e a posição eleitoral adotada.

O POR compreendeu o fenômeno político do golpe, distintamente das demais correntes políticas, e se orientou na luta de classes com uma política justa: 1) delimitar a política proletária das disputas inter-burguesas; 2) exigir dos sindicatos e centrais que rompam com o governo e se lancem por uma campanha unificada em defesa dos empregos, salários, direitos trabalhistas, contra os cortes na saúde, educação, e pelos programas que de fato aten-

dam às necessidades dos explorados; 3) compreender o conteúdo e caráter do governo golpista, e extrair as bandeiras e táticas adequadas para desenvolver a intervenção das massas com seu próprio programa e métodos de luta na crise do poder; 4) defender os direitos democráticos e políticos com os métodos da luta de classes, contra a submissão dos explorados à política de conciliação de classes e de “oposição democrática”; 5) agitar e propagandear

Abaixo o golpe contra Dilma!

A manifestação do PT, convocada pela CUT, MST, MTST, CTB e UNE, aglutinados em torno da Frente Popular de defesa de Dilma, esteve à altura de se contrapor às manifestações organizadas pelo movimento pró-impeachment. A oposição, circundada pelo monopólio dos meios de comunicação, não contava que a Av. Paulista seria tomada por manifestantes, que encarnavam o vermelho. E não contava com as mobilizações em quase todos os estados. É claro que, na contagem do número de manifestantes, se procurou reduzir a sua importância.

O fato é que o PT e suas organizações sindicais e populares demonstraram capacidade de mobilização. Evidentemente, uma capacidade muito aquém da exigência da crise política. Somente um gigantesco movimento de massa, que tenha por base a classe operária, poderá quebrar a espinha dorsal do impeachment. O que exige das organizações operárias, camponesas e populares irem ao encontro das reais necessidades dos explorados, que estão sob o fogo cerrado das demissões, do crescente desemprego, do rebaixamento salarial, da alta do custo de vida e do avanço da pobreza e da miséria.

A imensa maioria oprimida continua à margem das disputas interburguesas entre governistas e opositores. Essa imensa maioria é quem suporta a decomposição econômica do capitalismo e o avanço a passos largos da barbárie social. Se o governo de Dilma permanecer ou cair, não alterará a condição geral de brutal exploração, miséria, indigência, pobreza e sofrimento coletivo.

Aos explorados, só têm sentido combater o PSDB e sua laia golpista se, com isto, for possível dar um passo na sua organização independente, e na sua capacidade de se defender com seus métodos próprios de luta, contra os ataques da burguesia e dos governos. Qualquer que seja o motivo que mantenha a classe operária e os demais oprimidos subordinados à política burguesa deve ser rejeitado, porque não serve à luta pela libertação dos explorados do domínio capitalista.

A grande manifestação em São Paulo, que contou com a participação de Lula, evidenciou a política de subordinar os explorados à disputa interburguesa. Tudo convergiu para a defesa de um governo burguês moribundo, e não para o combate à ofensiva do movimento golpista. A bandeira de “*Não vai ter golpe*” já não corresponde aos fatos. O golpe já está ocorrendo. Há uma conflagração nas instituições do Estado, sem exceção.

O Supremo Tribunal Federal, o Ministério Público e a Polícia Federal caminham na mesma direção: criminalizar o PT e liquidar o governo Dilma. A Operação Lava Jato deu todos os meios para a reação cercar o governo, espatifá-lo e entregá-lo ao cadafalso do impeachment no Congresso Nacional.

O discurso de Lula de que não quer a guerra, mas a paz, é o pro-

Golpe de Estado e Ditadura Civil

a necessidade de combater as medidas antinacionais e antipopulares da ditadura civil, sob a orientação da frente única de ação e da frente única anti-imperialista, em contraposição e combate à da conciliação parlamentar (“oposição propositiva”) e da “frente democrática”; 6) erguer a estratégia da revolução e ditadura proletárias (governo operário e camponês), em oposição à saída eleitoral e à defesa da democracia burguesa.

nunciamento de um derrotado. Quanto mais o PT procurar apoio nas próprias instituições que conspiram e servem de instrumentos aos objetivos da reação oposicionista – do PSDB e da crescente matilha governista, que agora corre para os braços dos golpistas – mais próximo fica do cadafalso. A utilização das manifestações para reunir forças institucionais resultará tão somente em ilusões.

Está em pleno vigor um amplo movimento que combina os poderes do Estado com os poderes civis da burguesia para derrubar o governo. Evidentemente, por se tratar de um golpe institucional, as forças da reação não podem realizar um movimento brusco, sem comprometer seu objetivo, e sem rasgar a máscara da constitucionalidade. O PT e o governo, por sua vez, não são capazes de fazer um movimento brusco contra o processo golpista, já que estão submetidos a esses mesmos poderes conflagrados.

Para quebrar a espinha dorsal do golpe, é necessário que se organizem as massas contra as próprias instituições burguesas. Caso contrário, o destino de Dilma seguirá o curso ditado pelas forças golpistas conjuradas.

A manifestação da Frente Popular e o pronunciamento de Lula deixaram claro que pretendem abrir uma via de negociação e de um pacto com setores burgueses, objetivando estabilizar o governo, e dar-lhe condição para prosseguir com as medidas econômicas. É claro que essa pretensão depende de o PMDB recuar em sua virada a favor do impeachment, que ainda está por concluir.

A grande maioria dos manifestantes não compreende que a estratégia burguesa de combater os golpistas no seu próprio campo de bata-

Lha servirá tão somente ao inimigo. A chamada de Lula para não alimentar o discurso do ódio, contrapor-se à violência, procurar viver de forma civilizada, e agarrar-se à democracia, como única possibilidade de participação dos explorados nas decisões políticas, é o discurso de quem serviu à burguesia como presidente da República. É o discurso de quem diz à classe operária que a solução da crise não virá por meio da luta de classes. Está aí por que Lula não fez um só ataque às instituições do Estado que conspiram contra o governo do PT. Não disse uma só palavra sobre a violação da legalidade pelo juiz Sérgio Moro. Não diz uma só palavra da convivência do Ministério Público e do Supremo Tribunal Federal com as arbitrariedades de Moro.

A bandeira da classe operária não é a de “*Não vai ter golpe*”. É a de “*Abaixo o golpe!*”

Abaixo o golpe do PSDB, de seus aliados, do Ministério Público, da Polícia Federal, do Supremo Tribunal Federal e do Congresso Nacional! Abaixo o golpe da FIESP, da Ordem dos Advogados, das Associações de Magistrados e de toda quadrilha de associações civis! Abaixo o golpe do Movimento “*Vem pra Rua*” e do Mo-



■ *Massas 517 - abril de 2016*

vimento Brasil Livre! Abaixo o golpe da rede Globo, do jornal O Estado de São Paulo e toda imprensa monopolista! Abaixo o golpe da burguesia brasileira e do imperialismo!

Levantemos as reivindicações da classe operária, dos camponeses, dos sem-teto e da classe média arruinada! Organizemos um movimento nacional para colocar nas ruas as necessidades da maioria oprimida! Respondamos à corrupção da burguesia e de

seus partidos, apontando que somente as massas mobilizadas com seus Tribunais Populares serão capazes de julgá-los e puni-los! Enfrentemos as ações golpistas com a mobilização geral e unitária dos explorados por suas reivindicações e com a luta de classes! Ergamos a bandeira: somente um governo operário e camponês, nascido das lutas e assentado na organização independente dos explorados, poderá resolver a crise política que é uma crise do poder burguês.

COMO CARACTERIZAR O GOVERNO TEMER

Massas 542 - 21 de maio de 2017

Trata-se de uma discussão que não se circunscreve às esquerdas que se reivindicam do marxismo. Na página Notas e Informações, do O Estado de S. Paulo, de 8 de maio, nos deparamos com uma espécie de editorial “A noção petista de democracia”.

O articulista inicia com a seguinte informação: “Para os petistas, o Brasil vive hoje em pleno estado de exceção”. Essa caracterização se vincula a outra: a de que a destituição de Dilma Rousseff resultou de um golpe. Há uma conclusão que diz respeito à perseguição a Lula e ao risco de uma condenação.

Deixemos por enquanto a refutação do redator e continuemos com sua exposição sobre o estado de exceção. Eis as passagens: “Um dos deputados é Paulo Pimenta (RS), que, em sua página no Facebook, já se refere ao governo Temer como uma ‘ditadura’.” (...) “Por fim, o líder do PT na Câmara, deputado Carlos Zarattini – que no dia do impeachment de Dilma Rousseff, há um ano, pediu mobilização dos brasileiros contra a tentativa de ‘implantar uma ditadura civil’ no País – gravou mensagem em que diz que o ‘governo popular de Maduro é vítima de ‘uma estratégia de desestabilização’.”

Esperávamos que o editor explicasse por que Temer não expressa uma ditadura civil. Mas não diz uma só palavra sobre que tipo de governo se originou da derrubada de Dilma Rousseff pelo impeachment. Apenas contrapõe a posição dos petistas de apoio ao governo de Maduro, para questionar a “noção petista de democracia”. Em resumo: os petistas dizem que há uma ditadura civil no Brasil, mas apoiam a ditadura chavista. A contraposição implícita não responde sobre a identidade do governo Temer. Mas, de antemão, sabemos que esse órgão do grande capital considera que o impeachment foi obra da democracia e, consequentemente, o governo dela nascido é democrático. Não houve golpe e não há ditadura civil. O que está em consideração, portanto, é Temer e não Maduro.

Temos claro de que não se trata de polemizar com os porta-vozes da burguesia, e que tomaram parte decisiva no golpe. Não deixam, porém, de ter importância as explicações e formulações burguesas sobre o seu próprio governo. A primeira atitude dessa gente é extrair qualquer conteúdo de classe do governo. Por aí começam as falsificações. Ao contrário, os marxistas começam justamente por essa definição.

O impeachment destituiu um governo burguês e pôs outro em seu lugar. Mas os governos burgueses não são iguais. É certo que têm sempre e em qualquer circunstância uma igualdade geral: exercem em seu mandato a ditadura de classe da burguesia sobre o proletariado e demais oprimidos. Nisto, Dilma e Temer compartilham da mesma natureza de classe do governo. Mas há particularidades distintivas, que necessariamente devemos conhecer e assinalar. Essas particularidades são de forma e de conteúdo.

Começemos pela forma. Dilma foi eleita nas presidenciais. Em princípio, ainda que formal, deve responder por um programa perante as massas, e assim se sujeitar a uma avaliação da maioria. Temer foi produto de um impeachment, portanto, uma criação das

forças burguesas no Congresso Nacional e nas demais instituições do Estado. Esse pequeno comitê da política dominante decidiu por cima dos milhões que elegeram a presidente e, também, dos que a ela se opuseram. É fundamental essa diferença de forma, uma vez que expressa um conteúdo democrático ou antidemocrático.

Dilma, o PT e sua coligação se submeteram ao sufrágio universal, disputaram uma eleição, ainda que tenham sido produto de relações políticas apodrecidas pela interferência do poder econômico, da demagogia e da hipocrisia eleitorais. Temer, o PMDB e a ampla frente pró-impeachment agiram por cima da população e da massa de eleitores para se desfazerem de um governo que já não correspondia aos interesses gerais da burguesia.

Adentramos ao aspecto do conteúdo. Dilma não podia assumir plenamente as reformas exigidas pela burguesia interna e pelo imperialismo. De um lado, estava sob a pressão da burocracia sindical, do PT e de sua coligação partidária à esquerda, ou, mais precisamente, da esquerda nacional-reformista. Tinha de responder ao descontentamento dessa base de apoio, que serve de correia de transmissão da política de conciliação de classes nos “movimentos sociais”. De outro, sob a pressão da direita burguesa, que fazia parte da governabilidade. O fracasso do Plano Levy se converteu na falência do governo perante o grande capital e o imperialismo. A montagem do impeachment, baseado no crime de responsabilidade fiscal, serviu a uma ficção jurídica e instrumento político ao golpe institucional. Bastam essas características para se caracterizar o governo Temer de ditadura civil.

Trata-se de um governo nascido de um golpe de Estado, inteiramente apoiado no capital financeiro e no imperialismo. As demais frações da burguesia se alinharam a essa conformação, embora tenham surgido vozes discordantes na oligarquia nordestina.

Temer elaborou as reformas e o caminho a ser seguido de sua aprovação e implantação, de acordo com a combinação das frações burguesas, sem qualquer interferência da burocracia sindical e de qualquer camada social da população explorada. Estão sendo impostas por meio de um Congresso Nacional que assumiu a forma de um pequeno comitê golpista. Não se trata apenas de ser constituído por corruptos. O fundamental está em que usou a democracia parlamentar para cassar o voto de 54 milhões de brasileiros. É preciso considerar que as relações das forças políticas no seio da democracia parlamentar passaram a ser ditadas pela imposição autoritária das frações dominantes do capital financeiro e monopolista que assumiu o golpismo.

De conjunto, o governo golpista cumpre a função de uma ditadura civil, ainda que transitória e ainda que assegure as eleições de 2018. Zarattini tem razão, quando reconheceu que se estava diante de um golpe que constituiria uma “ditadura civil”. Mas o PT, como um todo, não assumiu essa caracterização. Submeteu-se ao processo antidemocrático do impeachment. Em sua campanha contra o golpe e Temer, apoia-se na qualificação de “governo ile-

gítimo". Atendo-se ao conteúdo democrático-burguês de legitimidade eleitoral. Assim, o PT oculta a real natureza do governo golpista, corretamente assinalada por Zarattini.

O golpe, por si só, indicou a necessidade da burguesia retomar a centralização autoritária do Estado para administrar a crise econômico-financeira e sufocar as tendências de luta dos explorados. A ditadura civil de Temer corresponde a essas tendências. É esse tipo de governo burguês que a classe operária, os demais explorados e a juventude enfrentaram nas manifestações de 15 de março, e na greve geral de 28 de abril. É preciso, portanto, uma clara caracterização do governo e das tendências autoritárias e contrarrevolucionárias que se desenvolvem no seio da burguesia e de suas instituições.

PSTU confunde e erra nas caracterizações

Os morenistas, em sua nota "Depoimento de Lula à Operação Lava Jato em Brasília", defendem a prisão de todos os corruptos (Lula, Temer, Aécio, etc.). Para fundamentar, o redator necessitou caracterizar o governo Temer. Necessidade que surgiu de uma tipificação feita pelo PT. Eis: *"Alguns afirmam ainda que estamos num estado de exceção."* Questiona o redator: *"Isso não é verdade."* E dá sua explicação: *"Vivemos sob um regime de democracia burguesa que tem traços fortemente bonapartistas quando se trata de reprimir os lutadores e a pobreza"*. Conclui: *"É muita hipocrisia falar em estado de exceção quando um punhado de empreiteiras e políticos corruptos é preso pela Lava Jato."*

Tratemos inicialmente da confusão. O bonapartismo é característica de governo e não da democracia. Teria sentido se estivesse tipificando Temer. Podemos depreender da confusão de que o PSTU está afirmando que Temer é um governo democrático? Não nos cabe solucionar a dúvida. Os golpistas o têm como democrático, cuja função é a de cumprir a transição para 2018.

Desfeito o equívoco, vejamos a afirmação de que *"vivemos sob um regime democrático"*. É evidente que o Congresso Nacional continua funcionando, bem como o Judiciário. Não foi preciso fechá-los para instaurar a ditadura civil. Pelo contrário, no seio da democracia parlamentar, e sob o império da Constituição, se gestou o golpe. O impeachment obrigou a formação de uma frente ampla partidária. Aboliram-se todas as diferenças para derrubar, pela via parlamentar, o governo eleito. Essa unidade golpista implicou submeter o Congresso Nacional a um governo apoiado especialmente no capital financeiro e no imperialismo. As demais frações capitalistas tiveram de se alinhar ou se sujeitar. A sustentação política do governo antinacional e antipopular, da ditadura civil, é dada inteiramente pelo parlamento fantoche.

Em que sentido é correta a denúncia do PT – refutada pelos golpistas e pelo PSTU – de que o País vive um "estado de exceção"? No sentido de que a normalidade democrática foi rompida com o impeachment – forma política, legislativa e jurídica, que oculta o golpe institucional. Ocorre que o PSTU cometeu e continua insistindo no erro primário e absurdo de negar que houve um golpe. Não se pode desfazer ou ocultar o vínculo entre o golpe institucional e o caráter do governo que dele se originou. Uma vez que para os morenistas não houve golpe, a democracia permaneceu intacta, e o caráter do governo não sofreu alteração. Nesse sentido, Temer é tão somente a continuidade de Dilma. Sintomaticamente, na ausência de uma correta caracterização do governo Temer, recorre à denúncia de "governo ilegítimo".

Não temos dúvida de que o processo contra o PT e Lula expressa o estado de exceção. O aparato judicial e policial está voltado a caçar os petistas. O PSTU reconhece que há uma seletividade. Se fosse

Golpe de Estado e Ditadura Civil

consequente, veria que se passa assim nas condições de excepcionalidade. As listas de Janot e de Fachin ocultam a seletividade e, portanto, disfarçam o tratamento distinto ao PT no âmbito da corrupção generalizada. Essa excepcionalidade não começou sob o governo Temer. Vem desde o mensalão. Mas, ganhou a particularidade de servir ao golpe triunfante. Lembremos que a oposição golpista chegou a cogitar o impeachment de Lula, no seu primeiro mandato. Aí já despontaram as tendências golpistas e a de estado de exceção.

Não vamos descrever todos os passos seletivos do Ministério Público, da Justiça e Polícia federais. Apenas tomamos o caso de Lula. Seu depoimento ocorre sob um governo golpista e sob uma política da coligação direitista, que age para destruir o PT e seu caudilho, não pela via da democracia eleitoral, mas pela via policial. A Lava Jato foi um instrumento do golpe, e, em continuidade, cumpre a função de arrebanhar com o PT. Essa luta interburguesa se dá agora sob as formas discricionárias e policiais. A bandeira de prisão a Lula é, portanto, plenamente reacionária. É assustador que venha de um partido que se reivindica trotskista, ao confluir objetivamente com os objetivos da direita golpista.

A bandeira de prisão de todos é falsa. Deve ser rechaçada. Está claríssimo que não pode haver a prisão de todos, mas pode haver de Lula e de outros petistas. O alcance dessa decisão é distinto no caso da prisão de Cunha e de outros figurões da polícia burguesa. A Lava Jato não está por atingir o PSDB, PMDB, etc. Mas está no caso do PT. Sem uma análise das forças que protagonizam as disputas interburguesas, não é possível compreender o lugar da Lava Jato, da imprensa monopolista e dos partidos que deram o golpe na profunda crise política.

As confusões e as caracterizações errôneas levam a uma resposta absurda e reacionária. O PSTU chega às raias de considerar a Operação Lava Jato como progressiva. Tomemos essa frase: *"As denúncias de corrupção trazidas pela Lava Jato ajudaram que Temer seja um dos governos mais repudiados da história do país"*. A inevitabilidade das denúncias contra os delinquentes do PMDB, PSDB, DEM, fundamentalmente, se deve a que não era possível caçar o PT sem revelar a podridão mais geral. A burguesia se vale da repercussão das denúncias, dos depoimentos e das prisões, tanto para ajustar seus negócios, quanto para apregoar as reformas políticas, a ética e a moralidade. Nota-se o quanto a campanha em torno da corrupção tem servido para distrair a atenção das massas diante dos brutais ataques do governo, e o quanto tem servido para condicionar os passos da burocracia sindical. O PSTU se perde na superfície dos acontecimentos e ajunta fatos em um grosseiro empirismo, para concluir que a Lava Jato é fruto da crise e assim cumpre um papel positivo para a luta das massas. Está aí por que não é capaz de reconhecer o estado de exceção pelo qual passa o País.

Então o POR estaria pela liberdade dos políticos corruptos? Em absoluto, mostramos para os explorados que a burguesia pode julgar uma parte de seus políticos, mas não pode julgar a si própria, por se tratar da política burguesa em decomposição. Somente o proletariado pode julgar os crimes dos exploradores. Para isso, é preciso pôr em pé seus organismos de massa, entre eles um Tribunal Popular. Lula deve ser julgado pela classe operária. Não pelo "povo" em geral, como disse o caudilho em frente ao seu inquiridor. Não pelas eleições, pela democracia burguesa, mas pela democracia operária. Não pelos métodos judiciais e policiais da burguesia. Mas pelos métodos da luta de classes. Não para corrigir a podridão burguesa, mas para erradicá-la por meio da revolução social.

Eleição de Bolsonaro

As eleições de outubro de 2018 confluíram para reatar a democracia formal. Tiveram por principal objetivo impor no comando do Estado uma força burguesa capaz de continuar e aprofundar as mudanças nas relações entre o capital e a força de trabalho, iniciadas pela ditadura civil de Temer. Particularmente, estavam condicionadas pela aprovação da Reforma da Previdência e pela necessidade de avançar a as desnacionalizações.

A prisão de Lula mostrou que o golpismo impediria que sua liderança servisse ao objetivo de reerguer o PT, e alavancar seu retorno ao poder do Estado pela via das eleições. A cassação de seus direitos políticos pôs à luz do dia a correta avaliação porista de que as eleições seriam as mais antidemocráticas, desde a transição após a ditadura militar. Constituiu um elo da estratégia da burguesia de ajudar a firmar uma candidatura que expressasse o continuísmo.

Geraldo Alckmin foi erguido como o candidato perfeito para encarnar essa tarefa, embora também despontasse a candidatura fascizante de Jair Bolsonaro. Mas, essa não era considerada uma alternativa de governo. *“Predomina o objetivo de potenciar uma candidatura vinculada aos grandes partidos”, assinalávamos no texto Candidatura da direita fascizante (Massas 566, 3 de junho de 2018). Entretanto, “Sem a ameaça da candidatura de Lula, dissolveu-se a frente golpista.” De maneira que o “MDB, PSDB e DEM, que retomaram o poder pela via do golpe, precisam superar a resistência e a indiferença das massas” (Impasses na política burguesa, Massas 564, de 6 de maio de 2018). O que veio a se confirmar, quando Alckmin não conseguia sair do chão nas pesquisas, e nenhuma das outras candidaturas conseguia superar a ascendência eleitoral do PT.*

A queda dos candidatos burgueses e “ameaça” de que o caudilho petista, ainda preso, conseguisse ancorar a campanha de Haddad, obrigou a uma virada tática da grande burguesia, que passou a apoiar maciçamente Bolsonaro. A fortaleza de sua candidatura não decorria, apenas, do fracasso da de Alckmin. Mas, do fato de que suas posições convergiam com uma tendência mundial de fascistização da burguesia, contava com o apoio das Forças Armadas, e conseguia *“arrastar uma camada popular, em grande parte catequizada pelas igrejas evangélicas”.*

O PT, em sua nova função de “oposição burguesa propositiva”, tendo traído abertamente a revolta massiva dos explorados contra o governo ditatorial de Temer, agora se preparava para se ajustar às exigências da burguesia, e arregimentar as massas. E, ao não combater as tendências fascizantes no campo da luta de classes, fazia-se, portanto, responsável da possibilidade da constituição de um governo fascizante, ditatorial e militarizante pela via eleitoral.

O POR assinalou claramente que a via de combater a direita não eram as eleições. Mas, disse que seria possível votar em Haddad somente no caso em que a sua candidatura expressasse um amplo processo de organização de comitês de base assentados na ação direta das massas. Diferentemente, o PT convocou os “Comitês eleitorais” de apoio à candidatura burguesa de Haddad. E o caminho de sua traição ficou ainda mais claro, quando disse que *“alguma reforma da Previdência devia ser feita”.* Esse discurso deixou

às claras qual o conteúdo do possível governo petista.

As esquerdas evitaram tirar as conclusões dessa cristalina submissão aos objetivos do continuísmo do golpismo, e chamaram a votar no candidato petista, sob o palavreado de combater ao fascismo “nas urnas e nas ruas”. Quando Haddad felicitou o governo “legítimo” de Bolsonaro, e se colocou no campo da oposição burguesa “responsável” e “propositiva”, ficou clara a falsificação do apoio crítico a Haddad, defendido pelos reformistas e centristas. Somente o POR se colocou no campo da independência política do proletariado, e defendeu o Voto Nulo, que se caracterizou por



Somente o POR se colocou no campo da independência política do proletariado, e defendeu o Voto Nulo, que se caracterizou por convocar, após as eleições, a organização de massas para enfrentar o novo governo eleito.

convocar, após as eleições, à organização de massas para enfrentar o novo governo eleito.

O segundo turno elevou Bolsonaro ao poder. O PT passou organizar uma oposição parlamentar, sob a palavra de ordem de constituir uma “frente democrática”, que devia servir de base política para desenvolver sua estratégia de “negociar” as medidas do novo governo. O POR convocou a formação de uma “Frente de Esquerda”, como ponto de partida da constituição de uma frente única anti-imperialista. Assim foi definido na Carta Aberta, de 4 de dezembro de 2018. Tratava-se de passar do discurso demagógico da “frente única” (que serviu ao revisionismo para justificar o voto no PT), *“ao campo da ação”.* A burocracia e o PT procuravam *“a via da conciliação”* com o novo governo. De forma que o que se devia fazer era *“constituir uma frente de esquerda, que trabalhe em torno a uma plataforma de reivindicações e que se organize em comitês de base”.* Somente por essa via, se enfrentaria *“no seio dos explorados a política da burocracia e do PT”*, e se trabalharia, consequentemente, *“pela frente única de combate ao governo”.* Somente assim, concluíamos, se dariam *“as condições para a formação de uma poderosa frente única anti-imperialista, sob a direção da política do proletariado”.*

A Carta ficou sem resposta, como era esperado. E não houve por parte das esquerdas qualquer tentativa de passar, do discurso democratizante, à ação classista e combativa. A rejeição a formar a Frente de Esquerda, com essas características e sob essas condições, demonstrou-se, com o tempo, como uma criminoso concessão ao nacional-reformismo. E impediu um amplo setor da vanguarda de realizar uma experiência sobre a base de uma política revolucionária consequente, e se preparar para enfrentar as traições. O que viria a se confirmar, pela negativa, na greve geral de 14 de junho deste ano.

Evidentemente, não havia como prever a fixação da greve.

Mas, com certeza, se tivesse se constituído a Frente de Esquerda como frente única de ação da vanguarda classista, a greve teria servido para dar expressão organizativa às tendências de luta. Nesse sentido, a eleição combinou a decomposição burguesa do PT à impotência dos centristas.

Esse rico percurso e as respostas e bandeiras do POR, em cada etapa desse percurso, está assinalado em seus traços fundamentais nos textos que publicamos logo abaixo. Destacamos de passagem que, muitas vezes, acontece na história da luta de classes, que as reivindicações e bandeiras concretas podem se apresentar perante as massas e sua vanguarda como sendo “abstrações”, des-

Abaixo a ditadura de Bolsonaro!

O fato de um governo ser eleito não significa que seja democrático. Formalmente, concorreu com vários candidatos e venceu no segundo turno. Prometeu se guiar pela Constituição e respeitar a independência dos poderes da República. Nada disso o torna um governo democrático burguês, apoiado no pleno funcionamento do parlamento, e na garantia das liberdades políticas.

Bolsonaro ostenta uma trajetória carregada de autoritarismo. Foi um fiel partidário da ditadura militar. Sempre se manifestou em defesa do terrorismo de Estado. A tortura e assassinato de presos políticos são, para ele, naturais atribuições na defesa do capitalismo, da pátria, etc. Defensor da ditadura de Pinochet, que ensanguentou o Chile, compartilha do método de governar por meio da guerra civil contra a classe operária, os camponeses e demais oprimidos que se rebelarem.

Tais ideias e posições, diante das trágicas experiências da luta de classes mundial, filiam Bolsonaro ao fascismo. Sua procedência é tipicamente pequeno-burguesa e sua formação militarista. O movimento eleitoral que o potenciou politicamente se baseou na pequena-burguesia (classe média), principalmente, na sua camada rica, e em pequenos e médios capitalistas. Arrastou setores do proletariado, apoiado nessas forças econômicas e políticas. O ódio ao reformismo petista, que chega ao absurdo de confundi-lo com comunismo, cultuado no seio da pequena-burguesia conservadora, foi o combustível que impulsionou sua ascensão eleitoral.

Há que assinalar que a camada rica da pequena-burguesia, e pequenos e médios capitalistas, acabam refletindo o domínio do capital financeiro. São suscetíveis às crises econômicas, que os arruinam, e veem como responsáveis o movimento de massa e, principalmente, as greves operárias, bloqueios e manifestações. O grande capital incentiva o medo da classe média, para assim combater a emergência da classe operária.

A atribuição ao reformismo de toda a responsabilidade pela crise econômica e social, de maneira que deve ser varrido, e a orientação de esmagar o movimento operário e camponês, expuseram uma orientação e um programa fascista. O que, porém, não permite uma dedução de que iniciará seu governo como fascista. Seu caráter será moldado nas condições concretas do desenvolvi-

Governo Bolsonaro

ligadas do que comparece de forma conjuntural como uma “luta concreta”.

É o caso do Voto Nulo e do chamado a organizar os comitês de luta, quando a aparente fortaleza eleitoral petista parecia “mais apropriada e imediata” para frear a direita fascitizante. Quem se deslumbrou com essa via, de fato, acabou apoiando um partido constituído em agente da governabilidade burguesa. Embora embrionário, só o POR compareceu como uma referência revolucionária. Sua fortaleza, apesar do isolamento, reside na consequência e fidelidade à tarefa de organizar o proletariado no campo de sua organização independente de classe.

Massas 576 – 11 de novembro de 2018

mento da crise econômica e política, que tem em sua base a luta de classes.

As frações mais poderosas do grande capital aderiram a Bolsonaro somente diante da bancarrota da candidatura de Alckmin. Assumiram, portanto, um pequeno caudilho criado, emergencialmente, em meio à decomposição dos grandes partidos da burguesia, o que inclui o PT. Espera-se que Bolsonaro aplique o programa ultraliberal, antinacional e antipopular, sem precisar recorrer a medidas ditatoriais que rompam a institucionalidade, montada pela Constituição de 1988.

No entanto, não há como prever com exatidão o desenvolvimento de seu governo. Há um ponto de partida, que deve ser observado pelos explorados e sua vanguarda. Bolsonaro constituirá, já de início, um governo ditatorial. Recorrendo à caracterização histórica: um governo de tipo bonapartista (ditadura policial). Bolsonaro e sua camarilha têm por fundamento assentar seu governo nas Forças Armadas. Os postos-chaves e o núcleo da administração governamental serão compostos por militares de alta patente. Os civis devem seguir a disciplina da caserna e comungar os ideais ultradireitistas. Vários dos nomes anunciados, ou são militares, ou adeptos da

militarização da política. O general Heleno é a figura central do governo, ficará encarregado de aprimorar a nova polícia política, que começou a ser remodelada pelo ministro-general Etchegoyen, chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI). Está recuperando-se o extinto Serviço Nacional de Inteligência, criado pela ditadura militar.

A ditadura civil de Temer restabeleceu alguns dos elos do regime militar. O governo eleito de Bolsonaro continuará essa tarefa, que reflete a impotência da democracia burguesa. Bolsonaro chegou ao poder sem ser por meio de um dos partidos oligárquicos, e terá de governar com um Congresso Nacional corporativo. Sua força política, portanto, depende da tutela das Forças Armadas.

A política oposicionista do PT se assenta na colaboração de classes. Aí reside a força do governo ditatorial. É fundamental, em qualquer circunstância, organizar a luta contra os ataques do novo governo à vida dos explorados e às liberdades políticas. Abaixo a ditadura fascitizante de Bolsonaro!



■ Massas 575 - outubro de 2018

Trabalho internacionalista do POR

A vinculação com o POR da Bolívia, desde nossas origens, facilitou a assimilação do que há, no presente, de mais avançado do trotskismo mundial, nas condições em que o revisionismo pablista tinha desagregado e decomposto os partidos trotskistas, que não elaboraram o programa, e se demonstraram incapazes de orientar seu trabalho de penetração física no proletariado. Ao nos conformarmos como seção do CERQUI, nossas formulações e conquistas passaram logo a ser assimiladas e enriquecidas, como parte do trabalho internacional. A elaboração da linha política internacional corresponde, por sua vez, ao grau de compreensão sobre a importância de nos constituirmos como partido único, alicerçado na elaboração coletiva e centralizado por meio da ação e propaganda internacionalista.

Isso explica por que o POR no Brasil se constrói como um elo da revolução proletária, na medida em que é capaz de assimilar as lições, tradições e conquistas mundiais do proletariado em luta contra a burguesia. E aplica seus ensinamentos e traduz seus métodos e táticas na realidade em que atua e luta por transformar. Nesse processo forja-se o militante profissional como internacionalista proletário. Ele não improvisa, nem se conforma com a repetição mecânica de fundamentos do materialismo dialético. Certamente, o programa, os métodos e táticas, contidos no Manifesto Comunista, nos Quatro Primeiros Congressos da III Internacional Comunista e nas elaborações de Lênin e Trotsky, constituem sua base teórico-programática. Tomamos como exemplo as elaborações e críticas de Lora sobre o foquismo, o nacionalismo-burguês, a Revolução Cubana, a restauração capitalista na União Soviética, etc. Entretanto, também devem ser capazes – e estão obrigados ainda – a elaborar respostas aos fenômenos e manifestações, que surgem diuturnamente das contradições econômicas e sociais da desagregação capitalista, que não seguem o mesmo curso de desenvolvimento, nem as mesmas formas políticas em cada conjuntura histórica dada.

O fundamental está em que esse trabalho se acha condicionado pela tarefa de reconstruir o Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional. Essa tarefa se vem desenvolvendo em meio a três fenômenos históricos decisivos: a crise de direção revolucionária, o avanço do processo de restauração capitalista e, finalmente, a eclosão da crise capitalista em 2008-2009.

Essa compreensão manifesta-se na orientação do POR dirigida a assimilar, compreender e responder aos processos e tendências do percurso mundial da crise. Na sua base, acha-se o choque entre as forças produtivas e a grande propriedade privada monopolista dos meios de produção, e entre aquelas e as fronteiras nacionais. Em inúmeros artigos, declarações e manifestos publicados no Massas e no Boletim Internacional do CERQUI, pode-se notar o esforço dedicado a realizar essa tarefa.

Nosso jornal, invariavelmente, publica uma seção dedicada a responder aos problemas internacionais. Por seu intermédio, a vanguarda debate e confronta as formulações do POR e do CERQUI. E se configura o quadro de divergência e crítica aos reformistas e revisionistas sobre os mais diversos problemas e fenômenos mundiais.

A vanguarda poderá comprovar como temos procurado explicar os processos do país em sua íntima relação com as tendências gerais presentes na situação política mundial. Quando realizado o golpe de Estado contra o governo Dilma/PT, procuramos pôr em relevo como o imperialismo agia por intermédio das instituições

do país (Congresso, Judiciário, Política Federal), em aliança com as frações da burguesia semicolonial, para impor um governo preposto, capaz de realizar o plano econômico traçado de fora para dentro do país. Na nota *“O FMI na estratégia de desestabilização do governo Dilma”* (Massas 518), o POR afirma que *“os mecanismos de desestabilização externa do governo Dilma se apoiaram em uma campanha (...) que objetivou criar a base política e social interna que colocasse como inevitável o impeachment, sob a justificativa de o Brasil voltar à ‘senda do crescimento’”*. A burguesia mundial acirrou os ataques contra o governo Dilma, acusando-o de incapaz *“de gerir a economia nacional e barrar a queda econômica. As agências de avaliação de risco rebaixaram as ‘notas’ do país, o que resultou no aumento dos juros de financiamento internacional e na saída de capitais do país”*.

A permanência do governo de Dilma *“era incompatível”* com os ataques e a violência exigida para sua aplicação ditadas pelo imperialismo. A chamada *“desmoralizada”* Dilma, como colocou *The Economist*, *“principal porta-voz da burguesia financeira mundial”*, assinalava a via da derrocada do governo Dilma. O imperialismo foi favorável ao golpismo, uma vez que os *“investidores animarão o voto do impeachment”*. Assumido o governo de ditadura civil de Temer, o plano foi sistematicamente aplicado. O imperialismo passou a apoiar todos os *“feitos”* do governo ditatorial. Apenas não conseguiu aprovar a reforma da Previdência, a que dependia das negociações com as diversas frações da burguesia semicolonial.

Quando da virada da burguesia à candidatura de Bolsonaro, o partido explicou que o reatamento da democracia formal, combinado com a prisão arbitrária de Lula, servia para traçar o continuísmo, exigido pela burguesia mundial, para concluir a tarefa anti-operária iniciada por Temer. Hoje, se tem a olhos vistos que a aprovação da reforma da Previdência está ditada pelo interesse do capital financeiro de dispor dos recursos fiscais do país para continuar a servir ao parasitismo financeiro.

Ocorre que o agravamento da crise exige do capital imperialista agravar o quadro de opressão nacional e avançar nas desnacionalizações. As privatizações, a entrega da Base de Alcântara, o processo de licitações do Campo de Libra, dentre outros tantos exemplos, deixam às claras esses elos. A luta conta a opressão nacional e a defesa de se constituir a frente única anti-imperialista estiveram presentes o tempo todo nas formulações e campanhas do POR.

O mesmo se passou com a elaboração coletiva realizada no CERQUI, quando se procurou demonstrar como o ciclo de ascenso e queda dos governos nacional-reformistas, assim como os permanentes ataques e intervenções contra nações oprimidas no mundo todo, correspondiam aos diversos ciclos de alta e queda da economia mundial, e das movimentações do imperialismo e o capital financeiro para apoiar ou impulsionar a queda desses, segundo seus interesses gerais. Eleições ou golpe institucional são métodos que correspondem à situação objetiva e às condições particulares de cada país sob ataque. O objetivo é o mesmo: remover os governos nacionalistas, ou que constituem entraves à penetração monopolista, e colocar no poder do Estado governos abertamente pró-imperialistas e entreguistas. Apesar das particularidades dos métodos e das vias políticas, é o que se passou na Argentina, Brasil, Paraguai, Honduras, Líbia, Ucrânia, Síria, etc.

Sem essa caracterização, por exemplo, não se pode compreender, tanto o ascenso, quanto o esgotamento do nacional-reformismo chavista. Não se pode compreender a remoção de Dilma (Brasil),

pela via do golpe, e de Cristina Kirchner (Argentina), pela via eleitoral. O POR mostrou como a substituição de governos nacional-reformistas serviu de alavanca a governos que passaram a ser pilares do imperialismo em seu objetivo golpista na Venezuela. Apenas tomamos esses exemplos para expor, rápida e sinteticamente, os elos entre o que se passa com a situação política mundial e as tendências gerais ao agravamento da opressão social e nacional, em sua relação de interdependência com os processos políticos em cada país.

Somente um partido alicerçado na clara compreensão de como se manifestam as leis e tendências gerais da economia e das mudanças nas relações entre as classes no mundo todo, pode compreender e avaliar mais corretamente as vias de desenvolvimento e sua concretude nas condições particulares de cada país. Somente assim é possível, finalmente, determinar o programa, as bandeiras, os métodos e táticas que permitam, em cada país e no campo internacional, desenvolver uma política internacionalista.

Com a linha traçada pelo CERQUI, quando colocado o intervencionismo do imperialismo, foi possível traçar uma clara linha política de defesa da nação oprimida, denunciando as manobras da burguesia mundial e dos seus subservientes, e defender a necessidade da vanguarda de se colocar do lado do governo Maduro, no momento em que esse estava sob ataque do imperialismo, sem com isso prestar nenhum apoio à política e métodos do governo burguês. Ao mesmo tempo em que assinalávamos que a defesa da nação oprimida somente poderia ser efetivada pela

POR: seção do CERQUI

política do proletariado, pelo o armamento do povo, para derrotar a reação externa e interna. Por essa via, indicamos, ainda, que as massas venezuelanas avançarão à autodeterminação nacional e ajustarão contas com o nacionalismo impotente com seus próprios métodos e táticas de luta.

Respondemos, assim, firmando nossa política nos princípios da defesa irredutível do direito à autodeterminação nacional e pela defesa incondicional da nação oprimida contra seus opressores imperialistas, formulada e defendida por Lênin e Trotsky. Assim como pela defesa dos métodos da luta de classes e do programa da revolução proletária.

O mesmo método de análise e os mesmos princípios na elaboração da linha se podem achar em todos os problemas da situação política mundial que o POR tem se esforçado por conhecer, compreender e responder. Essa é sem nenhuma dúvida uma das mais importantes conquistas que resultaram do trabalho internacional, no marco da elaboração coletiva do CERQUI.

Em todos nossos artigos, está sempre assinalada que *“a via histórica da solução da crise capitalista e da barbárie social passa pela expropriação da grande propriedade privada dos meios de produção e sua transformação em propriedade coletiva, e que para isso a vanguarda do proletariado terá de se organizar em partido revolucionário e projetar a revolução e ditadura proletárias. Ao mesmo tempo, se observa o cuidado de elaborar o programa e as bandeiras que respondem às particularidades nacionais”* (“O trabalho internacionalista do Jornal Massas”, publicado em Massas 500).

O lugar da Revolução Cubana na América Latina

Há algum tempo, o imperialismo aguardava a morte de Fidel Castro. Envelhecido e doente, Fidel foi se afastando do comando do poder. Bastou o fato de não mais estar envolvido diretamente nas questões governamentais, para que os analistas avaliassem como positivo para Cuba, uma vez que seu sucessor, Raúl Castro, era mais flexível e disposto a realizar reformas pró-capitalistas. Essa avaliação não tinha como ocultar que Fidel Castro já havia dado sinais de ceder às pressões restauracionistas.

Em novembro de 1996, Fidel foi até o Vaticano para uma audiência privada com o papa João Paulo II. O que resultou em uma contrapartida do Vaticano, que promoveu uma visita do papa a Cuba, em janeiro de 1998. O acontecimento representou um marco na virada política e ideológica do castrismo. João Paulo II encarnava o movimento contrarrevolucionário de restauração capitalista na Polônia e na Europa do Leste. A declaração de que Cuba deveria abrir-se para o mundo, e o mundo abrir-se para a Cuba evidenciou a estratégia de combate à revolução cubana. Em outras palavras, Cuba deveria abrir-se ao capitalismo, para o capitalismo abrir-se a Cuba. Em março de 2012, Fidel recebeu o papa Bento XVI em Havana. Estava com saúde debilitada, e afastado do governo. O chefe da Igreja católica usou a tribuna para pedir mais liberdade e maior presença da igreja na Ilha. Em setembro de 2015, foi a vez do Papa Francisco concluir a missão da Igreja de reatar as relações dos Estados Unidos com Cuba. Fidel Castro termina seus dias sob a decisão do governo dos Estados Unidos, Barak Obama, de integrar Cuba em sua órbita.

Nota-se que o imperialismo se serviu da Igreja Católica para impulsionar as mudanças econômicas e políticas em direção à restauração capitalista. As conquistas da revolução se encontram abaladas, mas não completamente destruídas. A tentativa de Fidel Castro de ocultar sua rendição aos Estados Unidos se deu pela via do restabelecimento do poder da Igreja Católica em Cuba. A

capitulação ideológica do castrismo expressou o movimento da burocracia estatal, comandada pelo Partido Comunista Cubano, no sentido de adaptar a economia do país à volta da propriedade privada dos meios de produção, processo esse ainda em curso. O intento da esquerda castrista, de preservar o principal dirigente do Movimento 26 de julho da responsabilidade de introduzir mudanças pró-capitalistas, distinguindo Fidel Castro de seu irmão Raúl Castro, não se sustenta. É preciso que se diga, com toda clareza, que os dirigentes da revolução de 1º de janeiro de 1959, ao submeterem à orientação do Partido Comunista da União Soviética, a partir de 1962, traçaram o curso da destruição das conquistas do proletariado e do campesinato cubano. Tratava-se da adaptação aos interesses da burocracia moscovita.

Há que se considerar que Fidel Castro e seus companheiros do Movimento 26 de julho lideraram a revolução democrática, que por força das circunstâncias se transformou em revolução socialista. O governo revolucionário, ao dar passagem à luta das massas insurretas, e ao impulsionar a expropriação da propriedade privada dos meios de produção, serviu à causa socialista do proletariado mundial de romper mais um elo da cadeia de dominação imperialista. Não por acaso, se chocou com a orientação mundial do estalinismo de barrar os levantes revolucionários. As contradições da “Guerra Fria” acabaram por empurrar a Revolução Cubana para os braços de Nikita Kruchev.

(...) O certo é que, depois do fracasso da invasão da Baía dos Porcos por uma força cubana contrarrevolucionária, em 1961, armada e apoiada pelo governo norte-americano, e com a crise dos mísseis, em 1962, a Revolução triunfou definitivamente. Os Estados Unidos teriam de lançar todo seu poderio militar para esmagar o povo cubano, caso pretendessem ir às últimas consequências no objetivo de destruir a revolução. O que poderia provocar uma comoção na América Latina e mundial. O imperialismo optou,

portanto, pelo cerco econômico à Ilha, na esperança de sufocá-la rapidamente. No entanto, somente quando o processo de restauração capitalista ganhou dimensão mundial com a desintegração da União Soviética, a Revolução Cubana adentrou claramente no caminho de sua liquidação. Mesmo assim, segue lentamente o percurso da restauração.

O esforço do governo revolucionário de defender Cuba por meio da organização de guerrilhas artificiais na América Latina, que acabaram se degenerando na forma do foquismo, e sendo trucidadas pelo imperialismo, revelou a total inconsistência do castro-guevarismo, incapaz de assimilar e materializar o programa marxista do internacionalismo proletário. A procura de aliança com a burocracia soviética e chinesa não se deu apenas por necessidades econômico-financeiras, mas também devido à indefinição programática e ideológica do castrismo.

O essencial dessa crítica foi exposto por Guillermo Lora em vários escritos, que datam desde 1960. Neste momento, trata-se de retomar o acerto da crítica marxista-leninista-trotskista às deformações do castro-guevarismo e sua subserviência ao estalinismo, que encarna o processo geral da restauração.

Sem dúvida, Fidel Castro há tempo morreu para a revolução. O seu desaparecimento físico não faz senão obrigar os revolucionários a fazerem um balanço de sua trajetória, com o objetivo de defender incondicionalmente as conquistas da revolução, diante da ofensiva imperialista. A burguesia mundial aproveitou a morte do líder da revolução para desenvolver uma campanha em favor do ingresso de Cuba à órbita dos Estados Unidos. O proletariado mundial, ao contrário, deve ter seu próprio balanço para defender as conquistas da Revolução Cubana. Conquistas essas que servem à revolução proletária na América Latina. As suas experiências são de extraordinário valor à revolução em um país economicamente atrasado e de escassos recursos materiais, que se mostrou

capaz de superar a miséria, a fome e o analfabetismo. Nenhum capitalista com todo seu poderio chegou a realizar tarefas tão elementares como essas.

Não há um pinga de verdade na avaliação burguesa de que o esgotamento da Revolução Cubana é a definitiva demonstração da inviabilidade do socialismo. A manutenção do seu atraso econômico se deve à impossibilidade de realizar o socialismo em um só país, tese que foi concebida pelo revisionismo estalinista. Cuba atrasada e cercada por todos os lados pela burguesia mundial e, em especial, latino-americana, rompeu a divisão de classes e sobre a base da propriedade coletiva dos meios de produção deu um primeiro passo para acabar com a miséria, a fome e o atraso cultural das massas. Esse é o grandioso feito perante o qual todos os representantes do imperialismo se curvaram. Essas medidas do governo revolucionário devem ser, não apenas reconhecidas pelos explorados do mundo todo, mas também colocadas a serviço da continuidade da revolução.

Agrava-se a crise mundial do capitalismo. A América Latina vem sendo arrastada para o precipício. A direita burguesa está com a iniciativa política, mas os oprimidos caminham para a luta revolucionária. O isolamento de Cuba não será rompido pelos acordos com os Estados Unidos e pela benção do Vaticano, mas sim pelo levante da classe operária, dos camponeses e da juventude oprimida. Há que levantar alto o programa dos Estados Unidos Socialistas da América Latina. Há que trabalhar dia e noite, sem descanso, para construir os partidos revolucionários. Há que reconstituir o Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional. Esse é o balanço crítico do marxismo diante da morte da maior liderança da Revolução Cubana. A tarefa que se coloca para a vanguarda é a de defender as conquistas da Revolução Cubana, organizando os movimentos de frente única anti-imperialista e anticapitalista.

Viva a Revolução Cubana! Morte ao capitalismo!

Fracassa a intervenção de Trump-Guaidó na Venezuela

Só a classe operária organizada pode impor a derrota ao imperialismo

Declaração do Partido Operário Revolucionário - 24 de fevereiro de 2019 - Publicado no Massas 582 - 5 de março de 2019

Trump, Guaidó, Duque, Piñera e a OEA esperavam que a campanha de “ajuda humanitária” à Venezuela resultasse, no dia 23 de fevereiro, em um grande acontecimento, que abalasse o governo Maduro, e impulsionasse a oposição pró-imperialista rumo ao poder. O comboio da suposta “ajuda humanitária” não teve como quebrar a barreira nas fronteiras da Colômbia e do Brasil. O chamado de Guaidó aos militares, para que desertassem e a convocação de seus apoiadores a inviabilizarem o fechamento das fronteiras não foram acatados. A cena que apresentou alguns soldados desertores não passou de uma amostra patética. É bom lembrar que, durante um bom tempo, Trump/Guaidó chantagearam as Forças Armadas com uma “anistia”. Essa oferta, que leva à divisão e à traição ao País, não serviu para que o comboio entrasse na Venezuela, e se guiasse triunfante até Caracas.

A arregimentação das massas para criar uma comoção nas fronteiras, por sua vez, resultou apenas em um insignificante conglomerado de manifestantes. De fato, o conflito se concentrou na fronteira com a Colômbia, em Cúcuta e Ureña. O governo colombiano, Iván Duque, comandou o espetáculo da “ajuda humanitária”. O governo brasileiro, Jair Bolsonaro, apoiou o plano de Trump, mas evitou tomar a frente.

Na véspera da provocação à Venezuela, promoveu-se um show, com artistas internacionais, financiado pelo bilionário inglês, Richard Branson. Lá, compareceram de mãos dadas Duque, Guaidó

e Piñera. A tríade servil de Trump procurou dar um ar de pacifismo e alegria. Trouxe-nos a antiga imagem de pão e circo.

Detalhe como esse se ressalta quando se observa a impostura dos invasores da Venezuela, sob a bandeira da “paz”, “democracia”, “Constituição” e “reunificação” do povo. Segundo os Estados Unidos, a entrada dos comboios, pelas fronteiras da Colômbia e do Brasil, não representava violação da soberania da Venezuela, uma vez que Guaidó se autoproclamou presidente, e foi reconhecido por uma porção de países. Trata-se de uma fraude que mostra o quanto o imperialismo norte-americano pode pisotear, e vem pisoteando, o seu próprio ordenamento internacional.

Se Guaidó tivesse capacidade para se impor como presidente, apoiado inteiramente nas forças internas, não precisava se escorar nos ultimatos dados pelos Estados Unidos a Maduro, para que deixe o governo. Guaidó não passa de uma peça movida pela política de Trump, e pelos interesses econômicos dos Estados Unidos sobre a Venezuela e a toda América Latina.

É visível o atentado à soberania da Venezuela. Somente o povo venezuelano pode derrubar o governo de Maduro, seja lá qual for o meio. A oposição burguesa não tem conseguido cumprir esse objetivo, mesmo com o auxílio externo. A “ajuda humanitária” de Trump e seus aliados é uma máscara para ocultar o intervencionismo direto dos Estados Unidos. É um alibi para criar um confronto entre a Venezuela e seus vizinhos. A movimentação deste

23 de fevereiro resultou concretamente na violação da fronteira da Venezuela pela Colômbia, que não age por conta própria. O que quer dizer que o próprio povo colombiano não está em choque com o povo venezuelano. A burguesia colombiana e seu governo atuam como instrumento de uma política formulada fora de seu país.

Os Estados Unidos montaram um cerco econômico-financeiro para sufocar a economia venezuelana. Obtiveram êxito, empurrando o país para uma profunda crise. A Venezuela foi mais ao fundo do poço que os demais países latino-americanos, golpeados de conjunto pela desintegração mundial do capitalismo, devido ao bloqueio imperialista. Suas forças produtivas, em boa parte dependente da indústria petrolífera, foram duramente atingidas.

A oposição, encabeçada no último período por Juan Guaidó, apoiou e se valeu dessa diretriz norte-americana e, assim, fortaleceu o movimento antinacional. Em boa parte, a divisão do País se deve à ação do imperialismo contra o governo nacional-reformista de Chávez-Maduro. Não há dúvida de que as contradições internas à própria burguesia venezuelana, e os choques de classes são fundamentais para o imperialismo incentivar e potenciar a divisão nacional. Também é importante, nesse sentido, verificar as disputas interburguesas entre os países latino-americanos. A Colômbia serve à política dos Estados Unidos contra o governo da Venezuela, não por amor a seu povo, mas pelos interesses próprios da burguesia.

(...)

O estabelecimento de relações do regime chavista com Cuba e a abertura de negócios com a China e Rússia contrariam os interesses norte-americanos. A Venezuela detém a maior reserva de petróleo do mundo, e outras fontes de riquezas minerais. Estão aí os principais motivos para Trump armar uma ofensiva para derrubar o governo nacionalista e colocar em seu lugar um governo títere, que, juntamente com a Colômbia, facilitaria o avanço da estratégia militarista norte-americana.

Todos dizem lutar pela paz e pela democracia. Parte das correntes de esquerda se pronunciou, diante do conflito de 23 de fevereiro, também pela paz. Essa bandeira é cínica. Há uma clara intenção dos Estados Unidos de alimentarem a divisão interna na Venezuela, e convertê-la em golpe de Estado, que inclui a possibilidade de uma guerra civil. O fracasso da manobra em torno à “ajuda humanitária” não modifica o quadro interno da crise política e da decomposição do governo de Maduro. O imperialismo e seus capachos da OEA e do Grupo de Lima vão retomar os ataques com maior ferocidade e precisão.

Os noticiários acusaram Maduro de ter usado a violência contra manifestantes desarmados, e de ter orientado a queima de alimentos. Guaidó, ao lado do chefe da OEA e do presidente da Colômbia, se apresentou como um anjo de amor e fé ao povo venezuelano. No entanto, não tem como esconder que sua política vem servindo de canal à intervenção dos Estados Unidos.

O discurso inflamado de Maduro a milhares de partidários, no dia 23 de fevereiro, em Caracas, indicou que seu governo ainda tem uma vasta base social, e a fidelidade das Forças Armadas. Fez denúncias concretas e justas à farsa da “ajuda humanitária”, à traição de Guaidó, ao reacionarismo da oligarquia venezuelana e ao servilismo do governo colombiano. Evitou atacar diretamente o governo brasileiro, fazendo uma crítica velada, ao propor a compra dos alimentos, em vez de receber esmolas. O seu anti-imperialismo inflamado, no entanto, não indicou o caminho da ruptura com o grande capital, que continua espoliando a Venezuela. Não indicou o caminho do armamento popular das massas como a via mais segura para responder a uma possível intervenção externa e ao incentivo da reação à guerra civil.

Já não é possível a Maduro conter por muito tempo a subleva-

POR: seção do CERQUI

ção da oposição, e a ofensiva do imperialismo, sem a expropriação da grande propriedade dos meios de produção, estatização do capital financeiro, e implantação do monopólio do comércio exterior. O que exige o armamento popular, que é distinto das milícias estatais bolivarianas. Somente pela via revolucionária, o poder econômico interno e o imperialismo serão derrotados. As Forças Armadas são uma criatura da burguesia, servem incondicionalmente à sua ditadura de classe sobre a maioria oprimida. O regime chavista pôde contar com os militares, precisamente porque não ameaçou a grande propriedade capitalista, não rompeu todos os laços com o imperialismo, e limitou o seu nacionalismo a interesses particulares da indústria petrolífera.

A crise mundial, iniciada em 2008, impossibilitou a continuidade de governos nacional-reformistas na América Latina. Hoje, os chavistas sequer podem contar com Evo Morales, um dos últimos herdeiros do ciclo político marcado pela ascensão do nacional-reformismo. A sobrevivência de Evo dependeu e depende de sua adaptação aos ditames dos Estados Unidos. A derrubada do governo do PT, por meio de um golpe de Estado, e a eleição de um governo ultradireitista, isolou completamente Maduro. Os Estados Unidos retomaram a rédea da política burguesa na América Latina. A tendência do próximo período é a de se manter o curso da direitização e da potenciação das tendências fascistas. O nacionalismo chavista sobrevive a pão e água. Trump e aliados têm claro que vencerão, mais cedo ou mais tarde. Terão, porém, que enfrentar a resistência dos explorados.

É importante não alimentar ilusão no fracasso de 23 de fevereiro, como sendo uma vitória duradoura do regime chavista. Por outro lado, não se deve minimizar o fato de que uma importante parcela do povo venezuelano se mantém ao lado de Maduro. A chave do problema se encontra na classe operária, única classe revolucionária, capaz de erguer uma frente anti-imperialista, que coloque a tarefa da completa independência nacional e da expropriação do grande capital, sob o programa dos Estados Unidos Socialistas da América Latina. A sua desorganização e a ausência de independência político-programática favorecem o cerco imperialista e a conspiração contrarrevolucionária da oposição venezuelana. É preciso que a vanguarda eleve a sua consciência, rompa com o chavismo e se coloque pela construção do partido da revolução proletária.

A tarefa de defender a autodeterminação da Venezuela, opor-se à derrubada do governo de Maduro pelas mãos do imperialismo e da oposição servil não é contraditória à tarefa de organizar a classe operária para tomar o poder do Estado, e instituir um governo operário-camponês. Qualquer que seja a dependência ao governo de Maduro conduz à derrota diante das forças pró-imperialistas e contrarrevolucionárias. É preciso travar um combate consciente e disciplinado pela construção do partido marxista-leninista-trotskista no seio do proletariado venezuelano, como parte da reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista.

De nossa parte, no Brasil, trabalhamos pela derrocada do governo Bolsonaro, pró-imperialista e capacho dos Estados Unidos. Rechaçamos a presença do governo brasileiro na reunião do Grupo de Lima. Chamamos todas as forças que se colocam contra o governo ultradireitista e militarista de Bolsonaro, e que se colocam contra a intervenção dos Estados Unidos e aliados na Venezuela, a constituírem uma frente única anti-imperialista.

Fora o imperialismo da Venezuela! Fora o imperialismo da América Latina! Pelo direito à autodeterminação das nações oprimidas! Organizar a frente única anti-imperialista! Pelos Estados Unidos Socialistas da América Latina!